

RE-EXISTIR NA DIFERENÇA

Coletânea

Emerson Elias Merhy

Ricardo Luiz Narciso Moebus

Prefácio por:

Ailton Krenak

editora



redeunida

Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

RE-EXISTIR NA DIFERENÇA

Coletânea

Emerson Elias Merhy
Ricardo Luiz Narciso Moebus

Prefácio por:
Ailton Krenak

1ª edição

editora



redeunida

Porto Alegre
2020

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Túlio Batista Franco

Coordenação Editorial**Editor-Chefe:** Alcindo Antônio Ferla**Editores Associados:** Gabriel Calazans Baptista, Ricardo Burg Ceccim, Cristian Fabiano Guimarães, Márcia Fernanda Mello Mendes, Júlio César Schweickardt, Sônia Lemos, Fabiana Mânica Martins.**Conselho Editorial:****Adriane Pires Batiston** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;**Alcindo Antônio Ferla** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;**Alexandre Ramos de Souza Florêncio** – Organização Panamericana da Saúde, Nicarágua;**Àngel Martínez-Hernández** – Universitat Rovira i Virgili, Espanha;**Angelo Stefanini** – Università di Bologna, Itália;**Ardigó Martino** – Università di Bologna, Itália;**Berta Paz Lorido** – Universitat de les Illes Balears, Espanha;**Celia Beatriz Iriart** – University of New Mexico, Estados Unidos da América;**Denise Bueno** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;**Emerson Elias Merhy** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil;**Erica Rosalba Mallmann Duarte** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;**Francisca Valda Silva de Oliveira** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil;**Izabella Barison Matos** – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;**Héider Aurélio Pinto** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil;**João Henrique Lara do Amaral** – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil;**Juleimar Soares Coelho de Amorim** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil;**Júlio César Schweickardt** – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;**Laura Camargo Macruz Feuerwerker** – Universidade de São Paulo, Brasil;**Laura Serrant-Green** – University of Wolverhampton, Inglaterra;**Leonardo Federico** – Universidad Nacional de Lanús, Argentina;**Lisiane Böer Possa** – Universidade Federal de Santa Maria, Brasil;**Liliana Santos** – Universidade Federal da Bahia, Brasil;**Luciano Bezerra Gomes** – Universidade Federal da Paraíba, Brasil;**Mara Lisiane dos Santos** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;**Márcia Regina Cardoso Torres** – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil;**Marco Akerman** – Universidade de São Paulo, Brasil;**Maria Luiza Jaeger** – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil;**Maria Rocineide Ferreira da Silva** – Universidade Estadual do Ceará, Brasil;**Mariana Bertol Leal** – Ministério da Saúde, Brasil;**Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira** – Universidade Federal do Pará, Brasil;**Ricardo Burg Ceccim** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;**Rodrigo Tobias de Sousa Lima** – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;**Rossana Staevie Baduy** – Universidade Estadual de Londrina, Brasil;**Simone Edi Chaves** – Ideia e Método, Brasil;**Sueli Terezinha Goi Barrios** – Ministério da Saúde, Brasil;**Túlio Batista Franco** – Universidade Federal Fluminense, Brasil;**Vanderléia Laodete Pulga** – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;**Vera Lucia Kodjaoglanian** – Fundação Oswaldo Cruz/Pantanal, Brasil;**Vera Maria Rocha** – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil.**Comissão Executiva Editorial**

Gabriel Calazans Baptista

Márcia Regina Cardoso Torres

Projeto Gráfico, Capa e Miolo

Editora Rede UNIDA

Diagramação

Márcio Mariath Belloc

Arte da Capa

Márcio Mariath Belloc

Copyright © 2020 Emerson Elias Merhy, Ricardo Luiz Narciso Moebus

Todos os direitos desta edição estão reservados para a Associação Brasileira Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (051) 3391-1252www.redeunida.org.br

O material que compõem esse livro foi produzido e selecionado a partir da publicação semanal da coluna RE-EXISTIR NA DIFERENÇA, da Revista Digital SemanaOn (www.semanaon.com.br), na qual os autores vêm atuando há anos.

FICHA CATALOGRÁFICA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M559r Merhy, Emerson Elias.

Re-existir na diferença / Emerson Elias Merhy e Ricardo Luiz Narciso Moebus; Prefácio de Ailton Krenak. – 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2020. 193 p. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). E-book: 16 Mb, PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87180-13-7

DOI 1018310/9786587180137

1. Cuidado em Saúde. 2. Micropolítica. 3. Saúde Coletiva. 4. Trabalho em Saúde.
I. Título. II. Assunto. III. Merhy, Emerson Elias. IV. Moebus, Ricardo Luiz Narciso.

20-30180011

CDD 614
CDU 614.2

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Saúde pública - Medicina preventiva - Programas de saúde.
 2. Serviços de Saúde Pública.
-

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MERHY, Emerson Elias; **MOEBUS**, Ricardo Luiz Narciso. **Re-existir na diferença**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2020. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). E-book (PDF, 16 Mb). ISBN 978-65-87180-13-7.

Este livro é dedicado à luta de Re-existência dos povos originários

Sumário

Prefácio

Saúde! Um negócio de outro mundo - Ailton Krenak 10

Manifesto Quase

O desafio de transformar nossos “quases” em realidade completa 15

A carta do cacique chegou em junho

Contra-pondo-se a uma política contra a ecologia cultural das subjetivações, contra a ecologia ambiental e social 17

Isso não é uma ficção

Air BNB, capitalismo virtual e novas materialidades do viver: novos fronts da luta societária 21

Wapichana

Re-existindo na diferença 26

Lutas que valem a pena lutar

Por um mundo habitado por vidas não neoliberal 31

Mulheres indígenas

Re-existência viva em marcha 34

Da distração à caneta

Modos de governar um país com frágil regulamentação legal 39

Angela Davis e movimento indígena

Do Alabama ao Ibirapuera a liberdade é uma luta contínua 44

Encruzilhadas

Proteção às vidas nas suas diferenças ou eliminação dos ditos ‘inúteis’ 49

Medicina Tradicional Indígena

Território vital de re-existência 53

O resistir será acumulativo na busca de um viver na diferença

A capacidade de mentir e disseminar é a força que a direita profundamente racista, paranoica e violenta detém hoje 59

Por um viver não fascista

Fazer de si um Quilombo. Uma Aldeia. Uma Trincheira..... 62

A garrafa de água e os bebedouros – Parte 1

Biomercado: novos modos de vida e política 64

| | |
|---|-----|
| Maio | |
| Do primeiro ao último | 70 |
| A garrafa de água e os bebedouros – Parte 2 | |
| Neoliberalismo, máquina mortífera, exterminadora dos devires-vidas | 73 |
| Manifesto pela vida | |
| Um clamor pelo fim do discurso de ódio e de racismo, de perseguição, de destruição, que avassalou o Brasil | 81 |
| Máquinas panópticas moleculares | |
| Pela liberdade de pensamento e dos viveres devemos nos livrar do panóptico em nós | 84 |
| Wajãpi | |
| Re-existindo na Diferença e na Indiferença do Estado | 88 |
| Não larguem da minha mão | |
| Cuidemo-nos amigos e da vizinhes | 94 |
| Yanomami | |
| Re-existindo na diferença | 97 |
| Como penetrar em mentes programáveis? | |
| Aprendendo com a institucionalização manicomial dos corpos | 102 |
| O silêncio do mundo | |
| Teatro da Re-existência | 107 |
| Nossos corpos sem órgãos ninguém aprisiona | |
| Somos desejos coletivos e ideias engravidadoras | 111 |
| Krenak | |
| Re-existindo na diferença | 114 |
| A marcha da insensatez | |
| Quando governantes, na beira do abismo, dão um passo adiante | 121 |
| Demarcação já! | |
| Territórios Indígenas: Seguro da Vida | 125 |
| Viva a paz | |
| Porrada e agressões não são argumentos | 128 |
| São Paulo | |
| Cidade indígena Piratininga | 132 |
| A vida em ebulição | |
| A máquina de fazer ideias e o Mesmo, que não aceita o outro | 137 |

A autonomia como modo de vida

Ao acenar com uma política de contato forçado,
assimilação cultural e evangelização,
Bolsonaro implanta sua política etnocida 141

Nenhum a menos

Sob um olhar criminalizador e preconceituoso
em relação a pobres e negros, o Brasil promove uma limpeza racial 144

Bacurau

Performances indígenas de re-existência 146

A produção do medo e a construção de corpos medrosos

Diante da violência da extrema direita,
é preciso estratégias de coragem e sobrevivência 151

Guernica indígena 155

Isso só acontece no Brasil...

Lutas políticas contemporâneas: disputar a produção da memória
é abrir o presente para devires-outros 160

Bom negócio pra quem?

A borda bamba dos territórios ainda indígenas 168

Para a Mama Terra sobreviver

Direitos humanos e tolerância zero contra
qualquer tipo de violação aos distintos modos de existir 172

Mineração soberana e necropolítica 176

Sejamos realistas, exijamos o impossível

Em direção à XVI Conferência Nacional de Saúde, no Brasil 181

16a Conferência Nacional de Saúde

Re-existindo na multiplicidade das diferenças 186

Prefácio

Saúde! Um negócio de outro mundo

Ailton Krenak

Caro leitor, você tem em mãos uma coletânea de textos que foi produzida na ação por dois trabalhadores da saúde coletiva, e que levam a ideia de clínica a seu termo. Ricardo Moebus e Emerson Merhy estão na estrada da VIDA e deste engajamento, resulta uma produção de alta voltagem crítica ao complexo médico hospitalar, que se estabeleceu em nosso mundo de negócios da saúde.

São artigos que circularam em diferentes plataformas nos últimos meses, desde antes da pandemia que assaltou o planeta e ressalta a abordagem destes pesquisadores em ação, na medida que fazem clínica numa perspectiva dos vários coletivos que vivem e Re-Existem na Diferença.

Saúde entendida como Cuidado, reivindicando corpos vivos na Terra viva, toma a ecologia como guia para entender o equilíbrio necessário, aproxima visões de povos originários aos cuidados da vida implicada, com o que se entende hoje por meio ambiente. Meio ambiente e saúde e suas implicações políticas, debatendo políticas da saúde como controle sobre a produção de vida.

Confronta a ideia da saúde como mercadoria, denuncia a mercantilização da vida e a persistente ação de governos e capital em tornar a saúde uma questão aquisitiva no embate com a luta por direitos.

Na perspectiva dos povos originários, por exemplo, esta questão da saúde – mercadoria, não está posto como condição. Você pode dizer para alguém no meio da floresta que saúde é um direito, ele vai te perguntar direito a que? Ele vai dizer que não é um direito, mas um dom, um bem

comum, que todo mundo tem, e você não tem carência disso, ninguém reivindica saúde em um lugar onde a vida é uma dádiva, onde a vida é abundante. Uma onça pode te comer, mas isso não tem nada a ver com saúde, isso é um acidente, o resto do tempo se está vivendo com saúde. Alguns anciãos que conhecemos viveram até enjoar.

Mesmo quando vivendo em algumas situações de semi-escravidão, isso não tirou dos povos originários a capacidade de estar vivendo uma vida no sentido pleno, viver com tudo.

Vamos criar algum contato dessa ideia de viver com tudo e a saúde como um direito?

Principalmente agora então, está mais em voga esse cacoete de dizer que quem vive sem saneamento vai morrer primeiro.

Estamos atualizando esse processo da servidão voluntária. A servidão quando é uma servidão contrariada, ela no mínimo dá manutenção, mas a servidão voluntária não precisa desse trabalho de manutenção.

Uma vez entendido esse fundamento, digamos assim, da situação da construção da servidão, como agente poderia se opor à ideia da saúde como um direito? Um direito dentro desse mundo mercantilizado? Onde todos os equipamentos e os serviços, como nessa situação de emergência que vivemos hoje, passa por essa manutenção da servidão voluntária, por esse serviço que faz a manutenção da coisa de forma bem discreta, para parecer que está todo mundo mesmo querendo isto.

Como, se nesse momento que vivemos hoje, continuam a querer nos fazer ver a saúde como um serviço, como é possível agente fazer algum furo nisso? Para que agente possa não estender esta ideia de saúde como serviço a todo mundo.

Atualmente vivemos uma narrativa redundante, vivemos uma distração.

O que as pessoas imaginam é que o lugar de saúde é uma unidade de tratamento intensivo, uma UTI. O cuidado em casa não é oferecido, orientado. Fica a ideia de que o povo de Manaus está ferrado porque não tem hospital nem UTI. Não entra na pauta o fato de que Manaus é um assentamento caótico.

Por exemplo, como o Vietnã resolveu atravessar esse momento? Pela história daquele povo eles enfrentam esses eventos que assolam seus

vizinhos e o ocidente, com uma perspectiva tão própria que eles conseguiram lidar com essa pandemia de uma maneira que o número de conataminados foi muito pequeno, o número de óbitos nulo ou quase nulo. Significa que eles lidaram com esta pandemia da maneira que outros países estariam lidando com uma endemia, pensar que algum país conseguiu contornar esta pandemia já é um alívio e esperança renovada.

Bom dia Vietnã!

O mundo tentou destruir aquela gente, eles são índios também, mas eles conseguiram escapar, estão vivos, estão saindo dessa e ainda conseguiram doar equipamentos para países como Itália e Holanda. Assim também, Cuba que está enviando médicos para vários lugares do mundo.

Então esta conversa de saúde tem tudo a ver com outro jeito de estar no mundo.

Que seja estar no mundo fora desta perspectiva da mercadoria, do capitalismo, onde o saber é um capital, o saber é patrimonial, se você está fora disso, aí então o saber, as práticas de cuidado, fluem de uma maneira vital, tirando os corpos do lugar de flagelados e pondo os corpos nesse lugar de fricção criativa. Os corpos deixam de ser esses objeto vulneráveis a qualquer peste, a qualquer ataque externo a sua ecologia, e os corpos viram ativos criativos, ativos agentes criadores de histórias de vida, saem fora deste campo que a Medicina entende como saúde, criando corpos que estejam fora deste mercado da saúde.

Temos que por em questão esta ideia muito cultivada no ocidente de que o sanitarismo, o higienismo são coisas que vieram para civilizar uma situação precária. Eles vieram para criar uma servidão voluntária, onde estão todos querendo um saxofone sem saber tocar

A pergunta central para a saúde então é: O que o ocidente quer fazer da vida?

E se dissermos para as pessoas: Vivam! Mas vivam sem shopping. O que elas vão achar?

Se a vida é para consumo, então não fazer nada é uma desgraça, um purgatório, uma ante-sala do inferno.

E através desses produtos, que nós naturalizamos no cotidiano, vamos roendo o planeta, vamos evoluindo de homo sapiens para roedores, roendo o planeta.

Vejamos então, esta invenção da terceira idade, não são apenas algumas pessoas, mas todas as pessoas que tem um mundo organizado para o adoecimento da aposentadoria, junto com a invenção do mundo da adolescência, foi inventado o mundo da obsolescência, essa invenção da terceira idade, foi uma grande sacanagem que fizeram com quem estava nesta faixa de flagelo, uma invenção para fazer consumir, uns podem ir para um cruzeiro, outros podem ir para um puteiro, vai ter que aprender a dançar, uma apropriação espertalhona, para consumir o fim da vida, a bituca da vida, um programa para milhares de sujeitos , gente que saiu da mão de obra útil e caiu nesse buraco da terceira idade.

A hora é de fazer uma pajelança junta, como Glauber Rocha.

Agente vai ter que terminar dançando, como faziam nossos anciãos, quando estive em um desses encontros para terceira idade, eles disseram, puxa vida teve que vir um cara de fora da nossa cultura para dizer que estamos sendo manipulados por essa ideia da idade inútil para termos que ser consolados por este monte de mercadoria. Pessoas que foram sugadas pelo mundo da mercadoria e agora podem fazer uma crítica disso.

Agente é assediado por este tipo de ideia o tempo todo, o que é Re-Existir?

Sem cair no conto do vigário?

Sem comprar um tanto de coisa para presentear agente mesmo?

Muitos aproveitam essas situações de crise para rebobinar seus próprios produtos, por exemplo agora na quarentena do coronavírus.

Dizem que um jornalista certa vez perguntou ao Mahatma Gandhi: mestre, o senhor acredita na civilização ocidental? E ele respondeu: Seria uma boa ideia.

Nós estamos vivendo de uma maneira tão errada aqui na Terra, que agente precisa ter a capacidade de nos reordenarmos como humanidade, reordenarmos nosso modo de ir comendo, andando, bebendo água. O que nos obrigaria repensar nossa infra-estrutura, nossa cultura.

Quando dizem que a floresta é o pulmão da Terra, nós temos gente lá dentro que canta e dança para que a floresta continue sendo um pulmão. Se tirarem aquela população dali, nós teremos um ecocídio, se der tempo, ou antes disso um genocídio.

O genocídio tem sido uma prática bem sustentável nesse planeta.

Se os povos antigos da Terra não forem ouvidos, para que eles ensinem, dêem alguma pista, de como é que desativa esse dispositivo, que precisamos saber como desmontar, senão agente vai em rota de colisão, o painel do clima diz que se agente não mudar essa rota até 2030, agente não pára mais, será tarde demais.

Entropia?

Eu preferiria uma utopia, alguma possibilidade de descobrir como, em uma humanidade tão complexa como a nossa, cada um possa ter o tipo de mundo que sonhou.

Manifesto Quase

O desafio de transformar nossos “quases” em realidade completa



Quase chegamos lá

Quase a Constituição de 1988 incorporou que o Brasil seria o país do Direito

Quase nos tornamos humanos

Quase nos convencemos que éramos sujeitos de direito e não de consumidores de direito

Quase funcionou

Quase ficamos legal

Quase éramos felizes

Quase o outro seria um enriquecimento em nós

Quase o trabalho foi valorizado

Quase pudemos descansar

Quase ficamos democráticos

Quase os bandidos foram presos

Quase os inocentes ficaram livres

Quase os negros foram libertos

Quase a mortandade indiscriminada dos jovens negros foi equacionada

Quase os indígenas foram respeitados

Quase a floresta foi reconhecida como patrimônio da Terra

Quase os vizinhos foram parceiros

Quase não tivemos medo

Quase fomos felizes

Quase nos tornamos cidadãos e cidadãs

Quase a elite abriu mão de sua ganância

Quase os brancos ficaram menos preconceituosos

Quase a violência armada foi controlada

Quase as forças policiais se tornaram guardiães da cidadania
Quase os assassinos foram condenados
Quase a elite branca corrupta foi encarcerada
Quase o Lula foi dignificado
Quase os juízes foram justos
Quase a educação ficou bacana e para todes
Quase a saúde de cada um e uma se tornou a grande riqueza da Nação
Quase os banqueiros ficaram humanos
Quase a Globo serviu aos interesses de todes
Quase a religião só cuidou de religião
Quase os Pastores pararam de enganar
Quase a milícia foi dominada
Quase não precisávamos mais ser paranoico
Quase me sentia livre
Quase me dava vontade de viver sempre por aqui
Quase ultrapassamos nosso passado miserável, forrado de cadáveres
Quase o Brasil virou um patrimônio da humanidade
Quase fomos respeitados
Quase chegamos lá
Talvez de quase em quase, quase demos uma rasteira em nosso destino
infeliz
Quase não sou pessimista e minhas ilusões me convencem
Será?
E os seus “quases”, quais são?

A Carta do Cacique Chegou em Junho

Contra-pondo-se a uma política contra a ecologia cultural das subjetivações, contra a ecologia ambiental e social



Em 1854 o governador do então Território de Washington foi a Puget Sound mais uma vez para convencer os índios a venderem suas terras.

Sua oferta era na verdade um ultimato diante da recusa dos índios a se curvarem aos chefes brancos de Washington, que já vinham tentando comprar as terras das tribos indígenas Suquamish e Duwamish desde 1852.

A proposta de compra pelo governo dos Estados Unidos continha a ambiguidade de, ao mesmo tempo, ser um ato oficial de reconhecimento dos verdadeiros donos tradicionais daquelas terras, pois seriam os vendedores, mas exigir a venda como um novo poder absoluto, de modo que a venda era decretada como um tipo de “desapropriação” pelo Estado, os índios não tinham muita escolha, teriam que vender mais cedo ou mais tarde, ou seriam retirados forçosamente, o que significaria uma declaração de guerra contra as tropas de Washington e seu poder bélico incomparavelmente superior.

Foi ali diante de uma baía repleta de barcos e uma praia coberta por uma multidão que o Cacique Seattle, chefe maior daqueles povos indígenas, pronunciou seu manifesto diante da inevitável capitulação de seus povos, que seriam removidos para as “reservas indígenas”, uma invenção americana que prenunciava a idéia do que seriam os campos de concentração.

Este histórico pronunciamento foi registrado, traduzido para o inglês e publicado pela primeira vez em 1887 no jornal “Seattle Sunday Star”, passando a ser conhecido desde então como “A Carta do Cacique Seattle”.

Nela, o Cacique Seattle faz um último apelo comovente aos homens brancos, às suas almas, demonstrando todo seu espanto diante deste encontro tão chocante com uma experiência societária e civilizacional tão distante dos povos tradicionais:

“O grande chefe de Washington diz que quer comprar a nossa terra. Essa ideia é estranha para nós. Como é possível comprar ou vender o céu e o calor da terra? Se o ar fresco e o brilho das águas não nos pertencem, como podemos vendê-los? Cada parte desta terra é sagrada para meu povo. (...) O homem branco trata sua mãe – a terra – e seu irmão – o céu – como bens a serem vendidos (...) Se vendermos nossa terra, o grande chefe de Washington deverá ensinar a seus filhos que os rios são também seus irmãos, e que, doravante, deverão tratá-los com a mesma gentileza com que tratam seus irmãos. Nossos Costumes são diferentes. A visão das suas cidades faz doer os olhos do homem de pele vermelha. Talvez porque eu seja um selvagem e não compreenda. (...)”

A carta do Cacique foi retomada mais de um século depois, na década de 1970, pelo movimento ambientalista e ecologista, tornando-a o manifesto maior em defesa da multiplicidade e diversidade da vida, uma declaração de afeto, amor e compromisso com a vida neste planeta, além de defesa dos modos de vida mais respeitosos, sobretudo, uma lanterna a iluminar a falta de perspectivas de uma civilização ocidental auto e hetero destrutiva.

Em 1972, na Conferência de Estocolmo sobre o “Ambiente Humano” a Organização das Nações Unidas (ONU) cria o 05 de junho, o “Dia Mundial do Meio Ambiente”. Parece que o apelo da Carta do Cacique Seattle finalmente chegava aos ouvidos surdos dos “homens brancos”.

Este ano de 2019 o tema definido pela ONU para o dia mundial do meio ambiente é “Combater a Poluição do Ar”, como já pedia a carta do Cacique:

“O ar é precioso para o homem de pele vermelha. Todos os seres compartilham o mesmo ar: os animais, as árvores, o homem. O homem branco parece não notar o ar que respira. Como alguém que agoniza longamente, ele se torna insensível ao mau cheiro.

Se lhe vendermos nossa terra, o grande chefe de Washington deverá lembrar-se que o ar também é sagrado para nós, que o ar compartilha seu espírito com todos os seres a quem dá vida. A brisa que permitiu a nosso avô sua primeira inspiração também recebeu seu último suspiro.”

No Brasil, desde 1981 o governo brasileiro estabeleceu a “Semana Nacional do Meio Ambiente”, a partir deste dia mundial, ocorrendo na semana deste dia 05 de junho.

Deveria ser toda uma semana de intensa mobilização nacional sobre a temática da defesa ambiental, das ações de minimização das mudanças climáticas, da agenda da sustentabilidade.

E sobretudo, uma semana de ampla reflexão sobre novos modos de viver, conviver, coexistir, re-existir na diferença, reflexão sobre nossas apostas societárias, sobre outras possibilidades de construção e reinvenção do comum, em uma perspectiva que Félix Guattari chamou de “As 3 Ecologias”, como busca por modos de superação das “subjetivações capitalísticas”.

No entanto, como era de se esperar nesse sombrio momento da política nacional, a “Semana Nacional do Meio Ambiente” não faz nenhum sentido para os “homens brancos” que lamentavelmente agora conduzem o governo brasileiro, o que não diminui em nada nosso riquíssimo potencial nacional habitado por tantos “Caciques Seattles” que dedicam suas re-existências de uma vida toda a sustentar seus modos de vida e seus compromissos vivos de respeito ambiental e sustentabilidade vital.

Os povos indígenas estão em posição de liderança na preservação de territórios e ecossistemas, para confirmar isto basta verificar os mapas de desmatamento da amazônia legal e observar como as zonas de desmatamento, apagamento da floresta em função da expansão das fronteiras do agronegócio, da pecuária, das madeireiras esbarra nos limites das terras indígenas, sempre que estes limites foram estabelecidos e homologados, já que restam pendentes a validação pelo poder público de muitas das terras tradicionalmente ocupadas por populações indígenas que re-existem na diferença de seus modos de vida.

Neste dia Mundial 2019, nesta Semana Nacional do Meio Ambiente 2019, no Brasil não há nada a comemorar e muito para denunciar.

Vale lembrar que segundo dados do Observatório Global de Desmatamento, o Brasil ficou em primeiro lugar em 2018 no ranking de desmatamento de florestas nativas, florestas primárias, as mais preciosas, com área desmatada três vezes superior ao segundo lugar.

Recentemente, para piorar o cenário atual, a Câmara dos Deputados aprovou no final de maio último, um projeto de lei que liberou o desmatamento de mais aproximadamente 5 milhões de hectares no país.

O Projeto de Lei de Conversão nº 9/2019, com 35 emendas que segundo os especialistas ambientalistas desfigurou totalmente nosso já combalido “Código Florestal”, tudo isto confirmando a coerência da política nacional atual que ataca os povos indígenas, avança na liberação dos agrotóxicos, desrespeita os direitos humanos, atacando a um só tempo os direitos sociais, ambientais, culturais e educacionais, orquestrando uma agenda que caracteriza uma verdadeira “Três Anti-Ecologias”, contra a ecologia ambiental, contra a ecologia social, contra a ecologia cultural das subjetivações.

Isso Não é uma Ficção

Air BNB, capitalismo virtual e novas materialidades do viver: novos fronts da luta societária



Muitos de nós já está acostumado com a experiência que se constroem nas nossas cidades, de terras que já estavam abandonadas e que eram pastos para gados, nas fronteiras das zonas urbanas, de uma hora para outra adquirem um valorização no mercado de imóveis, quase como um passe de mágica. Essas terras, deixam de ser pastos e passam a ser vistas como terrenos, onde um hectare do antigo pasto passa a ser 10 terrenos de mil metros quadrados, sendo que cada um desses terrenos adquirem um preço que somados extrapolam de muito o valor do antigo pasto de um hectare. Estamos acostumados, também, a criação do objeto-desejo: terreno bucólico, onde antes havia boi e vacas comendo e defecando, de tal maneira que muitos que podem pagar por eles vêm ali a possibilidade da construção das casas dos seus sonhos. E, diria, que essa transformação, de fato, não foi um passe de mágica, mas, sim, uma verdadeira magia. Verdadeira magia, pois não é um truque como a mágica exige, é uma transformação efetiva. Alguns metros quadrados valendo, da noite para o dia, muito mais do que hectares dos antigos pastos.

E, quanto mais se imagina o valor-capital-imobiliário que isso pode proporcionar, ao permitir a realização de um desejo muito desejado por alguns dos que vivem nesses locais, mais pode-se ampliar o próprio preço desse novo tipo de bem material, que antes não existia.

Essa magia é típica das sociedades capitalistas, por serem sociedades que se constroem materialmente nas cabeças e desejos das pessoas, e que

opera magistralmente a criação do valor-capital de algo, que antes não tinha nem materialidade e existência.

Criar e inventar objetos do desejo é sua maestria, pois na sua sequência cria valor-capital sobre esses objetos materiais e imateriais, porém todos dentro de uma materialidade efetiva por existirem para aqueles que os desejam.

O capital, aliás, sempre foi isso mesmo, algo relacional e imaterial. Dinheiro e equivalentes são formas de expressá-lo, mas não são sua essência. Por isso, dizer que um país pode ter uma dívida maior que o dobro do que produz de riqueza é um regime de verdade, que faz sentido, mesmo que essa riqueza não consiga ser equivalente material da dívida, pois isto é tudo virtual, e sempre foi. Um PIB existe e não existe, pois a expectativa de riqueza é que conta, sob a forma de um valor que sempre se apresenta em primeiro lugar como uma virtualidade.

Mas, acontece que estamos acostumados com a experiência das sociedades capitalistas industrializadas, que sempre encontravam um equivalente material palpável para representar essa produção do valor-capital, de alguns bens. E naquela modalidade de construção do valor-capital, o industrial, imaginamos que o que tem valor são as coisas que são materialmente produzidas nos processos produtivos e, como tal, palpáveis. Trocamos a bola. Colocamos a riqueza nas coisas e não nas relações que as sustentam como coisas-valor-capital. Por isso, na nossa experiência fetiche das sociedades industriais, expressamos o valor-capital em casas, carros, prédios, máquinas, moedas metálicas, ouro, papéis-moedas e uma infinidade de outras possibilidades.

E nos acostumamos a essa forma de expressão, o que nos leva a imaginar que o capital é de fato o bem material, o dinheiro real, o metal precioso efetivo.

Mas, não é.

O capital, desde sempre, foi e é um valor abstrato, que só existe nas nossas relações e subjetividades desejantes, criadas através de certos mecanismos micropolíticos subjetivantes e de relações de poder, historicamente contextualizadas.

Quando algo torna-se imperativo para vivermos e o desejamos muito, esse algo, nas sociedades capitalistas, tornam-se potencialmente mercadorias, independente de sua natureza material ou imaterial. Pois, capital é uma invasão e produção de corpos que em si são o próprio valor-capital, e que podem ser expressos como portadores desse efeito abstrato equivalente, entre todos que aí se relacionam.

Mas, afinal, para que toda essa ginástica reflexiva que esse texto está realizando? Onde quer chegar? E, afinal, que o Air BNB tem a ver com isso? Tudo e mais um pouco, pois mostra que o capitalismo está entrando em uma nova fase, a do capitalismo explicitamente virtual, sem máscaras. Ele mesmo na produção do valor e sua realização dá conta de que a solidez das coisas é pura ficção, mas existe.

Além disso, essa novidade no mundo das vidas vêm definindo novas formas de viver, que estão modificando brutalmente nossas subjetividades e todos os elementos que antes eram sólidos e agora se desmancham no ar. O neoliberalismo é a atual fase de passagem do capitalismo para um novo mundo, que não é ficção, mas parece. E, com isso tudo, o que tínhamos como certezas se desmontam.

A uberização da vida e a tuitagem da política não são excrecências, vieram para gerarem novas possibilidades do que poderá ser o futuro da humanidade, como virtualização da nova materialidade do viver. E a forma capitalística do viver está dando um banho nas outras possibilidades, pelo menos, por enquanto.

* * *

Vamos nos aproximar do que o Air BNB faz e tentar dar “materialidade” a isso tudo que falamos, até agora.

Como um passe de magia, uma cama na minha casa, que antes era um bem privado e ponto, poderá se transformar em uma cama-capital, pois a alugarei para alguém que me pagará para dormir nela. Minha casa passa a funcionar como aquela história dos terrenos que vão surgindo como terrenos-capitais, quase do nada.

Eu mesmo vou virando um corpo-capital ao transformar minha casa em casa-capital. Não só empreendo meu corpo, que passa a funcionar intensamente como capitalista, como cada pedaço das minhas coisas

poderão entrar no circuito do mercado de novos tipos de bens, valorizados como bens-capital, aparentemente mobilizando por uma máquina virtual, aplicativo Air BNB, novos valores-capital que antes não existiam.

Minha cama, meu quarto, meu apartamento, minha casa, meu carro, minha cozinha. Minha vida.

Essa nova materialização da forma-capital das coisas vai molecularmente invadindo nossos modos de viver e pensar.

Vamos sendo virtualizados como viventes. Novos modos de desejar e de pensar, além de produzir mundos para si, vão nascendo.

Antigas lógicas relacionais vão se dissolvendo. Não cabe mais a ideia de ter emprego fixo, ter de ficar esperando décadas em trabalhos chatos, para se aposentar. Agora, somos todos equivalentes, não mais capital e trabalho.

Agora somos todos corpos-capitais e na virtualidade do viver o futuro, vai se desenhando e se apresentando possibilidades para percebermos que há um deslocamento brutal da própria política. Parece, para mim, que ela está se deslocando para o campo da ética, ou seja, pelos mecanismos pelos quais os diferentes coletivos constituem os valores-mundos de si e dos outros.

Claramente, sem subterfúgio, a disputa ética de mundos para se viver torna-se o centro do embate da política.

Por isso, hoje, vivemos a tensão fortíssima de uma disputa nuclear nesse campo, entre uma ética entendida como moralidade e não como um auto-instituir formas de viver na diversidade humana.

Essa disputa está e estará, daqui para frente, no cerne de todas as novas formas de construção de mundos outros.

Pois, modos de existir colocam em jogo corpos-capitais versus corpos-anti-capitais.

* * *

Uma disputa ética e estética está cravada no que é, já hoje, o cerne do mundo da política. Moral e ética são constituintes desse lugar de produção do viver. A política passa claramente para o mundo da comunicação e da linguagem e, dentro disso, para a tensa conversa socialmente ampliada da disputa sobre os costumes e os modos de viver, adquirindo centralidade e até mais potência do que o fazer, o pensar e o agir econômico.

Os modos de viver é que inscrevem o campo de produção ou não do valor-capital das relações onde nos inscrevemos como viventes.

Parte da direita sabe bem isso, hoje, por conduz todas as suas energias para reduzir o campo da ética a questões de valores morais, gastando nos processos comunicativos quase sua energia ativista, e tem conseguido, por enquanto, capitanear muito dos processos de mudança substancial da ordem capitalística do viver, no mundo como um todo.

Mas, boba que não é, não abre mão da sua capacidade de usar da violência do estado contra todes que não aceitam se submeter às suas premissas, e que insistem em disputar esse território apontando para novas éticas para a vida. Na diversidade e na noção básica de que todas formas de vidas já vividas valem a pena serem defendidas e preservadas.

Não é à toa que a extrema direita americana luta ferozmente nesse campo, e os conservadores brasileiros também, com o intuito de produzir uma purificação moral nos seus contextos de vida e uma busca de anulação de quem se contrapõe a isso, acusando-o de perigoso e diabólico.

Matar virou seu lema. Inquisição é sua inspiração.

Wapichana

Re-existindo na diferença



Os primeiros anos da década de 1970 foram sem dúvida uma das mais difíceis fases enfrentadas pelos povos indígenas da amazônia brasileira, desde as invasões portuguesa, espanhola, francesa, holandesa.

Sob o comando do então presidente do Brasil até 1974, o general Emílio Garrastazu Médici, período considerado o mais brutal dos vinte anos de ditadura militar, conhecido como “anos de chumbo”, foi implementado o “Programa de Integração Nacional (PIN)”, um programa de cunho geopolítico criado pelo governo militar brasileiro em 16 de julho de 1970, assinado pelo então presidente Médici.

A proposta era aproveitar a mão de obra nordestina oriunda das grandes secas de 1969 e 1970 para promover uma nova “colonização” da Amazônia brasileira, com os lemas “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras”.

É neste programa nacional “PIN” que acontece a gigantesca obra da rodovia Transamazônica, uma estrada atravessando toda a floresta amazônica, criando uma via que “integraria” a região norte, passando por inúmeras terras indígenas e regiões de floresta equatorial intacta.

O programa previa ainda que cem quilômetros de cada lado da Transamazônica deveriam ser utilizados para a “colonização” da floresta por cerca de 500 mil pessoas, assentando umas cem mil famílias.

O resultado para os povos indígenas da Amazônia foi uma tragédia incalculável, os episódios de genocídio e etnocídio se multiplicaram rapidamente, os exemplos são tantos que não cabem neste curto relato, no entanto vale lembrarmos alguns.

Em 1972 as aldeias do povo “Beijos de Pau” são completamente destruídas para dar lugar aos colonos da Transamazônica, este povo de cerca de 400 pessoas é completamente exterminado. Os “Beijos de Pau” são assassinados com comida envenenada por arsênico e veneno de formiga. Os colonos espalharam o boate que os índios haviam morrido de epidemia.

Também os “Tapaiunas” da região amazônica foram envenenados com açúcar contendo arsênico e exterminados.

Dos quase 4.000 “Carajás” da Amazônia, menos de 400 sobreviveram ao regime militar brasileiro.

Os “Bororos” da floresta tropical também foram quase completamente aniquilados para abrir espaço para os colonos da Transamazônica.

Os “Cintas Largas” da Amazônia, com quase 10.000 pessoas, chegaram a sofrer ataques até por dinamites lançadas de aviões devido ao difícil acesso às suas aldeias, no coração da floresta.

Os “Guaranis” da Amazônia que contavam cerca de 5.000 pessoas também foram quase extintos.

Os “Munducurus” da Amazônia somavam 20.000 pessoas e foram reduzidos no período pós 1964 a pouco mais de 1.200 sobreviventes.

Destes sobreviventes dos povos indígenas da Amazônia, durante o período militar, muitos deles sofreram forte pressão de descaracterização e aviltamento de suas culturas, transformando muitas vezes “indígenas em indigentes”. Era o projeto nacional de “integrar” os índios à população brasileira.

As taxas de mortalidade infantil indígena nesta época atingiram índices alarmantes. Epidemias, assassinatos, invasões de suas terras, destruição de suas aldeias, de seu habitat, de seu modo de vida, tudo caracterizava um cenário de verdadeiro genocídio em nome do desenvolvimento nacional dos governos militares.

Em 20 de abril de 1974, nasce mais uma menina Wapixana na comunidade indígena de Cabeceira do Truarú. Recebe o nome de Joenia.

Podemos tomar para nós esta fundamental pergunta “espinosista”: o que pode esta criança? Em seus bons e maus encontros que a vida lhe

reserva, neste cenário de hecatombe que vive seu povo, junto com todos os povos da floresta. O que pode esta criança?

Ela pode sobreviver, na proteção e cuidado de sua família e seu povo.

Aos 8 anos de idade esta menina indígena deixa sua comunidade e vai viver com a mãe na cidade dos “brancos”. O que pode esta menina? Falante nativa da língua uapixana, quase desconhecendo a língua portuguesa, discriminada e assediada pelas outras crianças da escola como “caboclinha”, por trazer no rosto, no corpo, a marca inegável de seu povo, de sua etnia, de sua origem, de sua ancestralidade. O que pode esta menina?

Ela pode concluir o ensino médio.

Ela pode passar a trabalhar em escritório de contabilidade.

Mas esta jovem indígena quer tentar ingressar na universidade, quer fazer ensino superior, mesmo que, desde a fila de inscrição, já lhe olhem com aquela interrogação de que ela deve estar no lugar errado, que ali não é seu lugar. O que pode esta jovem indígena?

Ela pode passar em quinto lugar para o curso de direito.

Muitos então se perguntam se ela vai conseguir entender o que os professores ensinam, se ela será capaz de fazer um curso como este. O que pode esta jovem universitária indígena?

Ela pode ser a primeira mulher indígena a se formar em direito, em 1997 na Universidade Federal de Roraima.

Muitos se perguntam então onde irá encontrar oportunidade de trabalho essa jovem. O que pode esta jovem advogada indígena?

Ela pode ser a primeira indígena a falar no plenário do STF, Supremo Tribunal Federal, defendendo a homologação das Terras Indígenas Raposa Serra Do Sol, em 2008, com uma extensão de 1.678.800 hectares e uma população superior a 16.600 indígenas.

Ela pode se tornar uma referência nacional em legislação fundiária, demarcação de terras, direitos dos povos originários.

Ela pode ser a primeira indígena a concluir um mestrado na Universidade do Arizona, nos Estados Unidos.

Ela pode ser a primeira presidente da Comissão de Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 2013.

Ela pode receber, em 2018, o prêmio de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1968 como uma espécie de “Nobel da Paz da ONU” e concedido anteriormente a nomes como Martin Luther King , Nelson Mandela, Malala Yousafzai.

Mas, neste mesmo ano de 2018, o povo brasileiro elege para presidente um declarado inimigo dos povos indígenas, com um projeto nacional de ataque e sequestro dos direitos sociais, dos direitos ambientais, dos direitos indígenas. Propondo inclusive rever terras indígenas já demarcadas como a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O que pode esta mulher indígena neste triste cenário?

Ela pode ser indicada para concorrer ao Congresso Nacional pelo movimento indígena no “Acampamento Terra Livre”, em abril de 2018.

Ela pode ser eleita a primeira mulher indígena na Câmara dos Deputados desde a criação desta casa em 1824, ou seja, em quase duzentos anos de Congresso Nacional, pela primeira vez temos uma mulher indígena.

Retomando tardiamente os mandatos indígenas, 32 anos depois que o cacique Mário Juruna Xavante deixou o Congresso Nacional em 1987, chega a deputada federal por Roraima Joenia Wapichana.

Mas em uma legislatura extremamente reacionária, na qual apenas 77 mulheres foram eleitas para a câmara dos deputados, 15 % dos 513 deputados federais, em um momento político muito desfavorável, com um movimento no legislativo e no executivo nacional de fortalecimento das forças de direita, de ampliação da representação política dos ruralistas, do agronegócio, dos evangélicos, dos pecuaristas, das mineradoras. O que pode esta mulher indígena deputada federal?

Ela pode presidir a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

Ela pode apresentar seu primeiro projeto como deputada federal que:

“Torna hediondos os crimes ambientais, quando afetem gravemente ecossistemas e coloquem em risco a vida e a saúde humanas.

(...)

A Lei não contempla crimes que configuraram a eliminação de todo o ecossistema dos rios atingidos, destruição da flora e da fauna em

escala, causando danos ambientais quase impossíveis de calcular e que afetarão nosso país por pelo menos cem anos. Cremos que, quando o comprometimento de um ecossistema todo acontecer, é óbvio que o tratamento penal deve ser mais gravoso do que quando os danos forem circunscritos a uma determinada área. Assim, propomos o presente projeto de lei, para considerar que danos ambientais que cheguem a afetar a existência de um ecossistema todo e, por suas consequências, a saúde ou a vida humana, sejam considerados hediondos.

(...)

É de se observar ainda, que em ambos os desastres, povos indígenas tiveram os seus territórios, dos quais dependem para sobreviver física e culturalmente, comprometidos, afetando gravemente comunidades dos povos Pataxó e Krenak. Nós legisladores temos que dar uma resposta rápida e eficiente a estes crimes. Há que se evitar que empresas continuem nesse caminho do não investimento no controle de sua poluição, obrigando-as, pelo receio da pena, a utilizarem recursos para tornarem essas atividades realmente seguras.”

Joenia Wapichana nunca teve medo das circunstâncias desfavoráveis, "sempre fui minoria por onde passei", disse em entrevista à BBC News Brasil. "Isso que me impulsionou a provar que somos capazes, que o indígena não é inferior e que basta ter uma oportunidade, que ele agarra." Joenia vem mostrando que pode provar isso.

Lutas que Valem a Pena Lutar

Por um mundo habitado por vidas não neoliberal



Estamos, aqui, tomando como vida neoliberal isso que nos ocupa diariamente, hoje. Modos de viver, que para serem produzidos, acabam por produzir mais valor ao modo capitalístico do viver contemporâneo, centrado no individualismo, na noção de que os corpos que merecem viver são os corpos-capitais, no ideal de uma vida autorregulada em torno de se constituir, isoladamente, cada um como um empreendedor do capital, que lá no fundo só favorece as grandes corporações e o capital financeiro mundial.

Esse modo de viver, o neoliberal, vem mostrando intolerância às diferenças que não se coadunam com ele e, o pior, tem construído uma pauta para o mundo que é o do extermínio dessas diferenças, procurando criminalizá-las. Além, de uma maneira geral, ter se constituído como uma crença que não aposta na vida sob todas as suas formas possíveis, que esse planeta mãe que nos produziu e acolhe sustenta.

O modo de viver neoliberal, em sua prepotência, tem sido antivida, mesmo quando se associa com algumas religiões fundamentalistas, que são mais estimuladores de guerra contra o outro diferente, do que qualquer outra coisa.

Diante disso, uma das preocupações centrais têm sido pensar e agir na direção de viveres antineoliberais, por parte dos que não cabem aí e dos que não comungam com essa aposta para a humanidade.

Isso, em si, abre uma conversa sobre lutas que valem a pena lutar, ao lado, daquelas que já se consagraram como lutas sociais necessárias como, por exemplo, a luta pela democracia de base, horizontal e molecular. A luta contra a exploração do homem pelo homem. A luta contra os privilégios de poucos, que acumulam enormes riquezas. A luta pela existência de uma rede de proteção social, que considera cada vida vivida um patrimônio coletivo. A luta contra o preconceito e a violência.

Nesses anos todos, desde a emergência dos projetos neoliberais da década de 70, do século XX, várias outras lutas têm se agregado àquelas, como a luta feminista, a luta do movimento gay, a consolidação do necessário enfrentamento de uma pauta lgbtq+ em todos níveis da organização de qualquer sociedade. Luta pela moradia e pelo uso da terra de forma produtiva e dentro de uma pauta de sustentabilidade do planeta. Luta pela água. Luta pela liberdade das manifestações culturais.

A originalidade em ir se inventando novas formas de luta, que apontam para modos de viver não neoliberal não para, é um dever.

Nessa coluna, a ideia é agregar dois movimentos que me ficaram mais visíveis recentemente e que me parecem conter alguns elementos, que vale a pena nos debruçarmos. Um deles, é a luta dos coletes amarelos, na França, e, a outra, a luta por um “green new deal”, nos EUA.

Não tenho a pretensão de me estender muito, mas gostaria de registrar pelo menos questões que cada uma dessas lutas podem estar colocando, como novidade, enquanto um movimento mais deflagrado.

Dentre uma infinidade de pautas que a luta dos coletes amarelos vêm colocando, há uma bem invisível ainda, que se refere às ações do governo Macron na direção de se destruir as economias locais e regionais, que são sustentação para modos de vida bem consolidadas, na França. Diria, até, que não só na França, pois podemos ver isso também na Espanha, na Itália, só a título de exemplo.

O que seriam essas economias locais e regionais? São a construção de uma rede de produção e distribuição em certas localidades e regiões que são realizadas pelo reconhecimento da capacidade produtiva específica, de um certo setor e local. Por exemplo, uma certa vocação que foi se instituindo em algumas localidades na produção de alguns produtos agroindustriais, como laticínios e seus derivados, como grãos e seus derivados, como comércios específicos e seus derivados. Em torno dos quais vai se consolidando a própria produção de riqueza e de modos de viver, dessas localidades.

É famosa a existência de regiões de competência da produção de vinhos, por vários lugares da França, bem como, a produção de queijos, ou mesmo a produção de certos equipamentos necessários para sustentar esses processos produtivos.

Isso, em uma escala nacional, gera uma rede de capacidade cooperativa, não centralizada e não dominada pelo capital financeiro, e que em si se organiza como uma resistência ao modo mais “perverso” da vida neoliberal.

No Brasil, conhecemos bem isso. Quando em uma cidade abre um grande shopping center, vemos sumirem as economias locais e a destruição por completo dos modos mais comunitários de viver no entorno. Na França e nos outros países, esse processo é ainda mais contido, diferente dos EUA.

Acontece, que uma das pautas do governo Macron é o de fazer exatamente o que as grandes corporações pretendem. Comprar todas as pequenas e médias capacidades produtivas, destruí-las e colocar os seus insonos e uniformes produtos no lugar, mas que lhes geram lucros astronômicos.

A luta dos coletes amarelos enfrenta esse projeto, também, além do que a mídia coloca sobre eles. Vale ver nisso, uma pauta nova para lutas antineoliberais, como vejo no caso brasileiro na luta do MST na sua briga para fazer que sua produção cooperativada chegue a população em geral, mostrando as vantagens dessas apostas.

No caso do “Green New Deal”, que vem sendo criado a partir do movimento de alguns setores do Partido Democrata americano, parece-me também que há uma pauta interessante a dialogar contra o mar de destruição do meio ambiente, que vimos assistindo passivamente, no nosso país. Mesmo sabendo que estamos sendo

envenenados diariamente pela nossa agroindústria, ainda não conseguimos criar um efetivo movimento social sobre isso.

Nos EUA, que viveu um período dos anos 30, do século passado, em torno do “New Deal”, para combater a miséria que se vivia no país, gerando novos empregos e novas economias, hoje produz esse movimento do “Green New Deal” com uma extensa pauta de que, ou salvamos o nosso planeta continuando sendo produtores de riqueza e, portanto, salvamos as nossas próprias vidas, ou a Terra vai acabar com a gente, que vimos produzindo destruições incríveis em seus habitats.

Esse movimento americano, que recém começa como proposta de uma política efetiva para pensar a sociedade americana como um todo, acrescenta algo vital do ponto de vista antineoliberal: riqueza é produzir vida, diversidade, sustentabilidade em ambiente social democrático.

Vejo que essa proposta tem muito a nos dizer, mesmo que possamos ter, como tenho, críticas a certas questões que esse projeto de setores do Partido Democrático carrega. Mas, como diz Chomsky, em recente entrevista sobre isso no Democracy Now, não invalida a potência de mudanças que há nessa construção e, portanto, por isso deve ser conhecida, debatida e apoiada.

Insisto que ou criamos essas novas lutas que valem a pena lutar, ou seremos esmagados se só nos posicionarmos no mesmo tipo de tabuleiro, onde a política formal vem sendo operada.

Uma nova esquerda, precisa se posicionar a partir disso.

Mulheres Indígenas

Re-existência viva em marcha



Todos que viram aquelas muitas mulheres pisando sobre o solo, há tanto tempo tornado infértil, de Brasília, tiveram seus corações tocados.

Com seus colares, com seus cocares, com suas pulseiras, com suas variedades de pinturas corporais.

Pisando firme com seus ritmos compassados e com seus cantos, com suas crianças, tantas delas em seus criativos tecidos, redes, cintas para carregar os bebês em seus colos.

Todos que as viram, que as ouviram, se co-moveram com sua marcha.

Marcha das Mulheres Indígenas.

Marcha certamente não seria o nome exato para definir aquelas dezenas de grupos de mais de cem etnias, dentre as pouco mais de trezentas etnias sobreviventes ao genocídio brasiliense.

Talvez fosse mais justo chamar aquele festival da diversidade humana, que evoluía quebrando a tradição das ruas monótonas de Brasília, chamar como a 1ª Ciranda Geral das Mulheres Indígenas.

Mas Marcha ficou, para marcar todo o empenho e compromisso e intencionalidade ética-estética-política destas mulheres.

Mulheres Indígenas em guerra pelos seus direitos, em defesa de seus Territórios, em defesa de seus povos, em defesa da VIDA em sua multiplicidade, verdadeira “biossociodiversidade”.

Mulheres Indígenas em defesa das florestas, do respeito aos seus modos de viver, em defesa do direito sagrado de continuar vivendo na presença viva de seus ancestrais.

Mulheres Indígenas, autênticas representantes vivas de todas aquelas que foram sequestradas, vitimadas, encarceradas, escravizadas, violentadas

desde que esta guerra cruenta chamada Brasil começou, no ano da graça de 1500 da morte de “Nosso Salvador”.

Elas chegaram, vieram em mais de duas mil, saíram de todas as partes e regiões do Brasil, para dar o seu grito uníssono de “vida livre”.

Mulheres Indígenas que geraram em seus ventres, tantas vezes sob ameaça e constrangimento, a formação, a miscigenação do povo brasileiro, marcharam em Brasília em defesa das sementes criolas, da agricultura familiar e sem agrotóxicos, em defesa do direito à comida sem envenenamento, da terra sem veneno, dos seus rios limpos e livres do tormento das mineradoras.

O chão de Brasília tremeu sob os pés descalços destas mulheres guerreiras.

Os homens de preto em Brasília, tremeram dentro de seus ternos alinhados e bem passados pelas mãos de outras tantas mulheres, que deixaram ali em segredo suas mensagens ocultas em suor para ressoarem nesta marcha.

Os grandes Senhores do Veneno, os Senhores intocáveis do Latifúndio e do Agronegócio, os Senhores fabricantes de armas para matar, de químicas para envenenar, de mídias para enganar, os grandes Senhores por trás de milhares de garimpos ilegais e mineradoras imorais, os Senhores da Guerra contra a Vida, os Senhores da Necropolítica e seus exércitos de lacaios, tremeram, em Brasília ou bem longe dali, escondidos da miríade daqueles milhares de olhares penetrantes e corações valentes.

Eles tremeram, mesmo bem guardados e protegidos em seus castelos, em suas fortalezas, em seus Palácios com ou sem alvoradas, mesmo inacessíveis eles tremeram, nestes dias memoráveis de agosto, em que pisaram forte, socando ritmadamente o chão de Brasília, mais de quatro mil pés de Mulheres Indígenas.

O “adulto branco macho sempre no poder” se acovardou e se encolheu, mesmo invisivelmente, diante das mais de duas mil vozes de Mulheres Indígenas que ressoaram seus cantos de vida, suspendendo o céu cabisbaixo de Brasília, destoando dos traços bem comportados de Lúcio Costa.

Até a geometria apolínea arquitetada, forjada em aço e concreto para se tornar cidade, com suas tantas curvas inspiradas no feminino, tremeu na presença da força viva, da viva-cidade duas mil vezes mais curvilínea, daquelas mulheres indígenas.

Tudo isso se passou nos dias de 09 a 14 de agosto, com o belo tema “Território: Nosso corpo, Nosso Espírito”.

Toda aquela multiplicidade pôde costurar uma construção de um “comum”, com o tema do Território.

Território compreendido com uma sofisticação conceitual que certamente faria Milton Santos saltar de alegria e bater palmas, orgulhoso de sua gente.

Território como espaço e tempo vivos, preenchidos de existência, comprometidos com os modos de viver e ser humanos.

Território Físico sim, demarcado e homologado, necessário para garantir direitos, mas Território também existencial, Território ancestral que presentifica o passado e garante a promessa de futuros possíveis.

Território Indígena ancestral.

Contraponto coletivo radical.

Contrariando a propriedade privada rural.

Território Corporal, denunciando a invasão de seus próprios corpos por políticas que querem desconstruir o respeito às especificidades étnicas, incluindo aí o respeito pelo alimento tradicional sem veneno, o respeito pela água livre de veneno e livre do lixo das mineradoras e garimpos, o respeito pela Saúde Indígena Diferenciada.

No dia 12 as Mulheres Indígenas ocuparam a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), sublinhando, ressaltando o tema da Saúde, como guardiães milenares do cuidado de seus filhos, do cuidado de seus povos.

Exigiram a saída da atual secretária responsável pela SESAI, Sílvia Waiãpi, por não representá-las. Conseguiram uma audiência com o ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, que recebeu um pequeno comitê de dez mulheres.

Elas sabiam muito bem quem ele é, o que faz ali, porque e por quem exerce seu cargo, puderam encará-lo de frente, lhe dizer olhando nos olhos muitas de suas demandas e necessidades, sem qualquer ingenuidade, sem

esperar nada daquele sujeito, mas cientes do valor simbólico e histórico da atitude delas e da importância de se fazerem presenças vivas ali, onde suas vozes nunca ecoaram.

Território também Espiritual, clamando pela demarcação de seus modos de ler e vivenciar o mundo, reivindicando o direito de sustentar a sacralidade da vida, a sacralidade de todo que vive, a sacralidade que exige o respeito por tudo que existe, no visível e no invisível.

Território Espiritual exigindo respeito pelas montanhas, gritando em nome dos Rios para os ouvidos surdos que não conseguem ouvir os gritos recorrentes das entidades que operam tudo que existe.

O grito dos peixes, o grito dos pássaros, o grito das fontes de água limpa, se fizeram ouvir na voz, nos cantos, na marcha daquelas Mulheres Indígenas.

No dia 13 marcharam até a Esplanada dos Ministérios, confluíram em um mar de vitalidade com o “Tsunami da Educação”.

No dia 14 celebraram o encontro da grande aliança pela vida em abundância, confluindo com a “Marcha das Margaridas”, que trazia a Brasília muitos milhares de mulheres camponesas, em uma vertiginosa demonstração da força em defesa da VIDA, força destas mulheres que cotidianamente engravidam a terra na produção de alimentos genuínos, saudáveis, para alimentar a imensa maioria dos brasileiros pela agricultura familiar.

Agricultura familiar cada dia mais esmagada pelo modelo agrominerador, corporativista exportador, agroexplorador e agroescravagista, de monoculturas de grãos transgênicos, para fabricação de carne.

Agricultura familiar que traz em seu seio o sentido genuíno de uma cultura marcada pelo respeito à terra, respeito às sementes tradicionais, respeito aos rios e convivência com as matas em agroflorestas extrativistas, uma verdadeira agri-cultura de respeito pela biodiversidade.

Ao longo de todos estes dias de marcha, as Mulheres Indígenas reafirmaram seu Território/Corpo/Espírito indissociável.

Trouxeram muitas de suas crianças, para lhes mostrarem, lhes ensinarem a força desta luta viva que atravessa os tempos, produzindo seus Territórios Espaço-Corpo-Temporais.

Vieram renovar no presente seu Território Temporal, seu modo de tempo circular, disputando as narrativas de nosso presente, as narrativas de nossos passados e antepassados, disputando e engravidando os nossos futuros de muitos e promissores possíveis.

Até a Lua, orgulhosa de suas cunhãs e cunhatãs, se fez cheia neste dia 14 de agosto.

Da Distração à Caneta

Modos de governar um país com frágil regulamentação legal



A todo tempo há pessoas que afirmam que o atual governo nacional não vem cumprindo o que prometeu e que nos seus primeiros cem dias fracassou, completamente. Ledo engano, pois parece-me que é exatamente o contrário, vem cumprindo um script já preparado há muito tempo, sem alarde, e com uma agenda de mudança que não causa surpresa a ninguém, mesmo considerando que quando da disputa eleitoral, durante toda a candidatura, o vencedor tenha se abstraído de colocar de modo claro seu programa de governo.

O melhor indicador disso tudo é que ao lermos todas as canetadas que o governo vem dando, lemos e quase que nos passa a certeza de que já sabíamos que era isso que iria fazer. Não há segredo sobre quais as intenções do governo e quem ele representa.

Pelo menos três forças de intenção operam em seu governo: a religiosa, via evangélicos e “milicianos”, pautando costumes e mitos; a militar, pautando uma geopolítica que coloca o Brasil alinhado ao bloco americano e a econômica neoliberal, pautando a mercantilização da vida e a construção de condições sem condicionantes, para um mercado de grandes capitais operar livremente.

De novo, isso é claro e transparente, não há ocultamente nessas intenções, ou melhor, talvez a da milícia ainda fica insistindo que não está aí instalada no governo, mas isso não vem se conseguindo esconder, apesar de se estar impedindo sua criminalização.

Para sustentar essas agendas o governo conta com apoio de setores bem definidos e restritos da sociedade brasileira, mas também conta com uma não tão restrita condição imaginária de que, hoje, o modo de se governar é esse de se posicionar, sempre, como um anti-governo, mesmo sendo governo formal.

O imaginário atual é contaminado pelo fracasso da política por representação clássica dos partidos políticos e a direita soube capitanear isso, apelando para um imaginário que não consegue nem perceber que ela opera de modo tradicional, a própria política.

Muitos políticos vinculados ao governo, são políticos que convenceram uma parcela grande de que não fazem política. E como diz o ditado popular, onde há trouxas há espertalhões tirando vantagens.

Entretanto, o que mais me incomoda é não se perceber que na construção espetacular de um presidente, como se fosse um anti-presidente, há de fato um modo de governar, inclusive tirando vantagens de um país que sempre teve fragilidade constitucional. Vejam que já fabricamos 8 constituições e nenhuma se sustentou por muito tempo, porque, por aqui em nosso país, somos constituídos por coletivos sociais de baixa capacidade de se levar em consideração e se imaginar republicano e cidadão.

Enquanto se cria uma encenação, deslocando a ideia de fazer política com questionamentos e contestações pelas mídias oficiais, das chamadas redes sociais, como twitter, whatsapp e facebook, o núcleo duro do governo vai usando direitinho a caneta e operando alterações milimétricas nas regras do jogo.

Fosse um país com solidez legal, mesmo com um judiciário bem frágil como o nosso, pois opera outros interesses que não o de um justiça justa em defesa dos direitos individuais e sociais de qualquer um, a canetinha não teria tanto efeito, pois não seria a alteração de uma ou outra palavra em um decreto que o viraria de ponta cabeça, como na maior parte dos marcos regulatórios atuais.

A nossa legalidade é frágil como um castelo de areia e um brincalhão distraído as muitas cabeças as captura com idiotices, ao mesmo tempo que vai modificando coisas chaves nas vidas das pessoas.

Elimina-se milhares e milhares de benefícios com algumas pequenas modificações, o que aliás esse atual governo sabe fazer muito bem.

Mérito para ele.

O problema é que a chamada oposição ainda não percebeu isso, ou se percebeu não sabe como fazer e nem sabe quais seriam as bandeiras de luta para esse enfrentamento.

Muitos imaginam que seria voltar para a institucionalidade anterior, mas é justamente a fragilidade dessa que está abrindo esse campo todo de devastação.

E, o pior, é que muito da fragilização foi construída pelos governos anteriores. Veja, por exemplo, que o começo da destruição da carreira do funcionalismo público federal foi feito pela presidenta Dilma. Destruiu os pilares das carreiras públicas, como dos servidores e docentes das universidades federais, precarizando a sua composição salarial.

Para destruir de forma definitiva as universidades basta mudar alguns parágrafos da precária composição salarial e a debandada da universidade vai ser um deus nos acuda.

Isso, coloca a oposição em uma certa ressaca moral, pois ela sabe que ela mesma já vinha caminhando nessa direção.

O mesmo pode-se pensar sobre a regulamentação das várias mídias, que sempre foram do privilégio das elites. E essa baixa regulamentação é que permite em uma canetada acabar com todas as rádios comunitárias.

Comemorando os 100 dias o que vimos foram canetadas e pouco ruído, pois no histriônico espetáculo de se apresentar como anti-presidente, o presidente vai governando com seu núcleo duro o país e levando-nos para uma situação que será, em seus efeitos, calamitosa, como todos sabemos, inclusive ele e seus grupos.

* * *

Eliane Brum em um texto brilhante sobre o governo atual e seu modo de agir, chama na terceira parte do seu texto para a resistência, apontando que deve-se desviar do modo como o bloco no poder pauta o campo da política e indicando para a ação solidária, alegre, festeira, produtora de mais vida com o outro.

Isso, para mim, é uma pauta séria da resistência, que deveria mobilizar políticos que se dizem de oposição, coletivos autoafirmativos, movimentos sociais que defendem mais vida para os vivos e nas diferenças, artistas, intelectuais, gente comum, qualquer um. Deveria mobilizar em direção a construção de processos em comum, fóruns ampliados que coloquem em pauta um modo anti-governo-atual de ver o mundo, de pensar a organização da vida, do agir anti-violento, da negação ponto a ponto em relação aqueles que só propõem governar o outro pelo medo, pelo ódio, pela matança.

E isso temos visto pouco. Não vemos, por exemplo, uma união entre grupos de partidos de oposição realizando conversas abertas para pensar o futuro, após esse apocalipse que o governo-atual vem construindo. Não vemos grandes pautas em comum, nem mesmo quando o pacote da previdência está já em jogo.

O que vemos é uma oposição fragmentada, tentando uma ser mais que a outra, com raríssimas exceções.

Petistas que acham que podem falar por todos. Psolistas que se julgam mais oposição e moralmente melhores que os outros. Pedetistas fazendo jogo dúbio para se afirmarem em terreno distintos dos outros. Pcdobeistas até lançando candidatos a sucessão e falando como se fossem as maiores autoridades em resistência. Blogueiros querendo ser o máximo, em busca de audiência.

Uma oposição que não enfrenta, como um todo, a destruição do campo da cultura em todas as suas esferas governamentais. Inclusive falam do ministério da educação sem tocarem de modo claro no tema da cultura. Não há nada de atividades conjuntas, abertas a todos para uma conversa descentralizada que possa levar milhares e milhares para bate-papos, pensando como ser o anti-governo-atual.

A oposição caiu na malha do governo-atual, foi pescada, fala como ele, conversa as pautas que lhe são colocadas e age do mesmo modo ético e estético.

Há raras exceções, como por exemplo a única representante no Congresso Nacional vinda dos Povos Originários, Joenia Waipichana, deputada federal pela Rede-Roraima, que vem costurando uma frente nacional contra a política de extermínio. Há o movimento em direção a 16º

Conferência Nacional de Saúde que vem mobilizando milhares de pessoas em diferentes lugares do Brasil, criando conversas e reflexões do porque defender o SUS e não cair no conto do Banco Mundial, que vem propondo uma política de saúde precária para um povo precário, e que o governo-atual quer implantar.

Precisamos muito mais que isso. Precisamos que as mulheres se juntem e chamem fóruns e conversas e reuniões e atos e... e... e para mexer nas vidas capturadas. Precisamos que mães jovens se rebelem contra o moralismo que vai invadir a vida de seus filhos e filhas. Precisamos de movimentos e mais movimentos.

Sem isso, de distração em distração, a oposição continuará dando cabeçada.

Por isso, está mais do que na hora de se dar uma parada e construir uma elaboração sobre isso tudo.

Denuncismo não altera agenda de um governo tão solidificado. Nem baixa popularidade. O governo Temer, que o diga.

Angela Davis e Movimento Indígena

Do Alabama ao Ibirapuera a liberdade é uma luta contínua



Foi uma verdadeira celebração da vida e do direito às diferenças, um verdadeiro banho de esperança e renovação das energias para lutar por uma vida mais justa. Isto foi a passagem de Angela Davis pelo Brasil esta semana.

Esta lendária ativista libertária pela emancipação coletiva em geral e das mulheres negras em especial, esta histórica ativista pelos direitos difusos de todos os povos, contra o “capitalismo racista heteropatriarcal”. Aquela mesma Angela Davis com seu lindo cabelo “Black Power” evocando sua militância desde os anos setenta do século passado. Em especial evocando na memória a força simbólica dos “Panteras Negras”, com os quais manteve alguma conexão, que acabou sendo alegada para criminalizar sua militância.

Em sua passagem pelo Brasil esta semana Angela Davis fez uma verdadeira caravana de coalisão com os mais diversos movimentos de resistência popular e democrática contra o atual governo federal de extrema direita.

Esteve com o MST, visitou Preta Ferreira do Movimento dos Sem Teto do Centro, esteve com diversas lideranças e escritoras do movimento feminista negro.

Em seu pronunciamento para uma verdadeira multidão de milhares de pessoas no Ibirapuera / SP, referiu-se ao direito à moradia, às lutas pela dignidade do movimento negro em geral e das mulheres negras em especial, lembrou Marielle Franco, a criança negra Ágata assassinada, denunciou a violência policial racista no Brasil e nos Estados Unidos, evocou a campanha Lula Livre, movimento dos Sem

Terra, Movimento dos Sem Teto, luta pela democracia e pelo socialismo, lembrou da luta dos povos palestinos, estimulou a defesa incondicional dos direitos das pessoas contra o “Capitalismo Racista”.

E na abertura de seu pronunciamento deu um destaque muito especial ao Movimento Indígena. Reconhecendo a posição de liderança do movimento indígena na construção e defesa de uma alternativa político-econômico-civilizacional que possa reorientar o modelo atual na direção do respeito ao planeta, do respeito ao que chamamos de meio ambiente e a tradição ameríndia chama de “Pacha Mama”, ainda que em algumas tradições indígenas brasileiras a Terra não seja nossa mãe, mas sim nossa irmã, o que redundava na mesma postura de respeito e consideração absoluta.

Angela Davis deu a entender que para estancar o saque feito permanentemente pelos que consideram “Pacha Mama” simplesmente como “recursos naturais”, como um mero “estoque de produtos” a serem sequestrados indefinidamente, a alternativa passa necessariamente por darmos voz e ouvidos ao Movimento Indígena.

Logo no início de seu pronunciamento em São Paulo, disse Angela Davis:

“Eu gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todas e todos vocês que se identificam com os Movimentos contra o racismo, contra o capitalismo, contra o heteropatriarcado....

E gostaria também de agradecer a todas e todos vocês que reconhecem que se nós não juntamos forças com os povos indígenas, com nossos irmãos e irmãs neste esforço urgente de salvar o planeta, todos os movimentos em prol da justiça, da igualdade, da liberdade ocorrerão em vão.

(...)

O cacique Raoni Kayapó nos diz que: Vocês destroem as nossas terras, vocês envenenam o planeta e vocês estão semeando a morte, porque vocês estão perdidos, e muito em breve será tarde demais para modificar.

Os povos indígenas por toda a extensão das américas tem nos enviado avisos sobre o futuro durante séculos e nós falhamos por

não lhes darmos ouvidos, e isso coloca em risco todo o nosso planeta.”

Angela Davis nos ajuda a entender, com a força de sua presença mítica, que o Movimento dos Povos Indígenas não é pelos Povos Indígenas, mas sim a construção de uma alternativa concreta e real de uma sociedade mais inclusiva e justa para todos e todas.

E este “para todos” aqui não significa apenas para todos os seres humanos, mas para todos os seres. O reconhecimento tradicional indígena do direito à vida e à dignidade se estende a todos os seres. Inclusive seres ou subjetividades que são para nós inalcançáveis em nossa compreensão limitada. Por exemplo, o direito dos rios serem respeitados em sua vida e dignidade. O direito das serras e das matas serem respeitadas em sua vida e dignidade.

Angela Davis aponta como o Movimento Indígena está em posição de liderança na construção de uma “outra via”, que seja fundada no bem comum, na construção de um comum bem viver e conviver, de forma mais respeitosa, justa e livre.

Certamente esta visão do Movimento Indígena foi influenciada também por seu encontro com Ailton Krenak na Universidade Federal do Sul da Bahia, em tempos atrás, anteriores à atual política de morte por estrangulamento financeiro imposto às universidades públicas.

A “mineração do outro” como o saque, o esbulho, o massacre, atinge indistintamente seres humanos, árvores, serras, rios ou a fauna marinha.

O grupo que “atualmente ocupa o escritório”, para usar esta expressão de Angela Davis, parece entender isto muito bem. Por isto vem atacando frontalmente o Movimento Indígena como inimigo número um.

Angela Davis é também um símbolo histórico da criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças, tendo passado mais de um ano na cadeia como presa política.

Esta criminalização dos Movimentos Sociais e suas lideranças, vem passando mais uma vez diretamente pela criminalização do Movimento Indígena e suas lideranças.

Seja no Chile que explode em protestos generalizados depois da insistência de protestos contínuos dos Mapuches no sul do Chile, em enfrentamento acirrado durante anos com as indústrias madeireiras em seus territórios, tendo sido muitas vezes tratados como “terroristas”.

Seja na Equador com o presidente Lenín Moreno tentando criminalizar as lideranças indígenas após as fortes ondas de quinze dias de protesto e luta campal nas ruas de Quito.

Criminalização que passa por Jaime Vargas, presidente da organização Conaie, que abarca todos os povos e nacionalidades indígenas do Equador. A Procuradoria-Geral do Equador abriu uma investigação contra Jaime Vargas alegando uma suposta defesa de "grupos subversivos".

O presidente Lenín Moreno segue coagindo as lideranças indígenas por saber da importância capital do Movimento Indígena equatoriano na resistência popular às suas medidas de alinhamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Seja ainda na tentativa em curso de golpe de estado contra o presidente Evo Morales, liderança do campesinato indígena, de etnia uru-aimará, primeiro colocado no primeiro turno das recentes eleições na Bolívia, sendo acusado de fraude. Que teve que decretar estado de emergência e convocou uma mobilização “em defesa da democracia”.

A passagem de Angela Davis pelo Ibirapuera, que em tupi-guarani significa “madeira podre”, veio para afirmar que “há algo de podre no reino da Dinamarca” e que a renovação, a superação chegará.

Foi um verdadeiro anúncio da chegada da primavera, de uma primavera de unificação e coalisão dos movimentos em defesa da vida e da dignidade para todos.

Uma primavera que virá.

Como Cantou Caetano Veloso:

“Virá

Impávido que nem Muhammad Ali

Virá que eu vi

Apaixonadamente como Peri

Virá que eu vi

Tranquilo e infalível como Bruce Lee

Virá que eu vi

O axé do afoxé Filhos de Gandhi
Virá”

Encruzilhadas

Proteção às vidas nas suas diferenças ou eliminação dos ditos “inúteis”



Conversando com um trabalhador que tinha votado no atual presidente e que me disse estar preocupado com o que estava acontecendo, pois acreditava que ele iria fazer a diferença. Inclusive disse isso quando foi entrevistado sobre expectativa em realização ao novo governo, logo em janeiro desse ano de 2019.

Quis saber com o que ele estava preocupado e me respondeu que com o fato de que o desemprego continuava aumentando, que a instabilidade social estava aumentando, que o governo parecia não saber direito o que fazer e que a proposta da chamada reforma da previdência seria um desastre para os trabalhadores, em geral.

Disse que ficou muito incomodado com a discriminação do trabalhador civil em relação ao militar, que acabou sendo privilegiado em uma proposta de reforma que lhe aumentava os ganhos e os direitos. Muito ao contrário do que o candidato tinha prometido fazer, se eleito.

Disse também que outra grande questão que lhe incomodava era onde iria e como iria viver essa multidão cada vez maior de desempregados, que estava se ampliando cada vez mais. Era só andar pelas ruas das cidades e ir vendo como ia crescendo o número de pessoas de diferentes idades - alguns ainda bem fisicamente - pelas calçadas, pedindo esmola e se arrumando para ficar por ali.

* * *

Essa característica apontada por ele não é uma situação exclusiva brasileira, mas aqui tem marcas próprias. Nem todo país tem um sistema previdenciário como o nosso, ou um Sistema Único de Saúde, ou uma rede

de equipamentos públicos na educação tão ampla e variada. No ensino universitário as escolas públicas são a excelência e no ensino fundamental a rede pública está completamente em destruição.

Mas, mesmo assim, a quantidade de riqueza social que está instalada nesse processo não é desprezível e, paradoxalmente para um país com tanta desigualdade e pobreza, ter minimamente uma rede de proteção às vidas vulneráveis gera efeitos bem mais eficazes do que imaginamos.

Agrupamentos sociais dos mais variados tipos podendo usufruir dessas ofertas. Velhos pobres com alguma proteção e mesmo que seja uma aposentadoria mínima, parece que isso ainda lhes permitem sobreviver. Crianças de núcleos familiares sem muitos recursos materiais indo à escola. Grupos vulneráveis em termos de saúde podendo acessar vários tipos de cuidado.

Não que isso seja o melhor do melhor, mas ao contrário, no piso do piso que de fato é, ainda proporciona alguma rede de proteção para vidas minimamente sobreviventes.

Com isso, quando se pode apontar que agora está aumentando significativamente a situação de perdas de direitos e o aumento desenfreado da pobreza, algo naquela rede de proteção parece estar sendo destruído e por um caminho que poderá aprofundar esses efeitos negativos, mais ainda. Alguma coisa vem indicando que vivemos e viveremos o aprofundamento de uma outra tensão: um esgarçamento daquela rede de proteção social com um crescimento da miserabilidade da maioria que depende dela.

Essa é a percepção que o trabalhador que apontou as questões iniciais colocadas nesse texto indicava. E como consequência imediatamente se perguntava: e agora, como esses milhões irão viver, que acontecerá com eles e elas.

Sem querer dar uma interpretação tão definitiva sobre esses acontecimentos, acho que cabe imaginar que alguém deve estar tirando proveito e vantagem dessa desconstrução, ou seja, da destruição daquela rede de proteção, e não deve ser pouca a vantagem.

Aqueles que acham que essa rede é um problema e não uma solução veem a necessidade de desmontá-la, indicando que no seu lugar cada um

terá que, por si, criar suas formas de sobreviver, e quem não conseguir que pague com a vida por isso.

Esses que acham que a rede de proteção é um problema, apontam que o dinheiro que está sendo gasto na sua construção deve ficar livre para os setores do mercado poderem usá-lo e criar, segundo eles, desenvolvimento social.

Mas, o que seria isso, será que de fato é isso que acontecerá?

Pelo que temos visto em países que já fizeram esse movimento antes de nós, como o Chile, a maioria dos velhos não conseguem mais sobreviver com a situação miserável do valor de suas aposentadorias. E o Chile, hoje, é um lugar onde muitos se suicidam por isso. As vidas, em vez de serem protegidas pelo esforço social de todos, que um dia também estarão em situação semelhante, acabarão sendo financeirizadas, e quem tem poder para aproveitar disso são os grandes capitalistas. Isto é, quem captou a chamada economia com a destruição das redes de proteção social, lá no Chile, foram os grandes bancos que passaram a gerir essa relação via mercado: quem pode pagar para se proteger, vive; quem não pode, que se vire.

Esse movimento transforma a noção de um bem público, a proteção das vidas, em um bem de mercado, protege-se quem tem dinheiro para isso. Em países muito ricos, como os Estados Unidos da América do Norte, sabemos que a quantidade de desprotegidos é enorme, imagine por aqui onde temos um país com uma contingente de pobreza estrutural enorme.

Aqui, tudo indica, é a instalação de uma barbárie e que já começou.

Mesmo sabendo disso, há uma quantidade de gente, como o trabalhador já referido no começo do texto, que acredita que o governo atual tem razão em destruir a previdência, o sistema único de saúde e a rede de educação pública. E, o pior, gente que só está viva por causa dessa rede de proteção. É como negro defendendo a escravidão de negros pelos brancos.

E, temos que reconhecer, nesse trabalho de convencimento, os que de fato vão aproveitar bem dessa destruição das redes de proteção, como os bancos e os muito ricos, são bem competentes e contam com muitos recursos de comunicação para isso. Mandam na imprensa e mandam nas

autoridades que decidem quem pode falar e se manifestar em relação a isso tudo.

* * *

Sobra, então, pensarmos sobre isso tudo e tentar responder: como irá viver a maioria que ficará desprotegida?

Para mim, a ideia de eliminação do outro que não julgo útil e necessário para os meus interesses, parece que não tem dado muito certo na história da humanidade.

Tudo indica que o pretendido efeito não se realiza e os “sobreviventes” voltam em onda como fantasmas a aterrorizar os seus algozes.

Dispositivos-marielles são impossíveis de serem exterminados. Dispositivos-miseráveis estão aí criando em si e para si novas redes de sobrevivências e talvez gerando uma nova gana por lutar por si, ao seu modo.

Novas multiplicidades de vidas estão nascendo e apontando para outras sociabilidades. Re-existir na diferença parece que será a sina do que vem por aí.

Mais cedo, ou mais tarde, a onda volta em pororoca.

Medicina Tradicional Indígena

Território vital de re-existência



A polêmica sobre “Medicinas Tradicionais”, sobre “Medicinas Naturais”, sobre “Medicinas Populares”, ou “Medicinas Alternativas”, ou, finalmente, na terminologia atual mais corrente, sobre “Práticas Integrativas e Complementares” se intensificou em 2019, com um recrudescimento do questionamento da validade, da eficácia e da segurança destas práticas, pelos setores que reivindicam a racionalidade científica ocidental, como o único critério de verdade.

Este “contra-ataque” das narrativas técnico-científicas etnocentradas, acontece após um processo de grande e gradual expansão do reconhecimento das “práticas integrativas” pelo Ministério da Saúde, incluindo a expansão destas práticas no Sistema Único de Saúde.

A expansão deste reconhecimento oficial das chamadas “práticas integrativas” começou com o reconhecimento de cinco destas práticas com a “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), publicada na forma de portarias ministeriais em maio e julho de 2006.

Posteriormente, houveram novas normativas do Ministério da Saúde, expandindo e ampliando o reconhecimento das práticas, aumentando das cinco práticas iniciais, que eram a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, a Homeopatia, a Medicina Antroposófica, as Plantas Medicinais/Fitoterapia, o Termalismo Social/Crenoterapia, até chegarmos às 29 “práticas integrativas e complementares” reconhecidas pelo Ministério da Saúde do Brasil desde 2018.

Um dos pontos mais surpreendentes de toda esta polêmica sobre as “práticas integrativas” é que em nenhum momento da construção de todas estas normativas, portarias do Ministério da Saúde, que avançam no reconhecimento de “práticas tradicionais” de produção de cuidado e saúde,

de tantos saberes tradicionais, de lugares bem distantes como a China e a Índia, em nenhum momento aparece a “Medicina Tradicional Indígena”.

Sim, a “Medicina Tradicional Indígena” (MTI) simplesmente não apareceu neste debate, nesta polêmica, nesta disputa de validade de saberes tradicionais, que poderiam ser legitimados pelo Ministério, pelo governo de um país chamado Brasil.

Mas existe “Medicina Tradicional Indígena”?

Podem ter se perguntado em algum momento as tantas equipes técnicas e políticas que passaram pelo Ministério da Saúde nestes 13 anos, desde a implementação de uma Política Nacional de “Práticas Tradicionais” de cuidado.

Será que estes mais de oitocentos mil brasileiros, que se declararam indígenas ao IBGE em 2012, possuem práticas e saberes tradicionais de cuidar, tratar, conservar a saúde?

Será que estas trezentas e cinco etnias falantes de duzentas e setenta e quatro línguas distintas, preservadas vivas, contra toda sorte de constrangimento, abuso, violência contra sua preservação, será que escondidas nestas línguas estranhas, eles tiveram ou teriam a ousadia de preservar também práticas de cuidado, suas Medicinas Tradicionais?

Será que estes povos habitantes milenares dos mais variados biomas deste país, como a mata atlântica, a floresta amazônica, o cerrado etc, estes povos que genuinamente construíram seus modos de ver, viver, sentir, sobreviver, nestes ambientes, teriam construído saberes e usos dos elementos vegetais ou outros que tais, em proveito de sua saúde e vida?

Pode ser que tenham sim, que tenham construído uma infinidade, uma variedade de modos de cuidar, de tratar, uma multiplicidade de saberes e práticas tradicionais, equivalente à multiplicidade de suas etnias, ou de suas duzentas e setenta e quatro línguas sobreviventes, re-existent.

Mas então seriam “Medicinas Tradicionais Indígenas”?

Será que no plural isso parece mais assustador às equipes do Ministério da Saúde?

O problema pode ser justamente esse, disseram e ainda dirão alguns, o problema está nesta pluralidade, isto deve estar muito disperso, não

constrói uma unidade, não tem uma unificação destes saberes, não tem uma sistematização regular.

Povos ágrafos que não sistematizaram seus saberes, como souberam bem fazer os chineses.

Mas acontece, no entanto, que já faz muitos anos que os povos indígenas deixaram de ser ágrafos, estão registrando muito bem seus saberes, agora também no papel, se é para cumprir este fetiche da sociedade cartorial dos papéis, este fetiche das palavras escritas na pele arrancada das árvores, como vislumbra Davi Kopenawa.

Para se ter uma ideia, na última Festa Literária de Parati 2019, FLIP, um dos livros mais celebrados e mais vendidos foi de um escritor e pensador indígena, Ailton Krenak, pela Companhia das Letras, bem longe de ser ágrafo.

Janice Thiél, chama bem a atenção para esse estereótipo do índio ágrafo, em seu livro “Pele Silenciosa, Pele Sonora – A Literatura Indígena em Destaque”:

“Apesar dos desafios e dos estereótipos mencionados, a produção textual indígena brasileira floresceu na última década do século XX. Essa produção entra o século XXI como movimento literário e também político, de afirmação de identidade e cidadania.”

Podemos atentar para o exemplo do “Livro da Cura”, do povo Huni Kuĩ do Rio Jordão, pela Editora Dantes, Rio de Janeiro, 2014, que tem como autores o pajé Agostinho Manduca Mateus Ika, Manuel Vandique Dua Buse e o povo Huni Kuin do rio Jordão.

Diz ali o cacique Siã:

“Agradecemos por todo o tempo que guardamos, oralmente, a terapêutica indígena dita tradicional. Antes o nosso conhecimento era na forma oral. Com a escrita, o manteremos firme no tempo.”

O livro traz um panorama riquíssimo desta Medicina Tradicional Huni Kuĩ.

Outro belo exemplo destes esforços de sistematização da medicina tradicional é o livro “Omerõ – Constituição e Circulação de Conhecimentos Yepamahsã (Tukano)”, publicado pela Universidade Federal do Amazonas,

2018, tendo como autores João Paulo Barreto Tukano e vários outros índios Tukano, diz ali:

“Os Bahseses são um vasto repertório de fórmulas, palavras e expressões especiais retiradas dos kihti ukūse (narrativas míticas) e proferidas ritualmente pelos especialistas yepamahsã. Os bahseses possibilitam a comunicação e interação entre os mahsã (humanos) e os waimahsã. É também uma prática terapêutica de prevenção, proteção e cura de doenças a partir da habilidade de ativar verbalmente elementos e princípios curativos, contidos em tipos de vegetal e de animal e, por fim, de limpeza e despotencialização dos alimentos, tornando-os próprios para consumo humano.

Temos neste caso um panorama da Medicina Tradicional Tukano.

Vários outros exemplos, não menos importantes, confirmam a real sistematização, organização, propagação e atuação de inúmeras “Medicinas Tradicionais Indígenas” do Brasil.

Vale salientar ainda que, não se trata neste caso de apenas reconhecer o uso e a validade da Medicina Tradicional Indígena para os próprios povos indígenas, como já é proposto pela “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas”.

Claro que isto é fundamental e indispensável, o reconhecimento aos povos indígenas do direito às suas próprias Medicinas, o direito às suas especificidades étnicas.

Até porque todo um aparato de controle e disciplina, todo um aparato repressor costuma estar acoplado tanto às práticas convencionais, hegemônicas de atenção à saúde e higiene, quanto ao sistema convencional educacional, práticas de controle e aculturação que podem ser acionadas ou não, mas ficam ali preparadas, é conhecendo este risco que os povos indígenas lutam pelo seu Sistema de Saúde Especial Indígena e por um Sistema Educacional apropriado às suas especificidades.

Mas somente este reconhecimento “intra-étnico” da Medicina Tradicional Indígena, seria como reconhecer que a Medicina Tradicional Chinesa é válida para os chineses. No entanto, ela é reconhecida com uma validade geral, como uma “prática integrativa e complementar” válida para qualquer pessoa, que queira dela se valer, não apenas chineses.

É do mesmo modo que merecem ser reconhecidas nossas Medicinas Tradicionais Indígenas, abrindo a oportunidade de aprendermos muitíssimo com elas, como relata o médico, professor da Escola Paulista de Medicina, Douglas Rodrigues, por muitos anos trabalhando com os povos indígenas do Xingu:

“Nas culturas indígenas, a doença e a cura partem de uma visão muito mais ampla do que a científica, na qual se baseia a biomedicina. A construção do corpo para os indígenas, para além do biológico, dá grande valor ao social e ao espiritual, representado pelas dietas, rituais e observância de regras de comportamento. Nessa forma particular de ver corpos e espíritos, é comum que as causas das doenças se localizem fora do ser biológico, fora do corpo do indivíduo. Essa é uma diferença marcante entre a medicina científica e a medicina indígena. Ainda que o campo da saúde coletiva venha valorizando cada vez mais o componente sociocultural na determinação das doenças, a biomedicina está, ainda, longe da compreensão holística que têm os indígenas sobre a vida, a saúde e a doença.”

O recurso terapêutico das Medicinas Tradicionais Indígenas tem sido buscado, utilizado, validado, confirmado por milhares de não índios, que buscam tratamentos indo aos territórios indígenas, como, por exemplo, durante os festivais de cultura indígena que acontecem em vários territórios indígenas (TI), como, podemos citar, no território dos Yawanawás, dos Kashinawás etc.

A Medicina Tradicional Indígena, em alguns de seus recursos, tem sido também utilizada por não índios em espaços urbanos e periurbanos, em diversos contextos ritualísticos ou apenas terapêuticos, como por exemplo, o ayahuasca ou o kambô, procurado, experimentado, validado pela experiência pessoal de milhares de não índios.

Um outro contexto de abertura da Medicina Tradicional Indígena para o tratamento de não índios é a inovadora experiência exitosa do “Centro de Medicina Indígena Bahserikowi”, que re-existe há mais de 2 anos no centro da cidade de Manaus/AM, já tendo atendido mais de duas mil pessoas não indígenas.

Neste Centro de Medicina Indígena, na tradição dos povos Tukano, desde 2017, os Kumuã (plural de Kumu em língua Tukano), os especialistas em práticas indígenas de produção de cuidado, realizam seus atendimentos rotineiramente, sendo procurados principalmente por não indígenas.

O que está em questão aqui, em última instância, é o reconhecimento da validade de um modo de pensar, ser e sentir, a validade da diferença de pensamento, ou, podemos dizer, o valor de outra razão que não a técnico-científica.

Isto posto, podemos comparar a busca, a necessidade atual de validação desta razão indígena, àquela passagem histórica conhecida como “A Controvérsia de Valladolid”, quando o dominicano Bartolomé de Las Casas, em 1550, precisou defender arduamente perante os tribunais católicos, que os “selvagens” da América teriam eles também uma alma.

Ora, ter uma alma naquele momento histórico do século XVI era o necessário para o reconhecimento daqueles povos como seres humanos como qualquer europeu.

Hoje, este reconhecimento passa pelo saber, passa pelo reconhecimento de sua razão, incluindo suas “racionalidades médicas”, suas Medicinas Tradicionais Indígenas.

Também por isso este reconhecimento tem sido uma reivindicação do movimento indígena, da Marcha das Mulheres Indígenas, do Acampamento Terra Livre, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), reconhecimento da Medicina Tradicional como território vital de re-existência, a retomada deste território existencial, território da vida muitas vezes invadido e colonizado por uma racionalidade exclusivamente biomédica científica.

Este Território Vital, a retomada das Medicinas Indígenas Tradicionais, é também em defesa da floresta e demais biomas, defesa da floresta como farmácia viva, mantenedora da vida e da saúde humana e não humana, floresta mantida de pé pelas tradições indígenas, floresta que hora arde em chamas em nome de algum “progresso” ou “desenvolvimento” absurdo e insensato, que ameaça nos lançar em um abismo de um futuro inabitável.

O Resistir Será Acumulativo na Busca de um Viver na Diferença

**A capacidade de mentir e disseminar é a força que a
direita profundamente racista, paranoica e violenta
detém hoje**



A resistência será a acumulação, no tempo, de cada uma de nossas lutas contra as atuais arbitrariedades governamentais que se praticam, hoje, em nome da luta contra as ideologias socializantes, mesmo que não se tenha claro o que isso possa significar.

Não haverá um ato único que nos libertará dessas ações autoritárias e antidemocráticas que ocupam o imaginário governamental e social no Brasil de hoje. Pois não são poucos os brasileiros que acreditam que vivíamos em uma sociedade de esquerda e socialista, caminhando para o comunismo, como se as políticas do período lulista fossem anticapitalistas.

A capacidade de inventar mentiras como se fossem verdades e disseminá-las é a força que a direita profundamente racista, paranoica e violenta detém, hoje em dia.

Não nasceu do nada, é o fruto dessas décadas todas do trabalho cotidiano que as igrejas, católicas e messiânicas, vêm praticando. É o fruto do trabalho diário que a mídia dos países capitalistas vem fazendo, demonizando qualquer tipo de pensamento que não lhe interessa. Não é simplesmente fruto de fake-news.

Os atuais fake-news só grudam nos corpinhos porque estes já estavam preparados para isso, e esse não foi o trabalho só de agora da extrema-direita, dos bolsonaros e trumps e duquerques do mundo, aqui entre nós foi o trabalho dos democratas-cristãos, dos pe-esse-debistas, dos globos, dos estadões, dos gilmares mendes e joaquins barbosas, dos faustões, dos

jornais nacionais, dos radialistas, dos taxistas, das várias igrejas com suas crenças preconceituosas.

É fruto da sociedade racista que se construiu por aqui contra os índios e os negros, convencendo esses mesmos sobre isso. Não são poucos os índios que odeiam índios, que lamentam terem nascidos de “raças” tão inferiores. Não são poucos os negros que odeiam negros. Foram produzidos dentro de uma história escravocrata que idolatra o patrão branco e por ele dão a vida.

A aliança entre o escravagismo e a igreja foi fatal para formar um povo paranoico, que vê no outro qualquer, não idêntico a si, sempre ameaça. Que vê nesse outro não só uma ameaça mas alguém pactuado com o demônio, que precisa ser domado ou eliminado.

Limpeza racial e social é uma marca da nossa história, nesses quinhentos anos.

Hoje, ter produtores de fake news que sabem tirar proveito dessas paranoias e preconceitos, sacralizando todo processo imaginário, amplia demais o êxito daqueles fakes e na criação de uma imensidão de brasileiros que acreditam que tudo que dizem é verdade.

Assim como muitos acreditam nas maiores bobagens religiosas, manipuladas pelas diferentes igrejas que existem, acreditam também nas novas verdades criadas que vêm com aquela marca da sacralização da política.

A imagem de que todos que não pensam iguais são comunistas é uma força política brutal no Brasil, e faz com que a maioria dos explorados se alie aos seus exploradores de uma maneira quase espontânea.

A forte manipulação de que todo governo anterior foi comunista e precisa ser destruído, tem feito os explorados apoiarem os exploradores na destruição das suas próprias redes sociais de proteção, sem se darem conta que os grande prejudicados serão eles mesmos.

A destruição do direito a uma aposentadoria decente tem apoio de perto de 50% dos brasileiros, a destruição do SUS não tem gerado protestos de nenhum tipo junto aos setores mais pobres, a destruição das escolas públicas e gratuitas, a mesma coisa. Ao contrário, muitos que usufruem

dessas redes de proteção social contra os efeitos perversos da pobreza são a favor dessa destruição.

Não sabemos se a geração desses efeitos, em algum momento, gerará por parte dos pobres alguma reação. Não temos noção se o poço tem fundo. Não sabemos até quanto alguém permitirá ser destruído em seus direitos. E o pior de tudo isso, é que muitos de nós nunca imaginamos que algum dia poderíamos viver uma situação desse tipo e desse volume, apesar daqueles processos anteriores. Não imaginávamos, pois não tínhamos a dimensão da capacidade golpista que certos grupos institucionalizados, de modo formal ou informal, teriam para mexer no jogo político oficial, definido pelas regras constitucionais, manipulando, com fake news que colam nos corpinhos, a maioria das pessoas.

A maioria acredita que Lula é ladrão, apesar de não haver nenhuma prova efetiva produzida que mostre isso, apesar da insana investigação que já fizeram contra ele.

Não tivemos, enquanto sociedade como um todo, a capacidade de visualizar os tipos de decomposição que poderíamos viver, com a emergência de grupos que vocalizavam o preconceito contra a possibilidade de se construir uma sociedade mais tolerante com a diferença do outro e mesmo com a aparição de novas ideias e formas de viver, não consagradas pelas visões de mundo capitalistas conservadoras, demarcadas pela ótica machista, elitista e branca, que sabe explorar a paranoia e o preconceito. Por isso, diante dessa situação não é a troca de um governante por outro que trará sossego, não haverá um ato único que nos libertará dessas ações autoritárias e antidemocráticas que ocupam o imaginário governamental e social, no Brasil de hoje

A resistência será a acumulação, no tempo, de cada uma de nossas lutas contra as atuais arbitrariedades que são praticadas em nome de ficções religiosas e de práticas políticas proponentes de violência contra perigosíssimos inimigos fictícios.

Por Um Viver Não Fascista

Fazer de si um quilombo

Uma aldeia

Uma trincheira



Foi agora mesmo, no apagar das luzes de 2019, durante a “Semana Chico Mendes”, que se encerrou no dia 22 de dezembro, dia em que aconteceu o assassinato do líder seringueiro em 1988, em Xapuri, que realizaram a refundação da “Aliança dos Povos da Floresta”.

A “Aliança dos Povos da Floresta” foi idealizada por Chico Mendes e outras muitas lideranças seringueiras e indígenas, como Ailton Krenak, há mais de trinta anos atrás, como estratégia de fortalecimento das lutas em comum dos povos extrativistas e dos povos indígenas.

Agora, a ideia da refundação desta “Aliança” é retomar a união consagrada há trinta anos atrás e agregar os povos quilombolas e os ribeirinhos de toda Amazônia, que se encontram igualmente ameaçados diante da atual política nacional de ataque aos territórios tradicionais.

A iniciativa é uma das muitas estratégias de re-existência que aconteceram ao longo de todo este ano, buscando sempre fazer uma barreira a este projeto nacional de ataque incessante aos territórios tradicionais.

Estes territórios tradicionais, vale lembrar, são territórios físicos, mas também são territórios existenciais, são modos de vida ainda possíveis, fortemente integrados, interdependentes e coexistentes com seus territórios físicos e suas dinâmicas ecossistêmicas.

Estes modos de vida intimamente ligados a estes territórios gozam de uma possibilidade de autogestão e autonomia surpreendentes, maravilhosos para alguns, ou ameaçadores para os “máquinismos de controle”.

Em seu livro/seminário “A Hermenêutica do Sujeito”, Michel Foucault aponta a importância desta correlação de forças:

“(...) é possível suspeitar que haja uma certa impossibilidade de constituir hoje uma ética do eu, quando talvez seja esta uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo.”

Talvez esteja aí uma resposta não exclusivamente econômica, para esta perseguição implacável que tristemente acompanhamos todo este ano, aos povos originários deste país, que ainda sustentam, cotidianamente, uma relação de si para consigo fortemente fundamentada em uma ética do bem comum, do bem viver como experiência somente possível na coletividade, no compartilhamento e no respeito à vida em todas as suas formas e manifestações.

Talvez estes modos de vida ainda pulsantes, conectados mais a uma economia do desejo e da vida do que a uma economia financeira e monetária, sejam mesmo uma grande ameaça a todo e qualquer projeto neofascista necropolítico de controle e domínio sobre a vida.

Talvez o projeto neofascista tenha enxergado nos manguezais, como fonte inesgotável de vida, uma trincheira de resistência aos seus planos, escolhendo deixá-los afundar no petróleo que se derramou pelos litorais.

Talvez o projeto neofascista tenha enxergado nas florestas, como exuberância indisciplinada de produção permanente de vida em abundância, uma trincheira de resistência aos seus planos, escolhendo deixá-las queimar em chamas.

Talvez o projeto neofascista tenha enxergado em cada aldeia, com seus modos de solidariedade milenar, uma trincheira de resistência aos seus planos, escolhendo atacá-las sequestrando seus territórios tradicionais.

Talvez, diante disso, só nos restará em 2020, cada vez mais nos fazermos a nós mesmos, na relação de cada um consigo e com os outros, um quilombo, uma aldeia, uma trincheira de produção de vida Não fascista.

A Garrafa de Água e os Bebedouros – Parte 1

Biomercado: novos modos de vida e política



Como uma simples decisão de beber água em garrafinha de plástico, comprada no bar, ou utilizar um bebedouro público pode ter toda essa dimensão. Por quê? Política e modos de vida em que sentidos?

Além disso, diante da minha liberdade de escolha como consumidor, o que isso tem a ver com a minha não liberdade, como cidadã(o) plena(o), na escolha de quem serão os juízes do STF (Supremo Tribunal Federal), ou mesmo dos Chefes de Polícia da comunidade em que vivo?

Esse simples ato de pagar a água de beber, quando estou com sede, me parece tão natural, que não consigo ver nele problema algum e muito menos tantas questões de outra natureza, mesmo porque os que não podem pagar têm sempre a opção de buscar água de outro modo.

Sei que todos nós precisamos de água para viver, mas se posso pagar porque não comprar quando preciso. Imagino que quem não consegue pagar sempre terá à disposição, de uma maneira bem fácil, uma fonte de água como, por exemplo, os bebedouros públicos. Se eu ficar mais atento e olhar bem mais de perto, com atenção, começo a perceber que não é bem assim, há lugares que facilitam esse acesso e há outros que não.

Por exemplo, dentro de qualquer Shopping Center sempre encontro bebedouros, mas nos Metrô não é bem assim. Pelas ruas em geral também não. Nem torneiras públicas com boa água existem, distribuídas por praças em diferentes lugares das cidades, como acontece em cidades como Roma e Barcelona, onde essa oferta tem até um charme especial para os estrangeiros.

Aqui também podemos encontrar praças com fontes de água jorrando, alguém diria, mas quando precisei de uma delas não tive coragem de utilizá-

la, isso quando as autoridades municipais não as desligam, transformando-as em fontes secas, para que moradores de rua não as usem.

Entretanto, a vivência muito comum para uma maioria que pode comprar um copinho ou uma garrafa de água vai, por essa experimentação do dia a dia, inculcando uma certa naturalização de que um bem coletivo, a água, que deveria ser acessível para todos, deve ser comprado quando se pode pagar. Vai se naturalizando que para produzir a vida é necessário consumir produtos no mercado, que funcionaria como um biomercado, único local em que poderíamos de fato ter coisas que fariam da nossa vida uma vida melhor.

Mesmo os que não conseguem comprar sempre que precisam, ficam no desejo de um dia conseguirem isso, na busca de produzir a sua própria vida de uma maneira melhor, pelo menos imaginariamente. E uma grande imagem coletiva acaba se construindo nessa experiência: que para ter essa vida mais qualificada é necessário ser um consumidor-comprador de todos bens individuais e coletivos que se necessita; e, pior, aquilo que não for obtido por esse caminho, via relação com o biomercado, sempre será de qualidade duvidosa.

Assim, eu e muitos sempre suspeitamos da qualidade da água de um bebedouro qualquer, mas não damos a mínima para a água de uma garrafa que compramos em um bar. Em nossa imaginação ela é sempre pura e de boa qualidade para se beber.

Da água para a vida diária

Saindo dessa conversa sobre a água como mercadoria, posso ver que esse tipo de raciocínio também se faz em relação a saúde e os modos de garanti-la, também quanto a educação e várias outras esferas das nossas vidas. Inclusive, fico muito surpreso quando alguém me conta que em uma creche municipal, onde está sua filha, há o que tem de melhor em cuidado e processo formativo educacional. Fico na espreita, suspeitando dessa informação, fico duvidando dela, mesmo porque encontro respaldo nas opiniões diárias que dizem que o que é público não presta, tanto quando converso com outros, ou ouço notícias dadas pela maioria dos veículos de comunicação de massa.

Mesmo sabendo que, em geral, esses veículos são de propriedade de uma parcela muito pequena da elite econômica e política, mas muito pequena mesmo, que sempre defendeu o mercado como única solução para tudo, inclusive para produzir a vida, acabo não duvidando destas informações, geradas de modo bem espetacular, para denegrir tudo que é público.

Além disso, há vivências em vários momentos, como na saúde, apontando que de fato não somos bem cuidados ali no dia a dia de alguns serviços, porém o interessante é verificar que se isso acontece em um serviço público a experiência adquire uma dimensão bem reforçadora da minha imagem e do meu olhar, sobre o quanto o público não presta; mas se for em um serviço privado, construo uma desculpa qualquer para dizer que aquilo foi uma infelicidade uma incompetência muito localizada. Não recolho as vivências como experiências de modo equivalente, meus a priori, pouco questionados, pesam nessa hora.

A (bio)mercantilização da vida é tão natural, e meu lugar nisso, como consumidor-comprador, é tão óbvio, que não consigo imaginar outra possibilidade, inclusive porque vou esquecendo que houve outros momentos que não foram assim, ou sou um daqueles que nunca viveu experiências diferentes dessas.

Há algo nesse modo de viver, hoje, nas sociedades neoliberais capitalísticas que vamos experienciando e vivenciando a todo momento, que vai nos colocando em situações de experimentações bem restritas, como se só nos fosse autorizado, pelos arranjos dos modos de viver a vida, algumas possibilidades de vivenciar os modos de viver. E é dentro desses modos limitados que vamos produzindo certos saberes para as nossas experimentações existenciais, como por exemplo as vivências em redes de produção de vida que se constituem com poucas variações possíveis para o experimentar.

Nesses tipos de redes bem precárias, onde as nossas relações com as diferenças dos muitos modos possíveis de viver são bem empobrecidas, as nossas vivências são bem viciadas e limitadas, a ponto de certas crianças ficarem espantadas quando veem outras crianças ao vivo, que são muito distintas delas, seja pela cor da pele, seja pela pobreza da roupa, seja pelo

modo de falar, seja pelos tipos de brincadeiras, entre muitas outras características.

Essas situações podem gerar modos de viver e pensar o mundo de modo bem preconceituoso, bem etnocêntrico, inclusive ao valorar que algumas vidas são mais importantes que outras, criando imagens em certos coletivos que compõem nossa sociabilidade de que: se não consegues viver como alguém que usufrui do seu lugar de consumidor-comprador do biomercado, então podemos deixá-lo morrer, isso quando não pensamos em fazê-lo morrer, simplesmente eliminando a tiro, por exemplo.

Por isso, não é estranho hoje no Brasil olharmos as estatísticas sobre as populações e vemos que a mortalidade infantil está voltando a crescer, que a desnutrição entre jovens está aumentando e que jovens negros estão sendo mortos.

A construção imaginária da vida neoliberal passa pelo fato de que muitos que estão produzindo sua vida no biomercado, vivem suas experiências como positividade e não como falta, como produções de si e modos de viver mais e melhor, o que lhes permite recolher produções de saberes sobre o exercício da liberdade de escolha como consumidor, como um direito mais fundamental que os todos os outros. Por isso, muitos passam a defender em seu sentido profundo a noção de que ter a liberdade de consumidor é mais central que a de cidadanias em geral, além de considerarem que esse modo de viver, obtendo os bioprodutos no biomercado, é a maneira mais certa de organizar uma vida coletiva, e que bens coletivos não mercadorias são de outra época e não dessa.

Assimilam com muita tranquilidade que sua própria vida, como um todo, é componente do biomercado e suas vivências mostram isso todo dia, pois todo dia compram suas garrafinhas de água, com a maior naturalidade, e se veem como capitalistas empreendedores de si.

Consumidor-trabalhador

O mais impactante desses novos processos de produção das vidas, que coloca cada um como corresponsável pela própria produção do viver neoliberal, é quando vivenciamos a experiência de sermos também consumidores-trabalhadores genéricos, e não só compradores. Se ficarmos

atentos a isso veremos que, nessa sociedade neoliberal capitalística, trabalhamos 24 horas por dia, mesmo sem ganhar monetariamente nada com isso, considerando como natural e até interessante o fato de que para consumir tenho que trabalhar para uma certa corporação, pois sem isso, que se constitui como uma necessidade necessária, não poderei viver.

Essas experiências podem ser percebidas quando perguntamos: quem é o bancário do banco que utilizo para colocar meu dinheiro e ter um cartão de débito/crédito.

Essa pergunta fiz quando, em um momento de greve nacional dos bancários, percebi que para as minhas necessidades bancárias nada tinha mudado, mesmo com as agências fechadas fisicamente. Aí, me dei conta de que com o aplicativo no meu celular conseguia fazer as tarefas que antes só seriam feitas por um trabalhador bancário ao vivo, nas agências.

Vi que se houvesse um esquema paralelo das agências para me entregar papel-moeda, então 100% das minhas necessidades estariam satisfeitas. E isso havia em abundância.

A greve, desse modo, foi um fracasso, pois os bancos não precisavam mais de tantos bancários, agora éramos milhões a trabalhar de graça para eles.

Percebi que éramos construtores cotidianos da vida neoliberal e do próprio neoliberalismo, como um consumidor de um novo tipo, não mais aquele que chega e paga para levar um produto, como a garrafinha de água. Éramos agora o consumidor-trabalhador, aquele que tem que trabalhar para o capital, para poder consumir o bem que quer obter.

É isso: trabalhamos para o capital do banco, como bancário, produzindo valor intensivamente, porque não recebemos nada por isso e nem somos reconhecidos formalmente como bancário. O ciclo de valoração do capital percorre outros circuitos que não só aquele da clássica separação entre a produção da mercadoria e o seu consumo por nós, que podemos comprá-la.

Produzimos valor capital com a produção da nossa vida como um todo, 24 horas por dia. Nossa vida é capital, como diria Peter Pal Pelbart. E essas novas experiências nos possibilitam construir novas subjetivações nos

nossos modos de viver, que passam pela produção contínua da produção do modo de vida neoliberal, ao mesmo tempo que vivemos.

Isso tem que nos levar a levantar algumas novas questões.

Será que esse modo de viver é vivido por todos que compõem o que chamamos de sociedade brasileira?

E se houver coletivos que não são incluídos, o que acontece com eles, que vivências eles têm e como constroem suas experimentações nos modos de viver?

É possível viver de outros modos? Ou chegamos ao fim da nossa história em sociedade?

Os ditos incluídos, que vive, 24h por dia a produzir o capital neoliberal, vivem algum incomodo com isso?

Acho que fui sendo levado pelos novos caminhos para pensarmos sobre a produção da existência no mundo atual, aí esse texto foi ficando maior do que imaginei no começo da sua redação. Por isso, vou parar aqui e convidar os leitores para lerem, a segunda parte, na próxima sexta feira quando ela for publicada.

Maio

Do primeiro ao último



Em meio a maio, um presidente militar enfrentou sua maior crise política, as ruas foram tomadas por aguerridas manifestações que se iniciaram pelas universidades e rapidamente receberam o apoio de grande parte dos trabalhadores.

Manifestações que subverteram o marasmo das já desgastadas típicas passeatas políticas e passaram para a história com a marca da irreverência, da juventude, da imaginação tomando o poder, das trincheiras do desejo, da vontade de viver, ficando conhecidas como “maio de 68”.

A fogueira da vontade de mudança se espalhou desde a França, o maio de 68 francês, o presidente militar era então o general Charles de Gaulle, seu governo considerado conservador e moralista.

51 anos depois o 15M brasileiro parece despertar as ruas de seu torpor frente aos acontecimentos políticos, segue maio em direção ao 30M, mostrando ao presidente que o pulso ainda pulsa nas veias abertas das cidades, do país.

Maio novamente fazendo valer sua tradição, desde o primeiro de maio de Chicago transformado no dia internacional do trabalhador, de retomada da força legítima das ruas, acordando os corpos e mentes “em coma”, entorpecidos de fake news ou old fakes.

O presidente chuta as universidades como quem chuta um cachorro morto, sem qualquer medo de qualquer reação, mas parece que algo finalmente vai despertando.

É preciso transformar esse “chute em cachorro morto”, que seria sem reação ou consequência, em um “tapa na pantera”, despertando a força de resistência em defesa da vida, em defesa de toda forma de viver a vida como

valor maior de nosso ethos societário, “retomada” das ruas, para usar esta pungente expressão do movimento indígena brasileiro.

Enquanto isso, o velho cacique Raoni Metuktire caiapó, do alto de seus 88 anos, mais uma vez decola de sua aldeia em busca de ajuda internacional em meio um cenário nacional que de tão desolador parece não oferecer alianças locais possíveis.

O velho Raoni volta a ter que deixar suas terras e seu povo para circular pela Europa, para divulgar sua mensagem, seu apelo, seu grito em defesa da Amazônia e dos povos originários indígenas do Brasil, vai para se reencontrar com lideranças políticas e culturais, desde o festival de Cannes até o Papa, desta vez Papa Francisco, anteriormente havia se encontrado com João Paulo II em 1989, participa de inúmeros eventos públicos e coletivos, em uma agenda de deixar qualquer jovem exausto.

Vai novamente para denunciar o que está acontecendo no Brasil, para furar o bloqueio midiático que não permite visibilidade dos ataques aos direitos fundamentais dos povos indígenas, vai para dar voz aos que não tem voz, para ampliar essa vocalização buscando que desde lá fora ela ecoe aqui dentro e só então possa ser ouvida.

Raoni sabe que muitos daqui só enxergam o que vem de fora, só tem olhos para esta exterioridade, então ele precisa fazer este movimento de auto-exílio, precisa fazer ver quem não tem olhos para esta causa, nem nunca teve, precisa disputar esse jogo midiático e de produção discursiva sobre sua própria gente, sobre a legitimidade e a necessidade de validação de seus modos de vida como particularmente preciosos na defesa e segurança ambiental.

Raoni vai à Europa e está ao lado da maior autoridade religiosa do mundo católico, ao lado de diretores de cinema, músicos, intelectuais, chefes de Estado, se lança novamente nesta guerra semiótica em defesa intransigente dos modos de vida originários e originais, neste momento em que aqui a intolerância dá o tom do governo nacional.

Perguntado, em outra ocasião, se tanto engajamento não seria por demais cansativo para alguém da sua idade, depois de tamanha luta desde seu primeiro encontro com o presidente Juscelino Kubitshek em 1956, ou seja, em uma agenda de persistentes encontros com autoridades políticas

por mais de sessenta anos consecutivos em defesa dos direitos indígenas, responde Raoni: “eu fui feito para isso”.

A Garrafa de Água e os Bebedouros – Parte 2

Neoliberalismo, máquina mortífera, exterminadora dos devires-vidas



Como havia escrito na primeira parte desta reflexão, são nas vivências/experiências que recolhemos como consumidores-compradores e consumidores-trabalhadores, que devemos procurar elementos para andar com as questões sobre a possibilidade de se construir vidas não neoliberais, que apontem para uma construção de comunidades ativas sem exercícios de soberania de um perante o outro.

Para isso, vale agregar nessas novas experiências nos nossos processos de formação subjetiva, que não basta sermos consumidores de certos bens coletivos, como a água, pois quando somos consumidores-trabalhadores para o capital, em vários e distintos processos relacionais que vivemos, estamos ao mesmo tempo que construindo nossas existências coletivas produzindo, de modo incessante, a própria valoração do capital. Isso é novo, na organização das vidas nas sociedades predominantemente capitalistas, e mais vem se ampliando em larga escala para várias esferas da vida dos coletivos em geral, transformando substancialmente o modo desses coletivos verem o mundo em que vivem e se verem nesse mundo.

A ampliação desses processos capitalísticos é desigual, do ponto de vista da incorporação de contingentes populacionais, em seus modos específicos de se construírem. Por exemplo, há alguns que incorporam gigantescos contingentes, como a produção das redes sociais, e outros mais restritivos, como a inserção no biomercado da água. Assim, é possível termos grandes quantidades de coletivos conectados nas redes, produzindo-as, que não conseguem ter recursos para obter água de uma maneira facilitada.

Em algumas dessas experiências, em especial nas de consumidores-trabalhadores, vivemos coisas bem paradoxais sobre a produção da alma do negócio das corporações que as realizam. Pensem nas experiências que vivemos com o Facebook, os Whatsapps da vida e coisas semelhantes, e as nossas relações com as empresas que os produzem. Essas megacorporações, as que são donas desses aplicativos e de muitos outros, não produzem o que é a base do seu negócio: a informação, elas simplesmente gestionam a nossa produção de informação, em seus aplicativos.

Somos nós os seus consumidores-trabalhadores chaves, de um modo mais radical que no caso de sermos bancários, que produzimos a matéria substancial que eles nos prometem. Sem nossa produção 24 horas por dia de informações, de qualquer tipo, essas megacorporações não existiriam. Essas mega-empresas, hoje as maiores empresas capitalistas do mundo, podem inclusive viverem com uma quantidade minúscula de trabalhadores próprios, pois bilhões de consumidores dos seus produtos trabalham para ela de modo incansável.

Cada um de nós é um trabalhador dessa forma de produzir capital ao mesmo tempo que estamos produzindo nossos próprios modos de viver, não há separação nenhuma entre produção e consumo, e entre consumo e produção do valor do capital. E essas vivências/experiências que vivemos funcionam como dispositivos de construção da noção de que somos de fato pessoas/indivíduos e não coletivos. Nos isolamos como verdadeiras mônadas identitárias, sempre nos referenciando como se cada um de nós fossemos únicos e isolados em nós mesmos, como se cada um fosse uma ilha fechada sobre si mesma, mudando de forma bem radical a experiência do trabalho vivida junto com outros, que ocorriam exclusivamente em processos de produção como das indústrias centradas na força de trabalho humano, coletiva.

O neoliberalismo é isso em essência e só vive, se mantém dia a dia, porque consegue que isso se repita a exaustão, forjando assim uma sociedade que cada um fabrica plenamente ao fabricar a si mesmo como um vivente, porém como um ser isolado com a sensação de uma poderosa autossuficiência, ou de fracasso depressor.

Viver desse modo, como consumidor-trabalhador, para se produzir vivendo, isolado, subjetivamente, sempre inserido em um mundo de ilhas que se comunicam ao vivo muito de vez em quando, é o verdadeiro paraíso neoliberal. Um modo capitalístico de vida que é construído por todos que vivem como um corpo-capital e não mais como trabalhador clássico, explorado de modo explícito pelo patrão. O outro na vida neoliberal é qualquer um que na sua diferença possa ser percebido como ameaçador dessa vida de consumidor-trabalhador, de modo pleno, como é o caso da existência de coisas que ainda são públicas, como praças abertas, produtos potenciais do biomercado que ainda não viraram claramente mercadorias, que podem ser subsidiadas, como outros que vivem vidas não neoliberais, que seriam considerados como anormais do desejo: moradores de rua, artistas de rua, coletivos construídos identitariamente por fora da mônada indivíduo, e por aí vai.

E como uma estratégia de se governar os processos neoliberais, os indivíduos-ilhas produzem a incessante construção do medo do outro. Produzir corpinhos medrosos nos indivíduos-ilhas de qualquer coisa que lhes seja estranha é um dispositivo de governo amplamente utilizado, inclusive pelas máquinas de guerra dessas sociedades, como a mídia privada, por exemplo. A raiva com os imigrantes mundo afora está aí para não negar isso. A homofobia, e nuclearmente o racismo, só fazem isso ficar cada vez mais evidente.

Nessas experimentações de produções de vidas, reforço que como consumidor-trabalhador a figura do patrão vai sendo dissolvida e em seu lugar se constitui a imagem do auto-empresário, que milhões perseguem para si, tendo como foco tirar também proveito dos bilhões de consumidores-trabalhadores. E retomo com isso a mesma ideia de estratégias de se governar as vidas individuais, produzindo coletivamente o desejo de se constituir como um corpo capital não só como consumidor mas como produtor, ser em si um corpinho plenamente vida-capital. Essa é a base do empreendedorismo como discursividade, inclusive procurando quebrar a figura do próprio cooperativismo que tem outra matriz na sua aparição, a de movimentos coletivos de trabalhadores-produtores para aumentar sua força na disputa com o capital dos empresários capitalistas.

No avolumamento das experiências como corpo-capital, adquire pleno sentido que tudo deve ser privatizado, inclusive a minha vida e os corpos em geral.

Isso, entretanto, tem um custo para a produção da maioria desses corpos-capitais, pois forma-se uma máquina de construção de vivências/experiências subjetivas que exaure, pois esse modo de produzir os viveres necessita se criar de modo permanente, sem parar um segundo, produzindo vidas a serem vividas individualmente como ilhas, mas vidas que possam se sustentar dentro da mesma lógica geral: tudo se faz e se constrói no mercado, inclusive os bens coletivos, o corpo e a própria existência; tudo se faz na competição, o sucesso e os fracassos, sendo esses infinitamente superior ao anterior.

* * *

Voltando ao final da Parte I, continuo com uma pulga atrás da orelha: esses modos de se produzirem vidas coletivas e individuais parecem-me pouco inclusivos, melhor dizendo, essa noção de inclusão de todos não parece ser um elemento (significante) que lhe faça referência, ao contrário, a competição de todos com todos é que expressa o mote central de uma sociabilidade desse tipo, neoliberal. E, de fato, a experiência mundial vem mostrando isso a todo momento, pois no dia a dia o que vimos são atos de exclusão e eliminação daqueles que não se mostram funcionais, manifestações de preconceitos com os diferentes, sarcasmo e perversidade com os considerados “fracassados” devido aos seus modos de existir.

Por isso, cabe retomar:

Será que esse modo desigual de viver, com usufruto bem diferenciado sobre as vantagens materiais que ele gera, aqui no Brasil, aponta fissuras para outras formas de vivências/experiências? Seria isso possível? Como?

Os coletivos não incluídos, o que acontece com eles, que vivências têm e como constroem suas experimentações de si? É possível viverem de outros modos?

Os ditos incluídos, que com sua vida 24 horas por dia produzem o capital neoliberal, vivem algum incomodo com isso? Podem se desorganizarem existencialmente e construir outras experiências de si? Como?

Todos temos a experiência de termos corpinhos marcados, marcas que nos guiam em nossos modos de viver. Por exemplo, nosso olhar é marcado de alguma maneira com certos modos de ver as coisas, dando valor já no próprio modo de olhar, criando verdades para si. Quando temos um olhar-marca de alguém que por suas características físicas estaria por isso para a construção de situações de maus encontros, ou de bons encontros, só de vê-los nosso corpo-marcado já se manifesta de uma maneira mais receptiva ou não.

Chegamos inclusive a ter medo de olhar alguém que nossa marca valoriza com traços ameaçadores, mesmo que esse outro seja de uma docilidade incalculável (Fanon em seu livro *Pele Negra, máscara branca*, fala sobre isso de como a negritude gerava pânico em crianças, só por estar visível fisicamente). Desse modo, nem nos permitimos experimentar o encontro com o outro de modo não defensivo e chegamos a ter até ódio do outro, por isso.

Fico instigado a pensar como essas marcas vão sendo criadas e o que fazemos com elas em nós.

Lembro de um texto de dois pensadores franceses, Felix Guattari e Gilles Deleuze, que dizia que já na escola, ao sermos alfabetizados, vamos criando marcas em nosso corpo-pensamento sensível. Quando uma professora nos ensina que na língua que falamos, o português, existem os pronomes pessoais (eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas) aprendemos a usá-los para criar em nós a noção de quantos tipos de pessoas (inclusive denominando o outro e a nós mesmos como pessoas, já que são pronomes pessoais) e grupos que existem, constituindo nossos corpos-pensamentos de modo inseparável esses pronomes como marcas para ver e falar dos outros e de nós mesmos; além disso, nem pensamos que há outras línguas, que os pronomes pessoais não são só esses (no inglês há o it como pronome para coisas neutras) ou mesmo que há línguas que só tem quatro pronomes (não existindo nem o tu e nem o vós), por exemplo.

Assim, posso entender que as marcas dos nossos corpos estão muito ligadas aos tipos de vivências/experiências que vamos tendo na vida e ao tipo de agrupamento que pertencemos, o que me cria uma outra questão

central, que é: o que fazemos com as marcas que são criadas como corpos em nós? Podemos ir além delas e criar outras?

Em uma entrevista, o cineasta Louis Malle - que fez o filme *Lacombe Lucien*, sobre um jovem que colaborou com os nazistas, apesar da sua pouca experiência na rejeição pelos outros por problemas étnicos, mas que se encantou com o poder adquirido sobre seu núcleo de relação familiar e vizinhança -, disse sobre si: que em 1944, em plena guerra mundial, estava na escola quando os nazistas vieram buscar pessoas que eles suspeitavam serem judeus, ou antinazistas, e que isso lhe marcou nos seus onze anos, mesmo que seus colegas de escola possam não ter registrado a mesma situação, porque sentiu uma grande inquietação com ato dos nazistas, pois lhe parecia que todos tinham o direito de viver independente do que pensavam, ou devido a sua etnia, e que essa vivência lhe produziu uma experiência que lhe foi dada como uma nova marca, uma ética da vida que chamou de exercício antifascista, em si, quanto a acolhida dos outros em sua vida.

Esse cineasta está dizendo que as marcas em nós não nos fazem obrigatoriamente fazer movimentos em uma só direção, mas que são repertório que também nos permite fazer escolhas, que em si podem também nos marcar, inclusive modificando o corpo-marca que tínhamos, como uma roupa que não nos cabe mais.

Isso me interessa, ir verificando que independente de sermos incluídos ou excluídos dos modos de produção de vida neoliberal, pela funcionalidade com a valoração do capital que nosso modo de viver constitui, é na nossa própria negociação do nosso corpo-marca com os acontecimentos que vão ocorrendo em nós, na nossa produção de nós mesmos como Redes Vivas de Existências que somos, que as imprevisíveis vivências que podemos podem funcionar como dispositivos de produção de experiências-outras de fabricação de outros tipos de sentidos para viver.

Ali no caminhar das nossas vidas, cada um de nós (como indivíduos, como coletivos) vai vivendo situações que previmos e muitas outras sobre as quais não temos a mínima noção e, mais, não controlamos os efeitos que terão em nós e como iremos recolher esses mesmos efeitos. Porém, nesses acontecimentos, nosso corpo-marca atua ou se conservando, ou se abrindo

para novas experimentações de si, inclusive criando-se a todo momento, abrindo novas possibilidades de sociabilidades.

Isso é sermos Redes Vivas de Existências, nas quais cabe observar o que vamos fazendo com o que fazem conosco. É nesse tipo de vivência/experiência que incluídos e excluídos se colocam experimentando modos de viver, para além dos territórios existenciais que estão inseridos, como já vivenciei em várias experimentações de produção de uma vida não manicomial, quando muitos brasileiros procuraram desmontar os manicômios como forma de tratar o louco e sua loucura.

* * *

(Há uma quantidade enorme de relatos da produção de novos modos de viver de muitos que ficaram isolados e manicomializados por décadas, nessas prisões-manicômios que a psiquiatria inventou no século XIX. Mas, aqui não tenho a intenção de citar situações particulares, só faço como apontamento de que há construções concretas em várias frentes das experimentações de busca por outros modos de viver, que mostram isso que afirmei. Veja, quem se interessar, o livro *Revolução Molecular* de Felix Guattari, entre tantos)

* * *

Mas, também, há uma outra dimensão que me chama a atenção, o quanto essa produção incessante de efeitos em nós, do mundo que vivemos, vai nos constituindo não como indivíduos, mas como verdadeiras multidões que nos habitam e que nem sabemos que poderão emergir existencialmente, como nós mesmos.

Há modos de se construir, em certos povos, uma visão sobre essa questão da não existência fixa de algo, como sugere a figura da existência de cada um como um indivíduo, que me agradam muito e melhoram as ideias que estamos trabalhando aqui, nesse texto.

Nelson Mandela, que vinha do povo Zulu, dizia que “sou o que somos”, enquanto Ailton Krenak, diz: “sou sempre um sujeito coletivo, pois sou os outros em mim”.

* * *

Sim, agora parece possível voltarmos e dizermos que há vivências de coletivos de vidas neoliberais que os colocam em oportunidades para se deslocarem desse lugar, e alguns fazem isso com muita presteza; enquanto, há outros completamente excluídos que fazem o contrário, deslocam-se em direção à busca de vidas neoliberais, deslocamento que no geral os produzem como fracassados.

Entretanto, o que me interessa nesse momento é pensar a possibilidade de facilitar a experimentação de modos de vidas não neoliberais, com a invenção de dispositivos que possam ampliar as experimentações da multiplicidade em cada um de nós, como revoluções moleculares, mas com vivências constituídas por estratégias não neoliberais: que facilitem a construção comunitária de coisas para todos, dentro de práticas cooperativas e solidárias, na qual a experimentação de mim é a construção de nós; que permitam a con-vivência positiva da diferenças do outro em mim e em cada um; que nos abram como coletivos que somos para acolher o outro no seu sofrimento; que possam nos permitir o exercício do sofrer como biopotência, para a produção de novos modos de viver; que nos abram para um exercício comunitário sem que ninguém seja o soberano; que a minha liberdade seja de fato a construção da sua liberdade, de modo molecular, a cada encontro; que minha vida valha a pena ser vivida porque sua vida vale a pena ser vivida; que a ética da produção da vida na diferença seja o mote antifascista mais poderoso a nos governar, nós todos os vivos.

E porque isso?

Por considerar que o neoliberalismo vem provando à exaustão o quanto é contra a produção das vidas nas suas diferenças, nos seus exercícios livres de ser, e o quanto a produção da riqueza neoliberal é de fato o empobrecimento das vidas em sua multiplicidade. Porque só a produção de mais vida em si é o modo de re-existir ao neoliberalismo, esse anjo da morte.

O neoliberalismo já vem provando sua intolerância às vidas que considera disfuncionais para a valoração do capital, por isso, persegue, mata ou deixa morrer loucos e todos que considera, anormais do desejo, em geral. Anormais por não desejarem, ou não conseguirem, ser vida-capital.

Manifesto Pela Vida

Um clamor pelo fim do discurso de ódio e de racismo, de perseguição, de destruição, que avassalou o Brasil



Clarice Lispector, em seu livro “Água Viva”, com sua mágica prosapoética, fez um dos mais belos chamados para estarmos engajados na disputa constante pela construção do futuro:

“A invenção do hoje é o meu único meio de instaurar o futuro. Desde já é futuro, e qualquer hora é hora marcada.”

(...)

“O próximo instante é feito por mim? Ou se faz sozinho? Fazemo-lo juntos com a respiração. E com uma desenvoltura de toureiros na arena.”

Este compromisso visceral com a construção permanente e contínua do futuro, esta “desenvoltura de toureiros na arena”, é exatamente o espírito que traspira do “Manifesto do Piarajú - Das Lideranças Indígenas e Caciques do Brasil no Piarajú”, documento final do grande encontro de mais de 600 lideranças indígenas, encerrado neste último dia 17, na Aldeia Piarajú, Terra Indígena Capoto Jarina, no Xingú, sob a liderança incansável e quase centenária, do cacique Raoni Kayapó.

Neste documento os povos indígenas renovam sua mensagem de esperança, entendimento, discernimento e compromisso com a manutenção da vida em sua pluralidade e biossociodiversidade.

Iniciam o documento denunciando, mais uma vez, o “projeto político do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio”.

Em seguida, o documento declara o compromisso dos povos indígenas com todas as formas de vida: “(...) todos esses seres que habitam a floresta fazem parte de nós e correm no nosso sangue.”

O documento faz um apelo pelo respeito à constituição brasileira de 1988, e à convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Como uma resposta firme e precisa ao projeto governamental, ainda apenas anunciado, de exploração econômica - mineração, pecuária, agronegócio transgênico - dos Territórios Indígenas, o documento lança um verdadeiro lema em defesa da vida:

“NÃO PRECISAMOS DESTRUIR PARA PRODUZIR.”

Para tanto, o documento propõe o fortalecimento das alternativas econômicas que sejam sustentáveis, sem agrotóxicos, baseadas nas culturas tradicionais, nas tecnologias limpas e no extrativismo simbiótico, que por milênios tem garantido a convivência harmônica entre homens e florestas.

O documento nomeia esta economia sustentável de:

ECONOMIA DA FLORESTA EM PÉ.

Uma economia possível e praticada não apenas pelos povos indígenas, mas por muitos povos tradicionais da floresta, como os ribeirinhos, os seringueiros, os quilombolas.

Por isso mesmo, o documento aponta para a retomada renovada da “Aliança dos Povos da Floresta”, ressaltando ainda, uma amplificação necessária desta aliança no atual triste cenário nacional, agora é a vez da Aliança dos Povos da Floresta, da Caatinga, do Cerrado, do Pantanal, da Mata Atlântica, da Amazônia.

O documento aspira a uma verdadeira Aliança Pela Vida, tão ampla quanto possível, que possa abraçar todos que persistem lutando em defesa da vida e da democracia real, fazendo uma frente de re-existência à necropolítica que assaltou o Brasil.

O documento apela pelo cumprimento da Lei, de Termos de Ajuste de Conduta, de compromissos constitucionais, de garantias legais à Saúde, à Educação diferenciada, à Universidade Pública e Gratuita, garantia da integridade física e moral de comunidades e lideranças constantemente ameaçadas, agredidas, quando não assassinadas.

Um clamor pelo fim do discurso de ódio e de racismo, de perseguição, de destruição, que avassalou o Brasil nestes tempos sombrios, atravessa todo o documento.

Esta grande carta dos Povos Indígenas, precisa nos alcançar, precisa nos atingir renovando nossas potências e disposição para esta reinvenção do hoje, instaurando o futuro desde agora.

Foi dada a largada para 2020, “com uma desenvoltura de toureiros na arena”?

Melhor dizer, com uma desenvoltura de touros na arena, lutando pelo direito à própria vida, lutando pelo direito aos seus modos tradicionais de existir, lutando pela vida mais plena e plural. Não encontraremos nenhum “touro sentado” no grande encontro com o cacique Raoni, eles dançam e lutam ininterruptamente.

Neste verdadeiro Manifesto pela Vida é a própria vida que se manifesta em generosidade e festa, fazendo da vida inteira um manifesto encarnado.

Máquinas Panópticas Moleculares

Pela liberdade de pensamento e dos viveres devemos nos livrar do panóptico em nós



No século XVIII, na Europa, havia uma grande conversa entre vários pensadores sobre o modo como se poderia controlar e vigiar certos modos de existências, consideradas como “anormais” e perigosas. A ideia de se construir grandes estabelecimentos para poder enclausurar, aprisionar esses corpos parecia não suficiente. Havia também a necessidade de se desenvolver modos de discipliná-los e de controlá-los para que nada pudesse escapar dos olhos normatizadores e, ao mesmo tempo, tudo pudesse ser regado, normalizado.

Um desses pensadores, que se destacou nesse período, foi Bentham, que propôs a construção arquitetônica de grandes estabelecimentos prisionais que tinham a possibilidade de ser um “grande olho” que podia ver tudo que ocorria com os corpos enclausurados.

Um presídio com celas vazadas situadas na periferia do edifício com o centro ocupado por uma grande torre onde ficariam os funcionários vigilantes, que poderiam olhar tudo que estaria acontecendo dentro de todas as celas e, em especial, o modo como cada corpo aprisionado se comportava, sendo merecedor ou não de ações corretivas, disciplinadoras e qualquer outra do mesmo nível.

Esses grandes edifícios ficaram conhecidos como Máquinas Panópticas e foram adotados para a construção de vários outros tipos de estabelecimentos, como hospitais e escolas.

* * *

Confesso que no dia 29 de outubro acordei em uma ressaca emocional das piores que já vivi. Ter visto mais de 50 milhões de brasileiros apoiarem as propostas de alguém que prega a violência contra o diferente como prática política - além de um monte de outras barbáries, como a própria defesa da tortura e da eliminação física do opositor -, grudou em meu corpo uma sensação de fim de mundo e de uma vida cada vez mais difícil, ali no seu cotidiano.

O simples encontro com qualquer um nos meus trajetos ia mobilizando o que de pior havia em mim naqueles momentos. Olhava alguém e ficava imaginando se era ou não um dos 50 milhões e rapidamente vinha uma raiva na minha alma. Isso me incomodou profundamente.

Via-me como eles, como aqueles 50 milhões que fizeram essa aposta incrivelmente equivocada - e que vai gerar muito sofrimento desnecessário, ainda mais porque muitos apostaram nessa violência por terem medo de algo que nem existe mais, como por exemplo os comunistas. Ter medo de comunista hoje, é o mesmo que ter medo do Saci Pererê, ou da Cuca, ou de qualquer fantasma.

Mas, não conseguia sair desse lugar de ficar com raiva só de imaginar que o outro poderia ser uma dessas pessoas equivocadas, e que apostava que alguém como eu deveria ser violentado só por não ter as mesmas ideias e os mesmos medos.

Percebi, em um certo instante, que eu estava funcionando como uma máquina panóptica molecular, ou seja, meu olho virou essa máquina. Ficava rastreando corpos e imputando neles coisas que eu nem sabia se existiam mesmo ou não, e já imaginava que esses corpos deveriam ser disciplinados, punidos e regrados.

Detestei isso, mesmo sabendo que do outro lado também a máquina panóptica molecular estava funcionando, ainda mais que estava sendo estimulada como mecanismo de delação para ações corretivas violentas.

Não é outra a intenção quando alguém propõe que alunos gravem falas de professores para que eles possam ser criminalizados por proselitismo político, como se houvesse qualquer ensinamento isento de algum posicionamento ou da contemplação de vários posicionamentos. Imaginem todes quando um professor de história, ao dar aula sobre os

grandes acontecimentos do século XX, se põe a falar da Primeira Grande Guerra de 1914 e da Revolução Bolchevique de 1918, e isso for considerado proselitismo político e não aula sobre a história do ocidente.

Imaginem quando um professor de saúde falar sobre a existência de doenças que se comportam de modo distinto conforme a situação social vivida por um grupo social, mostrando que pobres morrem mais que ricos e de doenças que já nem deveriam existir mais.

Imaginem

Quais serão os critérios para resolver isso.

Provavelmente, será o olhar mapeador que enxergará sempre nessas situações proselitismo político por ser conhecimento diferente do seu, não em termos de conhecimento sobre o real, mas sobre crenças em relação ao mundo, sejam religiosas, sejam ideológicas. A definição será moral a partir de um dos campos panópticos.

Mas, o pior disso tudo é que todos que se fiam em uma moral binária agem do mesmo jeito, seja em nome de ideologias de direita ou de esquerda.

A moral binária vê o mundo de um modo muito simples: ou é isso, ou é aquilo, e se eu estou no isso o aquilo é um erro e uma ameaça e, portanto, passível de ser rastreado e violentado.

A política como prática da violência vem atravessando vários períodos da humanidade e quando imaginávamos que já tínhamos feito a crítica deste erro, que eliminou milhões de vidas pelas razões mais bobas, ele insiste em voltar da forma mais primitiva possível.

Nesse momento, de intensa paranoia panóptica, acho que devemos nos desvencilhar dela em nossos corpos e nos desorganizarmos em relação a moralidade binária que nos ocupa tanto. Devemos pelo menos permitir a dúvida sobre essa simplicidade em ver as coisas do mundo, devemos complexificar nossos modos de viver e nossos modos de olhar a realidade, vendo no outro uma riqueza de possíveis e não só um oposto de uma noção simples do bem e do mal.

E, talvez, a única crença que valha é que toda vida vale a pena ser vivida intensamente se isso não implicar na eliminação de um outro vivente.

Pelo fim da política como prática de violência.

Pela liberdade de pensamento e dos viveres.
Democracia, sempre.

Wajãpi

Re-existindo na diferença e na indiferença do Estado



Desde que “Pindorama”, este território mítico dos povos tupis-guaranis, que seria a “terra livre dos males”, antes de ser Brasil, esta terra das palmeiras “Pindó”, palmeira sagrada que atinge até 30 metros de altura, desde que esta terra foi invadida por “garimpeiros”, em busca de ouro em 1500, que os povos indígenas pelejam contra garimpeiros.

As tais palmeiras Pindó ainda resistem, aqui e ali, hoje consideradas pelos agrônomos um importante indicador de águas subterrâneas, por ser uma planta muito exigente de água, suas raízes buscam as falhas no subsolo por onde passam recargas de rios subterrâneos. Também relacionada com riqueza da fauna, pois seus cachos produzem até 25 kilos de frutos , alimentando e atraindo uma diversidade de animais. A antiga sagrada palmeira Pindó parece ser mesmo um indicador de vida em abundância e fartura.

Mas os garimpeiros campeiam por “Pindorama” com voracidade inesgotável.

Agora no final de julho, os índios Wajãpi gritaram por socorro por terem suas terras novamente invadidas e agredidas por garimpeiros.

É uma história que se repete tantas vezes, tantos povos indígenas foram atacados por garimpeiros, outrora chamados “descobridores”, “navegadores”, “bandeirantes”, “desbravadores”, “colonos”, “posseiros”, etc, que seria mais fácil nos perguntarmos se existe algum povo indígena nas Américas que não tenha sido vítima de garimpeiros.

É bem possível que não exista.

A história se repete, os relatos, que rapidamente circularam pelas mídias sociais, graças à articulação do Conselho de Aldeias Wajãpi, apontam que dezenas de garimpeiros invadiram o território indígena, uma importante liderança foi assassinada a facadas, garimpeiros ameaçam e intimidam os indígenas com armas de grosso calibre e até metralhadoras. Os garimpeiros estariam rondando as aldeias a noite, com seus cães, agredindo crianças e mulheres, roubando os roçados plantados pelos índios, hostilizando os indígenas que estariam reféns da violência armada.

Os Wajãpi pedem socorro, pedem que o Estado se faça presente, garanta a segurança pública, proteja seus direitos adquiridos, seu território demarcado e homologado.

O senador pelo Amapá, Randolfe Rodrigues, acionado pelo Conselho de Aldeias e informado por notas publicadas por este Conselho, encampou o apelo Wajãpi e ecoou amplamente seu pedido de socorro.

O movimento 342amazônia.org, construído pelo Greenpace Brasil e pela Mídia Ninja para promover a defesa da Amazônia, também foi acionado pelos Wajãpi, que já aprenderam, depois de tantas décadas de batalha contra garimpeiros, desde os anos 70 do século XX, que é preciso construir visibilidade, é preciso vocalizar e amplificar suas lutas junto à opinião pública, que possa se escandalizar com a barbárie que quer ficar escondida.

Rapidamente artistas renomados como Caetano Veloso, mesmo em turnê no México, Criolo, mesmo em turnê em Portugal, divulgaram vídeos ecoando o grito Wajãpi. Isto criou uma visibilidade inesperada para a situação de mais um ataque aos povos indígenas.

Os Wajãpi, ao mesmo tempo que cultivam e persistem alimentando suas tradições, seus modos de viver, também construíram recursos tecnológicos de conexão com a “aldeia global, através principalmente de seu Conselho de Aldeias, como esclarece seu site oficial:

“O Conselho de Aldeias Wajãpi é chamado “Apina”, foi criado em 1994, para ajudar a lutar pela demarcação da Terra Indígena Wajãpi. O Apina é formado pelos chefes de todas as aldeias wajãpi. O Conselho das Aldeias está funcionando de acordo com as nossas necessidades e possibilidades.

‘ Apina’ não é uma sigla. É o nome que escolhemos para nosso Conselho. Apina era o nome de antigos Wajãpi, muito valentes, que

flechavam muito longe. Suas flechas eram muito bonitas e eles eram fortes. Por isso, colocamos esse nome.

A Terra Indígena Wajãpi tem 607.017 hectares, onde se espalham 49 aldeias e uma população de aproximadamente 980 pessoas (Apina/2009)."

A história dos Wajãpi é a de uma grande migração épica deste povo rumo ao norte, desde suas origens no baixo rio Xingu, vivendo diferentes processos intertribais e interétnicos, até finalmente se instalarem nas cabeceiras dos rios Jari, Amapari, Oiapoque, atualmente estado do Amapá.

A partir da década de 70 do século XX, com a abertura da rodovia Perimetral Norte, que cortou parte de seu território tradicional, a história de resistência e luta pela sobrevivência dos Wajãpi se intensifica, diante desta obra que afetou profundamente seu modo de vida, criando uma vulnerabilidade pelo acesso facilitado de seu território a madeireiros, caçadores de peles, garimpeiros, empresas de mineração.

Ao longo das décadas de 80-90 do século XX os Wajãpi lutaram intensamente pela expulsão dos invasores e pela demarcação, homologação oficial de seu território, que finalmente alcançaram em 1996. Mas mesmo depois desta demarcação oficial, por diversas vezes os Wajãpi denunciaram tentativas de garimpeiros ingressarem ou se instalarem em suas terras, e continuaram na luta pelo seu modo de vida, como afirmam em seu "Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi:

"Nós Wajãpi temos um modo de vida muito diferente de vocês. Nós temos uma cultura muito forte e não esquecemos nenhuma coisa. Nós sabemos nos pintar, sabemos cantar, sabemos criar nossos filhos, educar nossas crianças e cuidar do nosso corpo. Nós Wajãpi temos um modo de morar muito diferente dos não índios. Desde muito tempo atrás nós estamos sempre mudando de lugar. Sabemos procurar lugares bons para morar, onde o terreno é bom, a terra é boa, é bom de fazer roça. Onde é bom de caça e bom de peixe. Nós não moramos sempre no mesmo lugar."

Mas a situação atual demonstra inequivocamente um agravamento da vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil, que se reflete na disposição e

na ousadia de seus agressores, invasores. As repercussões internacionais da divulgação das invasões sofridas pelos Wajãpi apontam nesta direção.

A alta comissária da Organização das Nações Unidas (ONU) para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, se pronunciou condenando a situação denunciada pelos Wajãpi, apontando que o fato é ""sintoma perturbador do crescente problema de invasão de terras indígenas - especialmente florestas - por mineiros, madeireiros e fazendeiros no Brasil".

Ao mesmo tempo, Bachelet apelou ao governo brasileiro por uma postura mais digna: "Exorto o governo do Brasil a agir de forma decisiva para deter a invasão dos territórios indígenas e garantir o exercício pacífico de seus direitos coletivos sobre suas terras".

Também Victoria Tauli-Corpuz, relatora da ONU para os Povos Indígenas, em entrevista ao UOL, manifestou sua indignação com a situação atual dos povos indígenas no Brasil, afirmando que o presidente brasileiro tem responsabilidade, ainda que indiretamente, pela invasão de terras indígenas no Amapá.

Jornais internacionais como o "The Guardian", anunciaram sobre as invasões das terras Wajãpi como parte da situação em que o garimpo, a mineração ilegal na Amazônia brasileira vem tomando "proporções epidêmicas".

Também o "Le Monde" correlacionou as invasões das terras Wajãpi com o fato do presidente do Brasil ser declaradamente contrário às demarcações das terras indígenas, considerando-as um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Comentando ainda que o presidente não está preocupado que estas atividades possam trazer violência ou poluição com mercúrio, mas, ao contrário, ele encoraja o desmatamento. (Em tradução livre não literal).

A resposta do governo federal a toda esta repercussão foi absurdamente indiferente, o presidente do Brasil, diante das invasões e da denuncia de assassinato, afirmou que não haviam evidências suficientes nas denúncias e que:

"É intenção minha regulamentar garimpo, legalizar o garimpo. Inclusive para índio, que tem que ter o direito de explorar o garimpo na sua propriedade. Terra indígena é como se fosse propriedade dele. Lógico,

ONGs de outros países não querem, querem que o índio continue preso num zoológico animal, como se fosse um ser humano pré-histórico".

Por sua vez, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável por defender os povos indígenas, se limitou a uma nota singela que transpira seu distanciamento da situação:

"No último sábado (27/07) a Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio no Amapá encaminhou para a presidência do órgão memorando informando sobre um possível ataque de garimpeiros à Terra Indígena Wajãpi na segunda-feira (22), que teria resultado na morte do líder indígena Emyra Wajãpi. Por se tratar de um local de difícil acesso, a Funai alertou os órgãos de segurança pública da área, que se deslocaram ao local para investigar a causa do óbito e garantir a segurança dos indígenas.

No domingo (28), após a chegada de servidores da Fundação, da Polícia Federal e da Polícia Militar do Amapá, foi aberto inquérito pela PF para apuração da causa da morte de Emyra e criado um gabinete de crise com os órgãos competentes: Funai, Ministério Público Federal, MP estadual, Polícia Federal, Secretaria de Justiça e da Segurança Pública do Amapá e Exército.

Ontem, a Polícia Federal divulgou em nota que "durante as diligências, guiadas pelo índio Aikyry, filho do indígena morto, não foram encontrados invasores ou vestígios da presença de não-índios nos locais apontados pelos denunciantes. Policiais federais percorreram uma grande área, realizando vistoria em conjunto com os policiais da COE/PM/AP, que são referência no estado em rastreamento e combate em áreas de mata, e nada foi encontrado.

O presidente da Funai, Marcelo Xavier, lamenta profundamente a morte do cacique Emyra Wajãpi e, desde sábado, tem acompanhado o caso junto às autoridades competentes. "A Funai se solidariza com a família do líder Emyra e com toda a comunidade Wajãpi neste momento. Nossos servidores permanecerão no local acompanhando o trabalho da polícia até que todas as circunstâncias do óbito sejam apuradas", ressaltou."

Mas, a indiferença maior coube à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde, responsável pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que atualmente tem na sua direção justamente uma índia Wajãpi, Sílvia Nobre Waiãpi, vejam só.

Desde os incidentes deste final de julho, desde os gritos e apelos de socorro disparados pelas aldeias Wajãpi, incluindo morte, não houve nenhuma nota da SESAI. Um silêncio que fala alto de sua indiferença.

Os Wajãpi, por sua vez, demonstraram neste episódio sua vitalidade, sua capacidade de acionar e convocar aliados, sua capacidade sempre renovada de re-existir na diferença e de superar a indiferença reinante no governo federal. E mais, mostraram a importância, a relevância e o cuidado com que tratam sua comunicação com o mundo dos não índios, sua disposição para a batalha inclusive semiótica, como ensinam no seu belo texto “Para nós, não existe só ‘imagem’”.

Não Larguem da Minha Mão

Cuidemo-nos amiges e da vizinhes



Quando o Trump, depois de uma campanha a estimular a raiva e o preconceito já enraizado em vários corpinhos americanos, ganhou a disputa eleitoral nos Estados Unidos da América do Norte, muitos que se sentiam ameaçados por aqueles discursos raivosos começaram a construir um movimento coletivo de produção de redes de proteção, contra a prática do ódio em relação a si.

Trump e seus aliados convenceram uma grande parte do povo americano de que eles estavam vivendo más condições de vida por causa da existência do imigrante (mexicano, guatemalteco, cubano, “chicanos” em geral), do negro, dos gays pobres, dos loucos e dos improdutivos em geral, e em especial por causa dos que pregavam o respeito ao direito a uma vida melhor para todes.

Essa parte da população americana era em geral branca, mas não só, pois muitos gays, negros e “chicanos” também acreditaram nesse discurso preconceituoso contra o diferente, e também demonizaram os outros como se fossem responsáveis por suas situações precárias de vida, ou pela piora das condições anteriores.

Trump e seu grupo conseguiram produzir uma adesão, inclusive de vários religiosos, que entendiam que os que defendiam direitos humanos iguais para todos, eram de fato os grandes vilões a serem perseguidos pela nova política que se instalaria nos EUA e que iria gerar uma melhora incrível da vida dos americanos autênticos.

Criminalizar o presidente anterior que defendia uma saúde para todos foi um dos seus objetivos, considerando inclusive que esse presidente, o Obama, que era negro e filho de uma família africana muçulmana - apesar de sua mãe ser branca e americana - deveria ser visto como um dos grandes

problemas do sofrimento de vários americanos, que de posse de um pensamento bem binário e simples, não entendia que eram as corporações capitalistas americanas que os exploravam de modo bárbaro e, como tal, de fato produziam aquelas situações de profundas desigualdades.

O ódio e a prática política pela violência foi se construindo como o modo de viver as relações no cotidiano entre os vários grupos nos EUA, substituindo inclusive a política pela paz e pela relação cordial entre os diferentes, reafirmando a volta de um passado a duras penas superado.

Trump produziu uma explicitação da violência como justa quando praticada pelo homem branco contra o homem negro. Uma violência justa quando efetivada pelo homem branco contra as mulheres, em especial negras e pobres. Uma violência justa como repressão aos migrantes em geral, aos movimentos sociais, e aos pensadores e imprensas independentes.

Elegeu qualquer ativismo que defendesse o direito à democracia e aos direitos humanos como ética básica de qualquer convivência, como um dos piores inimigos a serem perseguidos e exterminados. Reforçou a prática de extermínio de um fantasioso inimigo externo como uma guerra justa de americanos contra o mundo, não espelhado nos seus próprios princípios.

Nunca se matou tanta gente nos vários cantos do mundo.

Trump, porém, sem saber, estimulou o oposto também. Vários grupos começaram a se formar para pregarem a visão de que Trump era uma mentira, que mentia e enganava. Vários grupos começaram a se formar para se protegerem, para cuidarem de si e dos outros.

Como se diz, por aqui, na Luta Antimanicomial: cuidar do outro é cuidar de si.

Aqueles americanos que se perceberam profundamente ameaçados no seu viver diário, se viram na obrigação de inventarem novas estratégias de sociabilidade. Como, por exemplo, construírem de modo explícito a noção de que agora a política não deveria mais ser o que sempre foi, um lugar de homens poderosos a esmagarem os considerados menos poderosos.

Que a política agora deveria ser molecularizada e vivida na cotidianidade do viver. Que deveria ser o lugar de produção de novos viveres onde o ódio sempre quis produzir mortes. Que deveria ser o lugar do

encontro de vidas equivalentes em suas diferenças, onde um corpo não se colocaria nunca como acima e soberano em relação ao outro.

Ao contrário.

Deveria ser o lugar do encontro da diferença no mútuo efeito de produção da riqueza que a diversidade do viver sempre carregou consigo.

Por isso, na semana seguinte a vitória do Trump, muitos americanos de vários viveres criaram um movimento: cuide dx sua/seu vizinhx. Fique de olho e dê visibilidade se algo acontecer com ele. Solidarize-se. Não adira ao ódio de quem você sempre teve perto de você.

Seguremo-nos com nossas mãos.

Cuidemos dos nossos amiges.

Yanomami

Re-existindo na diferença



Neste mês de agosto, uma das publicações médicas mais prestigiadas e tradicionais do mundo, “*The Lancet*”, dedicou um editorial para manifestar a preocupação mundial com a saúde indígena no Brasil.

O editorial de 10 de agosto deste ano recebeu o título: “Bolsonaro ameaça a sobrevivência da população indígena do Brasil”.

O texto faz referência em especial à invasão das terras Yanomami por milhares de garimpeiros:

“Encorajados pela promessa do presidente de direita Jair Bolsonaro de abolir as reservas indígenas e abrir as terras à exploração comercial, madeireiros ilegais, garimpeiros e grileiros, muitas vezes fortemente armados, se infiltraram em territórios indígenas protegidos.

No norte do país, por exemplo, cerca de 20 mil garimpeiros ilegais entraram na reserva Yanomami, uma das maiores áreas indígenas do Brasil. A mineração polui os rios com mercúrio e sedimentos, erode as margens dos rios, limpa as árvores e cria grandes poças de água estagnada – um terreno fértil para os mosquitos.

Além disso, os infiltrados podem transmitir doenças às quais os povos indígenas têm pouca ou nenhuma imunidade.”

Os Yanomami lutam contra estas invasões de seu território há muitas décadas, mas seguramente este momento atual é a crise mais grave que enfrentam desde a constituição cidadã de 1988, que garantiu aos povos indígenas o direito ao uso exclusivo de suas terras, pior crise desde a demarcação da Terra Indígena (TI) Yanomami em 1992.

A luta pelo direito à existência, a luta de re-existência dos Yanomami se intensificou primeiro na década de setenta do século XX, com a construção da Rodovia Perimetral Norte, parte do projeto integracionista da ditadura militar ainda no governo Garrastazu Médici, que cortou o território indígena e

facilitou drasticamente o acesso às terras Yanomami para garimpeiros, madeireiros, colonos, fazendeiros etc.

Desde então, os Yanomami viram suas terras invadidas por milhares de não índios saqueando as “riquezas naturais” de seu território tradicional.

Sobre esta época escreveu, da forma mais transparente, Darcy Ribeiro prefaciando o livro “Yanomami – Um Povo Ameaçado de Extinção”:

“Os Yanomami que, quando do primeiro choque com a civilização, somariam uns 20 mil, são a presença humana que o mundo viu e com ela se comoveu. Seu drama é que, com 500 anos de atraso, a civilização, afinal, chega a suas aldeias. Espanta-se de vê-los tão fortes, alegres e bem nutridos; de suas grandes casas-paravento, que não tem similar no mundo; de seu jeito próprio de enfeitar-se; da humanidade profunda que cintila em seus olhos; de sua criança lindíssima.

Civilização, para os Yanomami, significou três avalanches. A primeira, humana, encarnada pelos brutos que chegam invadindo suas casas, tomando suas mulheres, violentando suas crianças e querendo se fazerem entender não pelas palavras que diziam, incompreensíveis, mas pelos berros que gritavam e pelas armas tonitroantes com que matavam quem lhes parecesse hostil. Estes agentes da civilização, assentados em suas aldeias, comendo suas comidas, se puseram a percorrer os igarapés, rio acima e rio abaixo, incansáveis, procurando pepitas de ouro, que afinal encontraram.

Aí vem a segunda avalanche, química, do mercúrio que misturavam na areia e no barro para extrair o pó de ouro e que lançavam sobre as águas, matando os peixes, os jacarés, as taratarugas. Depois, o próprio rio, envenenado, e, por fim, os Yanomami que bebiam suas águas e nelas se banhavam.

A terceira avalanche, de natureza biótica, foram as enfermidades que o invasor trazia no corpo. Eles vinham de um universo euro-afro-asiático, que, através de milênios, foi peneirado pelas mais diversas pestes. As levam no corpo, na forma de vírus incrustados em suas carnes e ossos, prontos a explodir em doenças terríveis para os Yanomami, até então indenes, mas nem tanto para seus contagiadores.

Essas três avalanches se somam. Prossegue a guerra incruenta dos invasores. Avoluma-se a guerra química com o apodrecimento das águas. Intensifica-se a guerra biológica na forma de epidemias de gripe, de sarampo, de tuberculose, de caxumba de gonorréia e até de cáries dentárias, que os Yanomami não tinham antes. Sua população se reduz

drasticamente. Em lugar da alegria de viver e da fartura que tiveram por milênios, pelo equilíbrio de sua forma de adaptação ecológica de povos da floresta, o que prevalece agora é uma gente esquelética, faminta, tossindo e coçando perebas.”

Durante a década de oitenta, vem o projeto “Calha Norte”, como estratégia militar para ocupar os “vazios da fronteira brasileira” ao norte da calha do rio Solimões.

Na época tanto a Igreja que desenvolvia trabalhos junto aos povos indígenas da região quanto inúmeras ONGs defensoras dos povos indígenas, condenam o projeto, apontando que, em Roraima, os Yanomami sofreriam “um ataque maciço e frontal, com graves consequências”.

Esta proposta de “desenvolvimento regional” abre as portas para novas e maiores invasões dos territórios indígenas tradicionais. Mais de 40 mil garimpeiros invadiram as terras Yanomami em busca de ouro. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) estimou na época a presença de pelo menos 45 mil garimpeiros nas terras Yanomami.

O genocídio se repete, garimpeiros geralmente armados, atirando nos índios, destruindo aldeias, disseminando doenças para as quais a população indígena não possuía imunidade, causando a morte de aproximadamente 20 % da população Yanomami, com diversas epidemias, contaminação dos rios com mercúrio, desmatamento, ataques diretos às aldeias.

Nesta luta pela vida do povo Yanomami, o cacique e xamã Davi Kopenawa tornou-se um símbolo mundial da re-existência indígena, buscando apoio internacional para denunciar o genocídio Yanomami em curso desde o governo militar, em campanha pela demarcação da Terra Yanomami, como único modo de salvar seu povo.

A luta é desigual, o povo Yanomami, considerado então “última nação indígena das Américas que ainda vive em estado primitivo”, contra grandes e poderosos interesses econômicos, como deixa vislumbrar reportagem do “Jornal do Brasil” de julho de 1987:

“O potencial mineral conhecido da Amazônia brasileira está estimado em 100 bilhões de dólares. Deste total, de 30% a 40% estão em terras indígenas: de 30 bilhões a 40 bilhões de dólares, considerando apenas o que já é conhecido.

Estão nas terras indígenas as áreas minerais mais promissoras, fontes primárias de ouro e, provavelmente, fontes primárias de diamantes, até hoje não identificadas.”

Davi Kopenawa Yanomami passará muitas vezes por Brasília, em inúmeras manifestações em defesa do povo Yanomami. Terá audiência com o então presidente José Sarney, receberá o prêmio “global 500” atribuído pela ONU, passará pela França e Reino Unido, será recebido pelo secretário-geral das Nações Unidas em Nova York, em 1991, retornando novamente às Nações Unidas para participar da abertura do Ano Internacional dos Povos Indígenas, irá depois até a Noruega buscando apoio pela causa Yanomami.

Mesmo depois de conquistada finalmente a demarcação do Território Indígena Yanomami em 1992, homologado pelo então presidente Fernando Collor, novas invasões continuaram a ocorrer.

Em 1993 acontece novo massacre, desta vez na aldeia Yanomami de Haximi-u, quando garimpeiros armados mataram, de uma só vez, mais de dez pessoas, incluindo uma criança de colo.

Reportagem do Jornal “O Globo” de agosto de 1993, descreve:

“Os peritos Paulo César Fortes e João Luiz Teixeira, vão recolher ossos como fêmur, clavícula, costelas e dentes humanos, dos quais apenas os dentes não tem perfuração à bala.”

Novamente Davi Kopenawa saiu em campanha nacional e internacional para sensibilizar a sociedade, para divulgar, denunciar a situação e pedir justiça, julgamento dos culpados e proteção para seu povo.

Alguns garimpeiros foram finalmente julgados e condenados por genocídio neste episódio, apenas dois seguem cumprindo pena.

Um documentário sobre a luta e peregrinação de Davi Kopenawa recebeu o sugestivo nome: “Davi contra Golias”.

Em seu livro “A Queda do Céu” ele conta:

“A primeira vez que falei da floresta longe de minha casa foi durante uma assembleia na cidade de Manaus. Mas não foi diante de brancos, e sim de outros índios! Era a época em que os garimpeiros estavam começando a invadir nossas terras, nos rios Apiaú e Uraricaá. Então, Ailton Krenak e Álvaro Tukano, lideranças da União das Nações Indígenas, me convidaram a falar. Disseram-me: ‘Você deve defender a floresta de seu povo conosco! Precisamos falar juntos contra os que

querem se apossar de nossas terras! Senão, vamos acabar todos desaparecendo, como nossos antigos antes de nós!”

Estamos agora em 2019, novamente um militar no comando do país, declarando abertamente guerra aos povos indígenas, incentivando, com seu discurso de supostamente colocar a nação em “Ordem” e “Progresso”, uma nova onda de invasões dos territórios indígenas e devastação das florestas.

Novamente o desastre humano e ambiental, estima-se que 20 mil garimpeiros já estejam agindo em território Yanomami. Novamente todo um povo vitimado pela violência e destruição.

A desmatamento da Amazônia bate recordes brutais em agosto de 2019. Fazendeiros, estimulados pelo discurso governante, inovam articulando uma ação orquestrada de ataque à floresta, chamada “Dia do Fogo”.

Os principais países financiadores do “Fundo Amazônia”, Noruega e Alemanha, já comunicaram a retirada de seu financiamento.

Agosto de 2019 poderá ficar para a nossa história como triste lembrança, de quando o céu começou a desabar sobre nossas cabeças; fazendo coro com as piores lembranças Yanomami, como algumas descritas no “A Queda do Céu”:

“Eu os tinha visto derrubar suas árvores e queimá-las para plantar capim. Eu conhecia o rastro de terras vazias e de doenças que deixam atrás de si. Apesar disso, sabia ainda pouca coisa a respeito deles. Foi quando os garimpeiros chegaram até nós que realmente entendi de que eram capazes os napë! Multidões desses forasteiros brancos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: oru – ouro. Começaram a revirar a terra como bandos de queixadas. Sujaram os rios com lamas amareladas e os enfumaçaram com a epidemia xawara de seus maquinários. Então, meu peito voltou a se encher de raiva e angústia, ao vê-los devastar as nascentes dos rios com voracidade de cães famintos.”

Como Penetrar em Mentes Programáveis?

Aprendendo com a institucionalização manicomial dos corpos



Nada é da ordem do espanto se percebermos que um estudo feito sobre o perfil de 500 mil contas do Google, realizado por um grupo de ingleses, foi com a clara intenção de entender como as “pessoas”, que se vinculavam a essas contas, produziam e consumiam as mensagens que essa ampla rede social viabiliza(va).

Aquele grupo, chamado Cambridge Analytica, construiu, a partir das suas análises das 500 mil contas, em torno de 35 tipos de perfis de produtores e consumidores de mensagens. Perceberam que esses 500 mil corpos eram ensinados, eram marcados, eram constituídos por algumas questões e modos de representá-las, modos de imprimir nas mesmas sentidos para o seu próprio viver, modos de viver valores que emitiam e consumiam subjetivamente.

A partir daí fizeram testagens, como se fosse em um laboratório de estudos comportamentais, de como poderiam influenciar nos modos de cada um daqueles 35 tipos de perfis agirem, ou valorarem certas informações e não outras, ou acreditarem em mensagens sem fundamentos mas que tinham um gancho de verdade no jeito como o corpinho do perfil se constituía.

Toda a construção dessa imaterial tecnologia comunicativa opera(ou) pela conexão de uma lógica comunicação-ação, onde uma palavra de ordem pode(ia) gerar e agenciar, no outro, produções de novas ideias e sentidos, antes não existentes. Palavra de ordem que carrega(va) em si um grande poder de construção performática do modo do outro passar a ser e agir.

Em algumas teorias sobre a linguagem e a ação, como a Teoria dos Atos de Fala, isso já era bem conhecido, porém o que não se tinha ainda experimentado era tudo isso no campo das possíveis manipulações, via redes sociais, em momentos decisivos como um plebiscito ou um processo eleitoral.

* * *

O grupo da Cambridge Analytica, uma empresa privada inglesa de prospecção de processos comunicativos em redes sociais, sabia que tinha conseguido acessar uma informação valiosa para poder mexer e induzir certos corpos já bem programados, e tinha noção do valor de mercado que ela poderia ter se mostrasse um uso bem inédito. Foi a fome com a vontade de comer o encontro entre esse grupo e o grupo de apoio do Trump, na disputa americana.

Esses grupos sabiam que havia uma quantidade de corpinhos que não eram permeáveis a esse processo de interferência comunicativa, mas havia um outro tanto altamente vulnerável a essa ação. Corpinhos com certas certezas sobre si e seus projetos de viver tornam-se mais impermeáveis a estratégias de manipulação desse tipo, mas os outros corpinhos mostravam-se bem aptos a esse exercício.

Sabendo, na eleição americana, que a votação absoluta era favorável à opositora de Trump, mas que em alguns estados menores alguns eleitores dela estavam no limite da incerteza sobre o voto, o grupo de apoiadores do Trump, de posse da tecnologia construída pela empresa inglesa, passa a agir de modo pontual no esforço de modificar certas escolhas ou mesmo induzir escolhas de indecisos em 3 estados que poderiam, pela lógica da proporcionalidade na eleição americana - que não é por voto direto, virar o jogo de delegados nacionais em favor do Trump. E isso aconteceu.

O que será que eles fizeram?

Por exemplo, imagine o leitor que eu descubra que um indeciso que mora em um desses estados tem um perfil na rede social que me mostra o quanto para ele é problemático tornar a compra de armas ilegal, mesmo que ele não seja alguém que anda armado.

Pelo manejo da rede social - por exemplo o WhatsApp - posso mandar só para ele uma mensagem dizendo: a candidata opositora do Trump disse

agora que vai mudar a legalização da compra e porte de armas. Mando essa mensagem com direção certa e crio um mecanismo para que ela desapareça duas horas depois de enviada. Apago o meu rastro e a mensagem em si.

O outro recebe e lê minha mensagem e rapidamente, fazendo sentido para ele, manda para outras pessoas semelhantes ao seu perfil, isto é, do seu grupo da rede social.

A chance de mexer na decisão desse grupo que não irá checar se isso é verdade ou não, é muito forte. E no final do processo eleitoral americano, aqueles 3 estados mudaram a sua tendência em eleger delegados contra o Trump e elegeram delegados pró Trump. Isso mudou o desenho do processo eleitoral americano.

* * *

E aqui no Brasil como será que isso pode funcionar.

Vamos imaginar, brincando de pescador, que você sabe em que parte do lago o peixe que você quer está, e você também sabe que ele gosta de minhoca e não de pão ou de isca de peixe. Então, você vai até aquele ponto do lago e lança sua vara de pescar. Pimba, fisga um atrás do outro. É essa a ideia.

Com as informações sobre o perfil dos usuários das redes sociais no Brasil, você descobre quais tipos de gentes-peixes existem por aqui, para serem fisgadas conforme a mensagem-isca que você lançar.

Descobre por exemplo que muitas gentes-peixes não associam a imagem do Lula com a do Haddad, ou que consideram Lula autêntico mas o Haddad um mero pau mandado. Pimba, de posse do acesso a rede dessas gentes-peixes você lança sua vara de pescar e, pronto, fisga.

Pode descobrir que muitas gentes-peixes são bem preconceituosas quanto a existência dos comunistas e que acreditam que eles existem mesmo e vão fazer o mal, e pior que eles são os vermelhos. Pimba, de posse dessa informação você lança várias iscas e pesca um montão.

Se a gente-peixe que você quer pescar tem uma vida pobre em experimentações de várias redes de contato diferenciadas, se ela só vive um ou pouco tipo de experiências de opiniões sobre a vida, se o seu pensamento é binário: ou isso, ou aquilo, aí então a coisa é uma baba. É como pegar peixe que está cambaleando, quase não escapa um.

Ao contrário, se a gente-peixe é bem experimentada em várias opiniões e respeita a diferença, tem um pensamento mais complexo, aí você terá dificuldade de pescá-la. Com exceção daqueles que concordam com a visão de mundo do pescador. Aí não é necessária a pesca, pois são todos pescadores, também.

* * *

Óbvio que isso só é possível porque atualmente, por estas paragens, coisas desse tipo são permitidas, mesmo que sejam imorais e antidemocráticas. Por outro lado, problema de quem ficou tanto tempo na direção de governos e não apostou de modo profundo em mudar essas situações, ampliando de fato o viver democrático de todos e todas, tanto em termos econômicos, quanto políticos, sociais e culturais. A pobreza na experimentação da vida em si é mais importante aqui nessas situações do que a material. A pobreza na experiência subjetiva para gerar por si conhecimento sobre as coisas e não só crença empobrece as convivências e radicaliza a intolerância. Seja do lado do espectro político da direita, seja da esquerda. Ambas se mostram intolerantes e preconceituosas.

Esse tipo de vida pobre em conexões existenciais torna os corpinhos mais facilmente programáveis, por aqueles mecanismos comunicativos que descrevemos.

O viver passa a ser do tipo da vida manicomial, isto é, empobrecida no exercício amplo do desejo e da convivência em aberto com qualquer outro que possa se apresentar para um vínculo. O Manicômio de há muito já nos mostrou que a produção de vidas institucionalizadas, pouco desejanter por mundos outros, criam corpos-manicômios aptos a serem facilmente manipulados e abertos a produzirem em si uma vida propriamente empobrecida.

* * *

Mas, a vida continua. Os dias e as noites continuarão acontecendo. Em encontros outros, afetar e ser afetado continuará funcionando. Novos experimentos de si como obra de arte existencial sempre serão desafios para os que só querem gente-peixe para fisgarem. O lago irá transbordar e

novas formas de gente aparecerá. A produção da vida se contraporá àqueles que acham que a violência contra o outro é a melhor forma de fazer política. A memória sobre vidas melhores e lutas coletivas será vingativa.

O Silêncio do Mundo

Teatro da re-existência



26° Porto Alegre em Cena. Residência teatral: “O Silêncio do Mundo”.
Uma criação cênica de Ailton Krenak e Andreia Duarte.

Theatro São Pedro.

Aquele mesmo São Pedro, que na mitologia cristã guarda as chaves da porta do Céu, observa atônito, o arrombamento.

O Encontro de Ailton Krenak com o público, que aconteceu neste festival de teatro de Porto Alegre, neste 19 de setembro, não foi um espetáculo.

Pelo menos não um espetáculo no sentido habitual do termo que emprestamos aos eventos da “indústria cultural”, com Adorno, ou do negócio do entretenimento, ou da “sociedade do espetáculo”, com Guy Debord.

Não foi um espetáculo no sentido substantivo da palavra.

Pode até ter sido um espetáculo no sentido adjetivo da palavra, como quando dizemos que a vida é um espetáculo, do qual ameaçamos encurtar a turnê.

Este encontro entre Krenak e o público teria sido algum tipo de intervenção?

Mas também uma intervenção é algo por demais programático, planejado, calculado, que não consegue nomear o que aconteceu ali.

Este encontro singular foi bem mais uma inter-invenção.

Criação viva em ato, com o público.

Aprendizagem mútua, encontro de estrangeiros, experiência de exílio de si mesmo, como descrevia Paulo Freire e Antônio Faundez, em seu “Por Uma Pedagogia da Pergunta”:

“Essa sua análise sobre a cotidianidade é fundamental para uma compreensão do exílio, porque o exílio não é simplesmente um problema de ruptura epistemológica, emocional, sentimental ou intelectual ou mesmo

política; é também uma ruptura da vida diária, de gestos, palavras, de relações humanas, amorosas, de relações de amizade, de relações com os objetos. Sem dúvida, o exílio não pode ser explicado sem essa forma, digamos pessoal, de relacionar-se com outra realidade, com outro contexto, novo. Aí começa, eu diria, uma alfabetização de nosso ser.

E começa com isso a que você se referia – descobrir os outros, descobrir outra realidade, outros objetos, outros gestos, outras mãos, outros corpos; e, como estamos marcados por outras linguagens e nos acostumamos a outros gestos, a outras relações, esta é uma longa aprendizagem, este novo descobrir, este novo relacionar-se com o mundo. E, portanto, a diferença está por onde esta aprendizagem se inicia. Descubra-se o outro e você ligava a esse descobrimento do outro a necessária tolerância do outro. Isso significa que, através da diferença, temos de aprender a tolerar o outro, a não julgá-lo por nossos próprios valores, mas a julgá-lo com os valores desse outro, que tem valores diversos dos nossos. E o que me parece fundamental é que, ligado ao conceito de diferença e tolerância, está o conceito de cultura.”.

Encontro teatral como possibilidade de nomadismo do pensamento, com Deleuze, terra estrangeira plantada em palco, por Krenak e Andreia.

Quando logo de início uma biodiversidade sonora invade a cena escura, ninguém sabe o que vai, o que pode acontecer.

Nem o público, nem os atores, nem a diretora.

O tempo do imprevisível, o tempo mítico da “incerteza viva” vai sendo plasmado na atmosfera do lugar.

Com a luz se revela um cenário formado por uma das criaturas habitáveis organoclonadas, viscerais, do genial Ernesto Neto, compondo talvez um céu, talvez uma placenta, talvez uma galáxia.

Quando entra em cena, Krenak está bem longe de qualquer “interpretação teatral” ou “representação teatral”.

No extrema oposto do teatro das aparências, ele compõe um real teatro das aparições, das transfigurações, trans-teatro vazando pré-visões.

O “duplo teatral” de Antonin Artaud, o anti-teatro convencional, um antídoto, antidoxal ou “veneno anti-monotonia”, de Cazuzza, um “anticomputador sentimental”, um “disco voador para tocar depois do carnaval”, de Gaetano.

Sem qualquer plumagem, sem qualquer adereço, fetiche que pudesse ser identificado como tipicamente indígena, Krenak está em cena mostrando sua contra-mercadoria, seu “teatro pobre” como Jerzy Grotowski.

Re-vivendo momento antológico de encontro do teatro com povos indígenas, Antonin Artaud com os Tarahumaras, o espaço cênico, antropocênico, se desmancha em vocalizações não-humanas.

O teatro nunca foi tão desumano.

Disparando maquinismos sonoros, experimentalismos sonoros de Carmelo Bene.

Muito além de uma antropologia teatral de Eugênio Barba, uma antropofagia teatral que come o teatro pelo rabo, serpente oroborus.

Desumanizar como possibilidade rara de se reencontrar com os não humanos.

Krenak estando em cena, prefere não contar aquela história, de como aprendeu com velhos índios amazônicos, que quando encontrar uma onça na floresta, você deve olhar bem nos olhos dela, deve olhar fixamente nos olhos dela, deve manter seu olhar aí, mantendo todo o resto em visão periférica, mantendo um contato magnetismo visual contínuo.

A onça consegue enxergar as outras onças como gente, por isso não come as outras onças, mas pode não enxergar você como gente.

Você deve olhar fixamente nos olhos dela, fazendo ela enxergar a sua forma de ser gente, enxergar a pessoa que ainda existe em você.

Você neste encontro de verdade, vai precisar provar para a onça que é mesmo gente, como ela.

Krenak mantém seu olhar no público como quem se vê, diante da onça.

Ele sabe que o público pode ser gente, pode ser onça.

E que se o público não reconhecer a mesma humanidade nos povos indígenas, será fato corrigueiro, um lugar de subhumano tem sido mais regra que exceção.

Mas é preciso buscar a metamorfose do público onça em gente, do público gente demais em um pouco de onça, despertar seu proto-sensível.

Teatro intuitivo, perceptivo, vazando o racional, conectando o sensível segredo sagrado profano.

Teatro de dionísio, não apolíneo, não retilíneo, não linear. Sem ordem, sem progresso.

Teatro do desassossego, como Pessoa na pessoa, navegar está cada vez mais preciso, mas viver será sempre impreciso.

Meu Tio, o lauretê passeia pela cena, o público se mantém em suspense, ele pode avançar a qualquer momento sobre alguém da platéia, entrevêndo a humanidade das onças, a “onçidade” dos humanos.

Longo som seta sem sentido claro atravessa a cena.

Teatro co-movente deslocando o antropocêntrico do centro da cena.

O público pré-sente que sua humanidade foi con-testada.

Teatro do pré-sentimento, selvagem.

Fazendo brotar re-existências imprevistas.

Cigarras sibilantes, sentindo a gostosa vertigem de romper as velhas cascas, aplaudem de pé, subitamente disfarçadas de gente.

Nossos Corpos Sem Órgãos Ninguém Aprisiona Somos desejos coletivos e ideias engravidadoras



Em um documentário sobre sua vida, Ailton Krenak abre uma conversa sobre a possibilidade dos brasileiros só poderem se ver como um povo quando se derem conta do quanto somos índios e africanos, o quanto somos imigrantes dos mais variados lugares e do quanto podemos nos alimentar dessas diferenças, como o fabricar algo de próprio que seja tudo isso ao mesmo tempo e nada disso em exclusividade.

Nesse mesmo documentário, aparece Darcy Ribeiro no programa Roda Viva, quando esse era algo que valia a pena assistir pela sua seriedade, dizendo que na construção colonial do Brasil se matou seis milhões de índios que aqui já estavam e 12 milhões de africanos que para cá foram trazidos. Darcy pergunta: por que isso?

Para adoçar a boca de europeus, para dar ouro para as cortes europeias que foram a formação da primeira elite a explorar esses povos. Uma elite que foi se modificando, mas que continuava vivendo de exploração semelhante, vivendo da produção de uma desigualdade abismal entre os muito poucos que viviam nababescamente e a maioria que era todo dia sugada, alimentando (aquela elite) com a sua vida de modo direto.

Elite vampiresca, que soube e sabe criar nos outros que os alimentam uma quantidade enorme de “capitães do mato”, que trabalham para ela contendo com seus chicotes todos aqueles que por ventura se constituem como herdeiros de uma outra memória. Em nossa construção da desigualdade abissal, a elite soube e sabe produzir serviços armados intelectuais que desejam e pensam serem, em si, a própria elite branca e falocêntrica.

* * *

Krenak, no documentário, traz para a cena a memória de que não somos uma Nação para alimentar sempre essa minoria com nossa vida, mas sim que podemos ser uma rica Nação espelhada no bem viver de todos. Um bem viver que pode se alimentar do que todos esses povos, que nos constituem, já produziram de sabedoria histórica no conviver.

Essa garra de se expor de novo ao extermínio que vem sendo praticado diariamente pelo Brasil, hoje, vem marcando nossa construção memorial de outras histórias possíveis para nós mesmos. Os movimentos indígenas, os movimentos negros, os movimentos pela equidade de gênero, os movimentos em defesa da igualdade na diferença, dentre vários outros, que inclusive estão sendo forjados, são forças vivas que disputam a possibilidade de construirmos entre nós, como comum, os muitos bem viveres de cada povo em si, construindo um além vidas-coloniais que se produziu por aqui em benefício daquela elite branca.

* * *

Krenak e tudo que possa expressar com sua língua atual, não é o resto do que sobrou do passado trágico da vida-colonial, como um ser em exibição. Krenak é a nossa possibilidade de um devir-Brasil construído na sua multiplicidade, na qual o prazer de ser será constituído pelos outros em suas autenticidades viventes.

Os Krenaks estão hoje aí, como ideia. Como corpos sem órgãos.

* * *

Corpos sem órgãos que não podem ser presos, que são desejos coletivos e ideias engravidadoras. Corpos que produzem em suas imaterialidades novas materialidades corporais que só conseguem produzir-se vidas se estiverem sendo governantes de si mesmos, no encontro com os outros. Sendo sempre o que somos. Sem o outro não existo. Por isso, como fala Krenak, somos sujeitos coletivos a todo instante.

A primeira vez que me vi diante de algo tão poderoso como essas histórias e falas dos Krenaks da nossa vida, foi quando conheci algumas coisas sobre o modo como Antonin Artaud se produzia como vivente, partindo do seu corpo multidão e sem órgãos, o que também nos ensina os vários Josés Celsos Martinez Corrêa com seus dionisíacos-fazeres-vidas.

Que essa contaminação seja de um dispositivo-vírus construído pela multiplicidade de vidas sem órgãos, impossíveis de serem eliminadas - mesmo quando se deixa morrer memórias inscritas em museus abandonados para que não possamos construir de outro modo nosso passado - simplesmente pelo fato que a elite não entende disso, dos sem órgãos.

Podem destruir quanto museus quiserem, mas não podem botar fogo nos corpinhos sem órgãos, que em si são e serão sempre memórias que habitam corpos por acontecer, disputando a todo instante a produção de modos de viver de outras maneiras, constituindo-se multidões onde capitães do mato imaginam que nenhuma vida nova nascerá.

O Brasil, hoje, ao contrário do que muitos pensam, é um dos países do mundo que mais vem gerando corpos sem órgãos incapturáveis, para azar de sua elite e de seus serviçais no nosso devir-amanhã.

Krenak

Re-existindo na diferença



Desde as leis de 1755, do Marquês de Pombal, figura central da administração portuguesa no reinado de Dom José I, a escravidão indígena foi abolida na América portuguesa com a decretação da liberdade absoluta, sem exceções, de todos os índios, com equiparação dos índios e seus descendentes aos demais colonos e súditos portugueses, inclusive proibindo de serem tratados pejorativamente e suprimindo o poder temporal dos eclesiásticos sobre os índios, cujas aldeias seriam administradas por seus “principais”.

A política indigenista imperial portuguesa parecia finalmente avançar, sob influência de um racionalismo iluminista europeu, chegando até a “Terra Brasilis”.

Mas em 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao Brasil, um grande retrocesso acontece, um passo atrás vergonhoso, com a carta régia de maio de 1808, o príncipe regente Dom João VI deflagra “guerra ofensiva” contra os índios botocudos do vale do rio Doce, nas capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo, restaurando inclusive o cativeiro indígena por dez anos ou enquanto durasse a “fereza” entre eles. Ou seja, poderiam os índios do rio Doce novamente ser escravizados enquanto persistissem “ferozes”, enquanto não se tornassem “civilizados”, enquanto resistissem.

Neste mesmo ano os territórios conquistados foram considerados devolutos, configurando a intenção de colonizar o vale do rio Doce com a guerra aos índios e a distribuição de sesmarias aos novos colonos.

Mesmo antes disto, na segunda metade do século XVIII, o declínio da mineração do ouro havia estimulado a expansão da fronteira agrícola e pastoril em Minas Gerais, com a insistente ocupação do sertão leste, incluindo aí o vale do rio Doce, uma região densamente ocupada pelos

povos indígenas, acontecendo pelo menos 79 expedições militares e paramilitares nesta região no período entre 1755 e 1804.

Portanto, desde o século XVIII, os índios do vale do rio Doce vinham vivendo um constante estado de guerra, com expedições militares e paramilitares marchando para dentro das florestas de Minas Gerais para “conquista e incorporação” territorial, para tomar as terras dos índios.

Ainda assim, a situação no século XIX é considerada um grande retrocesso. O “indigenismo ilustrado” que vigorou durante o reinado de Dom José I é considerado “tolerante”, já a decretação da guerra ofensiva contra os índios do vale do rio Doce, assim como contra os “índios bugres” kaingangues de São Paulo, por Dom João VI, inaugura uma época de ruptura com qualquer tolerância, aprofundamento da severidade e da repressão aplicada a todos os setores da vida indígena.

Em 1818, dez anos após a declaração da guerra ofensiva, quando o naturalista Auguste de Saint-Hilaire passa pelo vale do rio Doce, relata que a capitania do Espírito Santo estava “cercada” pelos “índios inimigos”, com os colonos restritos a uma estreita faixa, rodeados por imensas florestas que “servem de abrigo às tribos errantes dos Botocudos, sempre em guerra com os portugueses”.

Haviam mais de vinte mil índios Botocudos no vale do rio Doce, eles resistem ao longo das primeiras décadas do século XIX contra a soberania luso-brasileira, mantendo-se parcialmente nômades como estratégia de sobrevivência, promovendo eventuais “ataques” que se multiplicaram em todo o vale do rio Doce depois da deflagração das “guerras joaninas”, ameaçando tanto antigos povoamentos como recém enclaves estabelecidos pelos portugueses.

No território do Espírito Santo foi criada a Diretoria Militar do Rio Doce (DMRD), para reorganizar o sistema de defesa, para estabelecer novos destacamentos e quartéis na guerra contra os Botocudos. Aumentos anuais dos soldos foram oferecidos para aqueles que conseguissem aprisionar e matar o maior número de índios.

O naturalista Maximiliano Wied-Neuwied, que esteve também na região naquela época, descreveu: “desgraçada guerra sustentada contra os Botocudos no rio Doce torna impossível conhecer de perto e estudar, nessa

região, esse notável povo; quem quiser vê-los aí, deve preparar-se para uma flechada”.

Os Botocudos resistem à dominação pelas armas das expedições militares portuguesas, à dominação pelas letras dos naturalistas europeus.

A guerra contra os Botocudos só foi oficialmente suspensa em 1831, mais de vinte anos de guerra declarada. Mas os massacres continuaram, menos de um ano depois da suspensão da guerra, notícias de São Matheus informam que em uma única ação foram mortos 140 índios.

Como esclarece Ailton Krenak: “a tradição oral, que chegou até a minha geração, diz que a guerra nunca cessou. Só diminuiu porque um dos lados não tinha mais contingente para combater. Mas os ‘botocudos’ continuaram sendo sangrados como galinhas, ao longo de todo o século XX.”

Botocudos foi uma designação estabelecida pelos portugueses, um nome pejorativo que incluía diversas etnias de tronco linguístico Macro-Jê. Entre eles haviam Pojixá, Nakre-ehé, Miñajirum, Jiporók, Gutkrák, e os Kren ou Krenak, todos também chamados pelos Tupi de Aimorés ou Embarés, “povo das matas”.

Os Krenak foram considerados os últimos sobreviventes dos Botocudos do leste.

Como disse Ailton Krenak em encontro com o antropólogo Darcy Ribeiro: “como você disse que nosso povo está extinto, um fantasma veio lhe visitar. Porque, pelo seu livro, estamos mortos. Quem está extinto não dá notícia.”

Durante todo o século XX os Krenak continuaram sofrendo todo tipo de violência. Mesmo tendo um território definido pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) nos anos 1920. Novamente fala Ailton Krenak: “Acompanhando a história do Brasil até a constituinte de 1988, não só em Minas, mas no Brasil inteiro, a perspectiva do Estado brasileiro era acabar com índio.”

Em meados do século XX a intensificação da atividade metalúrgica na região foi tal que o vale do rio Doce também passa a ser conhecido pelo singelo apelido “Vale do Aço”, em sua porção mineira. Os fornos das metalúrgicas foram também alimentados pelas florestas do vale do rio Doce.

O maior empreendimento minerário do Brasil e hoje um dos maiores do mundo, recebe o nome de “Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)”, posteriormente reduzido a “Companhia Vale”, retirando do nome a referência ao rio Doce que seria uma de suas maiores vítimas. Sua ferrovia corta as terras tradicionais dos Krenak.

Durante a ditadura militar os Krenak sofreram a instituição do “Reformatório Krenak”, localizado dentro do antigo Posto Indígena Guido Marlière, em suas terras, um presídio para índios inaugurado em 1969, nos piores anos de chumbo da ditadura militar brasileira.

No início dos anos 1970 os Krenak que ainda resistiam no território foram compulsoriamente transferidos para a Fazenda Guarani, área pertencente à Polícia Militar em Carmésia, seu território no vale do rio Doce foi entregue aos fazendeiros.

Só conseguiram retornar em 1980, encontrando seu território todo ocupado por fazendeiros, pecuaristas, Ruralminas etc. Resolveram se instalar em uma pequena área, incluindo as ruínas do Posto Indígena e do antigo Reformatório.

Seu território indígena com área de 4.000 hectares já havia sido estabelecido desde 1920, mas foi somente no final dos anos 1990 que conseguiram, após decisão do Supremo Tribunal Federal, ter de volta suas terras.

A re-existência dos Krenak vem passando por toda provação.

Paralelamente, Ailton Krenak vem construindo uma trajetória de resistência coletiva envolvendo não apenas seu povo mas todos os povos indígenas do Brasil.

Participou decisivamente da criação da “União das Nações Indígenas” (UNI), vislumbrando a importância de conceder aos povos indígenas o reconhecimento de um estatuto de “Nações Indígenas”, antecipando a idéia de um “Estado Plurinacional”, como definido décadas depois na Bolívia.

Também foi um dos construtores da “Aliança dos Povos da Floresta”, juntamente ao seringalista Chico Mendes, estabelecendo um amplo arco de alianças em defesa dos modos de vida respeitosos com a floresta

amazônica, momento histórico em que foi elaborada a concepção inovadora de uma “florestania”, que alçava a ideia de cidadania a novos patamares.

Esteve ao longo de todo o processo de estruturação constituinte do final dos anos 1980 na articulação das mais variadas demandas indígenas, buscando a construção de uma proposta comum aos diversos povos, um esforço gigantesco de coalisão e construção de consensos, que culminou na sessão decisiva na Assembleia Constituinte, defendendo o capítulo dos direitos dos povos indígenas da constituição cidadã de 1988.

Sua defesa perante os deputados constiuintes, de terno branco, pintando o rosto com tinta preta de genipapo, em protesto contra os retrocessos dos direitos indígenas, enquanto declarava a real situação destes povos originários desta terra Pindorama, antes de ser brasilis, foi uma atuação decisiva, de forte apelo simbólico, com repercussão internacional.

Idealizou e realizou os “Festivais de Dança e Cultura Indígena” “Tarú Andek” na Serra do Cipó, no final do século XX e início do XXI, uma experiência inspiradora e precursora para muitas etnias que partiram para a retomada de seus territórios existenciais, para reviver suas tradições, sua cultura.

Em suas participações em diversos seminários e eventos no Brasil e exterior, como por exemplo, “A Outra Margem do Ocidente” do filósofo Adauto Novaes, Ailton Krenak tem se constituído em uma referência de um “pensamento indígena”, fortemente engajado em suas raízes e ao mesmo tempo aberto e confluindo as mais variadas influências, configurando uma autêntica “filosofia mestiça” analítica e propositiva, fazendo par aos grandes nomes mundiais do “Pensamento Sul”, como Rigoberta Menchú e Vandana Shiva.

Em 2016 recebe o título de professor “Honoris Causa” pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em reconhecimento a toda uma trajetória em defesa intransigente dos direitos dos povos originários e dos saberes tradicionais, como único caminho inclusive para a sustentabilidade de todos os povos, indígenas e não indígenas.

Em sua recente participação na séire “Guerras do Brasil” Ailton Krenak declara de forma contundente que esta guerra contra os índios nunca cessou, que este mito do Brasil pacificado não passa de uma “cortina de

fumaça” para camuflar as reais condições de vida em permanente enfrentamento que grande parte dos povos indígenas vive cotidianamente em nosso país.

Temos então que, por um lado, o estado de guerra é um cotidiano enfrentado pelos povos indígenas ao longo de mais de quinhentos anos de violência institucional, violência de Estado, violência também privada e privatizante contra estes povos. Por outro lado, os diversos “modus operandis” deste estado de guerra têm mudado sempre.

Desde a violência direta e brutal dos massacres, passando pela violência simbólica da discriminação, do aviltamento dos valores comunitários, culturais e transcendentais dos povos indígenas, até a violência ambiental com a degradação de suas terras por fazendeiros, degradação de seus rios pela poluição de cidades, áreas industriais, mineradoras nas cercanias das terras indígenas.

Esta guerra ambiental atingiu seu ápice contra os Krenak com o assassinato brutal e completo do rio Doce que banha suas terras, pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana, em 2015.

O mar de lama de rejeitos tóxicos desceu destruindo toda a bacia do vale do rio Doce até sua foz nas praias do Espírito Santo.

O rio Doce, que os Krenak chamam Watu, é considerado por eles seu avô, seu ancião mais velho, seu berço, sua referência territorial existencial, eles são o povo daquele rio.

Há aqui uma inversão importante de pertencimento, não é o rio que pertence aos Krenak, mas os Krenak que pertencem ao rio, sendo este uma entidade viva, uma pessoa, fonte de conhecimentos e tradições.

Quando viram o Watu sendo enterrado vivo pelo mar de lama da irresponsabilidade das mineradoras, os Krenak não podiam acreditar naquela visão.

Era difícil acreditar que os “brancos” iriam chegar a este ponto tão brutal e violento nesta guerra ambiental de destruição das bases de sustentação de seus modos de vida.

Uma visão verdadeiramente de fim de um mundo, “apocalypse now” para citar a famosa referência do cinema.

Muitos dos mais velhos sentaram e choraram por dias à beira do Watu. Muitos velaram seu avô, tão forte, tão poderoso, tão generoso, aquele que sempre proveu vida e alimento, sempre forneceu os peixes que alimentaram aquele povo por séculos, quicá milênios. Agora destruído pelo esgoto minerário.

Mas o rio habita também nos sonhos dos Krenak, continua conversando com eles em seus sonhos, mantendo viva sua re-existência a despeito das piores circunstâncias.

Ailton Krenak ressalta que o rio não está morto, está em coma, poderá levar mais de uma geração humana para se recuperar, mas vai re-existir.

Ailton estará este mês de julho na edição 2019 da Festa Literária Internacional de Parati (FLIP), lançando seu livro tão oportuno e significativo depois de todos estes episódios que se abateram sobre seu povo e que também atingem a todos: “Idéias Para Adiar o Fim do Mundo”, a partir de suas conferências realizadas em Portugal, certamente uma fala comovente de quem traz marcado em sua carne este enfrentamento do fim do mundo.

Mas atenção para este ataque Krenak à FLIP, como avisava o príncipe Maximiliano sobre os Botocudos: “quem quiser vê-los aí, deve preparar-se para uma flechada”. Isto certamente continua valendo para Ailton Krenak, que vem sabendo utilizar a palavra como flecha certa para atingir o alvo, quebrando a zona de conforto, pequenas certezas e comodismo reinante na elite dos “brancos”, quem quiser ouvi-lo deve se preparar para uma flechada no peito. Saudações a quem tiver coragem.

“Enquanto houver taquara vamos mandando flecha”.

A Marcha da Insensatez

Quando governantes, na beira do abismo, dão um passo adiante



Em 1984, uma historiadora americana, Barbara Tuchman, publicou um livro: “A marcha da insensatez – de Troia ao Vietnã”. Nessa obra a autora conversa sobre quatro situações vividas por algumas nações, onde os seus governantes vão tomando decisões lamentáveis, apesar de terem suficiente informação que elas produziriam um grande caos social, levando uma quantidade enorme de gente para situações trágicas, com aumento da violência indiscriminada, vitimizando homens, mulheres e crianças sem que isso trouxesse nenhuma mudança real para o bem de todos.

Tuchman aponta para as experiências da Guerra de Troia contra Atenas, da Guerra Inglesa contra a Independência Americana, da Guerra do Vietnã feita pela França e Estados Unidos e para o período dos Reinados dos Papas do Renascimento. Dessas experiências indica, em cada uma delas, com descrições bem detalhadas, como os governantes que poderiam ter mudado a catástrofe, se abstiveram desse movimento e, ao contrário, caminharam para a experiência de grandes tragédias que inclusive custaram suas próprias permanências como governantes ou dominadores, dependendo do contexto. Deram um passo adiante perante o precipício.

Em cada um dos casos as situações específicas revelaram processos e consequências distintas. Por exemplo, a Guerra do Vietnã, em nome da preservação do predomínio colonial em uma área asiática com valor geopolítico para o capitalismo americano, inquestionável dado o crescimento real do poderio chinês na região, levou a maior Forças Armadas do mundo a uma derrota brutal, com custos de centenas e centenas de milhares de vidas. Isso persistiu até quando tudo já indicava que não seria a brutalidade

americana e nem a luta convencional que daria cabo da resistência do povo do Vietnã, ao domínio europeu-americano.

Mesmo assim, os governos americanos não cediam e enfiavam mais soldados e mais armas pesadas nessa guerra, o que parece ter custado só do lado americano a uma baixa de 500 mil vidas. Os cemitérios dos Estados Unidos foram abarrotados de corpos mutilados. O início do fim dessa insanidade foi sendo construído quando, dentro do próprio Estados Unidos da América do Norte, movimentos de ex-soldados e de vários coletivos pela paz se avolumaram e mostraram que os interesses em jogo não eram o que os governo americano afirmava e não interessavam para a maioria do povo americano.

Naquela guerra não estava em jogo os princípios morais do ocidente contra a corrupção e a destruição que os comunistas asiáticos produziram no mundo. O governo americano, com apoio de vários países europeus, tinha criado essa imagem para manipular o imaginário das pessoas e criar nelas a vontade de participar da guerra, por acharem que, de fato, os comunistas eram o diabo na terra e precisavam ser eliminados. Com propaganda bem manejada perante multidões completamente desinformadas e já atingidas por fortes preconceitos, fisgaram corpos e corações como a peixes.

Quando isso se revelou uma farsa, se mostrou uma Fake News para manejar a vontade das pessoas que não se informavam sobre os verdadeiros interesses da guerra, o castelo de mentiras desmoronou. Assim como desmoronou as mentiras dos nazistas alemães que falavam que os judeus eram os responsáveis pela decadência do ocidente e por corromper a pureza das raças europeias. Quando o imaginário desmorona, nada segura. Tudo se desmancha no ar. Os nazistas pulverizaram e as mentiras americanas também.

Só nas fissuras do fracasso desse massacrante processo abre-se possibilidades de mudá-lo, mas essas fissuras só são produzidas na resistência por outras verdades e memórias, que podem, além de abrir novas oportunidades nos corações e mentes, se instalaram como produções coletivas a colocarem no livro os Fake News. Mas, antes disso, muitas vidas devem ser perdidas, e vidas que não fizeram mal a ninguém, que só existiam

e incomodavam por discordarem da vontade de guerra e da construção banal de alguns diferentes como inimigos. Noções bem tolas, a propósito. Há coisa mais tola do que dizer que os comunistas, os negros, os judeus e os homossexuais são a causa de todos os problemas que as pessoas vivem no dia a dia? Isso não tem nenhuma evidência real, mas como Fake News para quem já é bem preconceituoso isso, cai como uma luva. E o ódio se espalha e com ele a violência infinita a qualquer um.

Infelizmente, aquele passo diante do precipício parece que estamos prestes a dar, hoje, no Brasil. Quando os que pleiteiam governar têm como projeto a eleição de inimigos, inclusive elegendo como inimigos outros que disputam com eles e que têm propostas mais ricas como pautas de governo, estamos bem próximos de irmos adiante ao precipício, um precipício muito mais profundo que os dos quatro casos contados por Barbara Tuchman. A situação parece ser pior quando uma certa unificação entre várias forças se dá por acordos não explícitos em relação a construção de alguns inimigos principais, e fica mais grave ainda quando o objetivo comum parece ser destruir um grupo político organizado específico, levando vários a ocuparem em nome da neutralidade um lugar dos mais perigosos, pois parecem de mãos dadas no passo a ser realizado.

A marcha da insensatez, que é um horizonte bem possível por aqui, amedronta, e muito, pois cria um caos nas relações cotidianas sem que se saiba quem é quem, e quem é inimigo de quem. Só os mais fortes em termos de guerra conseguem se ver vitoriosos em um processo de cegueira coletiva como esse. Mas, ledo engano, não há vencedores e vencidos em uma perspectiva tão brutal como essa, e talvez os que se colocarem como neutros em uma situação tão dramática sejam os maiores vilões, pois no oportunismo da espera que tudo dê errado se imaginam vivos para ocuparem o vazio. Mal sabem que serão os primeiros a serem rejeitados exatamente por isso, por serem covardes.

Nesse clima da marcha da insensatez, em um primeiro momento, deverão ser vitimizados aqueles que não ameaçam ninguém, mas que são demonizados só por existirem do seu modo, do seu jeito. A brutalidade que já está campeando, sem que nenhuma força institucionalizada tome uma posição de defesa radical do direito à vida igual para todos, é já a evidência

que esse trajeto não terá um fim quando da conclusão do processo eleitoral, pois esse é visto pelas forças da violência como algo sem valor, que usam só para se afirmarem como um projeto de destruição em massa, e que conta com o apoio de muita gente, por serem iguais em seus propósitos.

Esperamos que uma certa lucidez (sic) possa rapidamente mostrar a farsa disso tudo, caso contrário esse país tão manchado de sangue vai ter rios avermelhados pelos que serão sacrificados, aos milhares em praças públicas.

Não à violência.

Não à guerra interna.

Não ao desrespeito do direito do outro viver sua vida em Paz.

Pela convivência democrática independente de posicionamento político-partidário.

Ditadura Nunca Mais.

Demarcação Já!

Territórios indígenas: seguro da vida



Vejamos o belo conceito de “subterfúgio” no dicionário online: “Manobra ou pretexto para evitar dificuldades; pretexto, evasiva. Ardil para se conseguir algo; estratagemas.”.

O Ministro da Justiça, ex-juiz, este mês de janeiro “devolveu” para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vários processos - há controvérsias quanto ao número - de demarcação de Territórios Indígenas, que aguardavam com uma paciência bíblica sobre uma das longas mesas ministeriais, à espera de uma decisão do atual Ministro.

“Devolveu”, com o “argumento” - será este o termo correto aqui? – que a consultoria jurídica do ministério “sugeriu” a devolução para a FUNAI, para que esta última, por sua vez, possa avaliar o cumprimento das diretrizes que foram fixadas por um parecer do então presidente Temer, em 2017, a partir de uma manifestação da Advocacia-Geral da União.

Tal parecer em questão relaciona-se sabidamente com a tese conhecida como “marco temporal”, tese inconstitucional que tenta impedir decisivamente o avanço das garantias constitucionais dos povos indígenas no Brasil.

Pelo menos um destes processos devolvidos já obteve decisão favorável inclusive do Superior Tribunal de Justiça (STJ). É o caso da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia, com aproximadamente 5.000 indígenas.

Desde 2016!! Existe decisão dos ministros do STJ declarando que não há qualquer impedimento para a continuidade da demarcação deste Território Indígena (TI) tradicional.

Os Tupinambá de Olivença vivem desde a costa marítima da Vila de Olivença até as Serras das Trepes e do Padeiro. Circundam a vila de Olivença desde que jesuítas, em 1680, fundaram um aldeamento para catequese.

Mas foi somente em 2001 que os Tupinambá de Olivença foram oficialmente reconhecidos como indígenas pela FUNAI. A primeira fase de demarcação de seu território só foi concluída em 2009, com a identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Em 2003, cada área de habitação Tupinambá tinha em média apenas (um por cento!) 1% do tamanho considerado como uma pequena propriedade fundiária, naquela região. Estas minúsculas áreas, trincheiras de sobrevivência, são chamadas de “lugares”, seguido do nome de um habitante; por exemplo, “o lugar de Miguel”.

Agora, coube ao atual Ministro da.... Justiça? Escrever mais um capítulo desta novela mal rascunhada.

Caciques tupinambá denunciaram a “devolução” do Ministro da Justiça como uma “violação de todos os direitos constitucionais dos povos indígenas”. Afirmaram ainda que a atitude do Ministro “decretou o fim da existência do nosso povo”.

Uma das principais lideranças dos Tupinambá de Olivença, o Cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva), desde fevereiro de 2019 já solicitava ao Governo da Bahia e ao Ministério Público, proteção para sua família, ameaçada de morte devidos aos conflitos fundiários na região. Mas as investigações não avançaram.

O procedimento decisivo para o apaziguamento desta “guerra surda”, destas “faixas de Gaza”, é justamente a demarcação definitiva dos Territórios Indígenas (TI) pendentes.

O Cacique Babau, por sua vez, já foi preso pelo menos 4 vezes, desde 2000, acusado de liderar “invasões”, fatos relacionados às retomadas territoriais.

Em 2014, Babau foi preso em Brasília, pela Polícia Federal, poucos dias antes de embarcar para Roma, onde teria um encontro com o Papa Francisco, sendo acompanhado por uma equipe da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A decisão agora do Ministro da Justiça certamente aumenta a “disposição” para os ataques aos Territórios Indígenas, aumenta a vulnerabilidade física e cultural não apenas de lideranças como o Cacique Babau Tupinambá, mas de todas as comunidades indígenas.

Esta decisão coloca nosso futuro coletivo na “corda bamba”, não apenas dos povos indígenas. Os Territórios Indígenas são uma garantia, são um “seguro da vida”, são uma margem de segurança de perpetuação da biossociodiversidade no futuro, da “pluriflora, polifauna” e multivida para todos nós, e para nossos descendentes.

São muito mais do que terras ou propriedades que estão em jogo, são Territórios Existenciais, Territórios Culturais, Modos de Existência e convívios sustentáveis que estão sendo condenados ao desaparecimento pela demora infinita na demarcação dos Territórios Indígenas.

Lembremos o belíssimo poema de Carlos Rennó, musicado por Chico César e filmado sob direção de André D’Elia, pela comovente campanha:

Demarcação Já!

Viva a Paz

Porrada e agressões não são argumentos



Que pese a longa história brasileira de um país formado na violência praticada abertamente por sua elite econômica, intelectual e política – branca e falocêntrica –, e que acabou construindo uma Nação campeã em desigualdade social.

Que pese nessa longa história a constituição de um imaginário social de uma grande parte do povo brasileiro, que tem na figura da vitimização forte componente para se localizar e compreender o mundo onde vive.

Que pese ainda nesse longo processo que o espírito da vítima busca identificar quem são os culpados pelo seu sofrimento e medo, e conseqüentemente deseja a todo momento a aparição de um pai-justiceiro, para lhe vingar.

Que pese que nessa demonização de alguns como culpados procura-se explicar a própria produção da vítima, associada a uma construção imaginária demarcada por uma irracional fé religiosa de base cristã, que mais do que o amor pelo próximo tem gerado inveja e ódio do outro, tido como seu inimigo.

Que pese que a longa doutrinação que as elites econômicas, intelectuais e políticas têm criado, na direção de apontar a diferença nos modos de existir como uma das grandes ameaças, desviando a razão da vítima das principais situações que poderiam ser entendidas como produtoras da sua vida miserável e ameaçada e, assim, dificultando uma tomada de consciência de que o verdadeiro culpado é o próprio modo de viver daquela elite, com vidas capitalísticas que transformam os outros em seus recursos.

Que pese que no século XX se construiu um forte imaginário que os modos de viver considerados não-cristãos são os grandes culpados das vidas mal vividas da maioria, apontando que modos de pensar não-cristãos e modos de exercício de gênero fora da família heterossexual são o que de fato explicariam a maldição das vidas vividas na precariedade.

Que pese que a elite consegue manipular a cabeça da maioria dos que se sentem vítimas com ameaças de que as existências que são vividas na diferença é que necessitam serem eliminadas para purificar o mundo.

Que pese tudo isso e um pouco mais, mostrando que o vitimizado quer justiça pela eliminação do outro, que aponta e compreende como o culpado da sua situação, que aposta sua ficha na figura de uma liderança carismática, que fala tudo o que ele quer ouvir, e que vai corrigir tudo isso ao modo mais medieval possível, altamente compatível com sua formação cristã de recorte bem medieval.

Que pese que isso atrai o imaginário da vítima para a intolerância, para a simplificação do pensar, para o ódio do demoníaco que está no outro, desejando purificar pelo fogo, como a violência necessária e purificadora.

Ainda somos um povo instalado na diversidade e na miscigenação de vários tipos.

Somos, em sua maioria, a mistura mais autêntica do ameríndio, do africano e do europeu desde o começo da colonização, há mais de 500 anos.

Somos italianos, congolezes, árabes, guaranis, tukanos, tupinambás, espanhóis, portugueses, angolanos, moçambicanos, japoneses, benienses, marfinenses, chineses, coreanos, somos todos e tudo ao mesmo tempo na ancestralidade e na mistura cultural e imaginária que vivemos.

Comemos arroz com feijão, mandioca e espaguete no mesmo prato. Um pãozinho nunca é demais. Um café e leite muito menos. Adoramos aguardente e shoyo. Utilizamos ervas dos mais variados tipos. Praticamos sincretismo religioso “naturalmente”.

Temos orgulho disso, de sermos tão diferentes do resto do mundo.

Temos alegria por isso.

Tomamos cerveja como se fossemos os inventores dela.

Somos pura diversidade, pura diferença em cada um a todo tempo.

Amamos a alegria de um drible.

Mas, também, podemos ser contagiados por ideias de mundo que são a própria negação disso tudo, pois somos um povo que se vê, em grande parte, como dissemos, como vítima do outro-maligno e não como responsável também pelo o que vivemos em situações extremas de desigualdades, de riquezas e misérias.

Esses paradoxos nos habitam. Bons manipuladores e geradores da informação, que vira conhecimento para a vida prática, sabem explorar isso de uma maneira bem exitosa. Exploram o medo intestinal que várias seitas cristãs têm do fantasma do comunismo, chamando até notórios pensadores de direita liberal de comunistas por proporem uma convivência de pensamentos distintos. Mentem sobre o dano que candidatos democratas irão provocar contra a família cristã se forem eleitos. São apoiados por parte da elite que vive da exploração da pobreza material e intelectual de muitos, contam com o apoio de parte dessa elite que manda e controla a televisão e o rádio, para sustentarem suas pregações de ódio.

A possibilidade da conversa franca com o outro vai sendo substituída pela agressão verbal e física, pela intolerância de conviver com o outro que demoniza.

Entretanto, esses paradoxos podem também serem bons combustíveis para o contrário, isto é, para gerarem a noção do quanto somos um povo que só tem a ganhar, se em vez da agressão e da porrada construirmos uma Cultura da Paz que se posiciona contra a ideia da justiça pelas próprias mãos, contra o armamento, contra qualquer tipo de violência em relação ao outro, seja esse quem for.

Uma Cultura que não reconhece na porrada e nas várias formas de agressão argumentos válidos.

* * *

Pelo fim dos pais-justiceiros e pela justiça pelas próprias mãos.

Pelo diálogo franco e aberto sem medo.

Por uma justiça democratizada que defenda qualquer um do mesmo modo.

Contra a elitização das funções públicas dos servidores que se exercem em nome próprio.

Pela democratização molecular das relações entre todxs para que todxs vidas sejam simétricas, equivalentes e respeitadas nas suas diferenças.

Contra o pensamento preconceituoso e racista.

Pela dignidade de todxs viventes.

* * *

Mas, incomoda muito sentir na pele o explorado trabalhar para o explorador, o espertalhão, o vil. Por isso, faz muito sentido a seguinte fábula brasileira:

Duas formigas conversando, uma vira para a outra e diz “eu já sei o que vou fazer na próxima eleição”, a outra lhe pergunta, o quê? “vou votar no Tamanduá”.

Contada em uma Charge do DUKE

São Paulo

Cidade Indígena Piratininga



Piratininga, do tupi guarani, pira = peixe, e tininga = seco.

Assim os povos indígenas, que ali viviam, chamavam o local onde hoje está a cidade de São Paulo.

O rio Tietê, que em tupi significa caudal, volumoso, era limpo e tinha muito peixe. Quando transbordava, na época das cheias, deixava em sua várzea muitos peixes “encalhados”, secando ao sol. Era o momento de muita festa com aquela fartura de peixes ao alcance das mãos.

O padre José de Anchieta, maravilhado com aquilo, descreveu épocas em que até “12 mil peixes”?! estavam ali secando ao sol, como um presente do grandioso Tietê para seus afortunados afilhados indígenas, que o admiravam, veneravam e respeitavam.

Em 1554 quando o padre Manuel da Nóbrega e o então noviço José de Anchieta chegaram, Piratininga era habitada por cinco aldeias. O colégio jesuíta, que seria conhecido como “Real Colégio de São Paulo de Piratininga”, foi construído na aldeia de Tibiriçá, onde hoje é o sítio arqueológico “Pátio do Colégio”.

O cacique tupiniquim Tibiriçá foi um dos mais importantes “colaboracionistas” defensores dos jesuítas. Foi convertido e batizado com o nome de Martim Afonso, passando a se chamar Martim Afonso Tibiriçá.

Lutou contra outros grupos e aldeias indígenas em defesa dos jesuítas, em defesa dos portugueses, chegando a matar seu próprio irmão Piquerobi e seu sobrinho Jaguaranho no episódio conhecido como “Cerco de Piratininga”, em 1562, quando a então “Vila de São Paulo de Piratininga” viveu um ataque, um levante e resistência indígena, confluindo Tupis, Guaianás e Carijós, contra a escravidão praticada pelos colonizadores.

Agora em 2019, neste dia 05 de setembro, Dia Internacional das Mulheres Indígenas, avançou sobre Piratininga a “3ª Marcha das Mulheres Indígenas de São Paulo”, com o tema “Mulheres Indígenas – Lutar é Resistir”, reverberando a “1ª Marcha das Mulheres Indígenas” acontecida neste recente agosto, em Brasília, quando se encontraram com a “Marcha das Margaridas”.

O levante das “Mulheres Indígenas de Piratininga” espantou a Megalópole São Paulo. Elas, as primeiras e sempre “Involuntárias da Pátria”, para lembrar a genial expressão de Eduardo Viveiros de Castro, reafirmaram sua heterotopia fundamental neste cenário patriarcal-nacional.

Confluindo com isto, uma comitiva saindo do “Território Indígena Tupinambá de Olivença”, desde Ilhéus/Bahia, já está em São Paulo, para o evento “São Paulo: Cidade Indígena – Taba Piratininga Tupy”.

Um ataque semiótico, novamente o povo Tupinambá, símbolo de re-existência irreduzível ao colonizador português, lembrando o grande chefe Cunhambebe, que teria devorado mais de sessenta portugueses, agora buscando resgatar memórias, reminiscências, resquícios, lembranças indígenas soterradas pela metrópole. Diz o chamado do evento:

“São Paulo: Cidade Indígena! Em setembro pisaremos nestas terras com as forças de tupã, Ìacy, das Encantadas das matas e águas.... Paulicéia será também Taba Piratininga Tupinambá e seguraremos o Céu pra não cair!”

O evento prevê caminhadas com reconhecimento de memórias indígenas no território, realização de rituais, pajelanças, palestras, marcando e demarcando a presença indígena em Piratininga, no passado, no presente e no futuro pós 2019.

Ano 463 da deglutição do Bispo Sardinha, Bispo do Brasil, devorado em 1556 pelos índios Caetés na então Capitania de Pernambuco, para fazermos coro ao manifesto de Oswald de Andrade, Manifesto Antropofágico de 1928, que já insistia no nome Piratininga como sinônimo de São Paulo.

Mas nem os modernistas imaginaram os novos índios baianos passeando na sua garoa, sonhando em resgatar um Tietê devastado e aniquilado, onde em suas margens ainda se poderá algum dia “curtir numa boa”.

Sim, manifesto indígena, mani-festa antropofágica, regurgitando tantas memórias de infinitos suplícios sofridos pelos povos indígenas, mas também mantendo vivo todos os auspícios de uma virada do tempo do esquecimento, revirando a terra do apagamento, para um tempo de re-existência indígena mais abertamente presente, com mais capacidade de vocalizar sua presença.

Presença indígena ampliando nossa subjetividade local, nacional, em Piratininga e em toda parte, como diz Ailton Krenak em seu “Idéias Para Adiar o Fim do Mundo”:

“Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência”

Os Tupinambá de Olivença resgatando a poética indígena que subjaz em Piratininga. Que subjaz em muitos de nós mesmos, nesta fraternidade difusa, insuspeitada, de “Involuntários da Pátria”, como citado acima.

Setembro primavera indígena? Nem tanto, mas podendo fazer florescer subjetividades ressequidas por um céu já obscurecido por queimadas de florestas, de ideias, de modos de vida.

Os Senhores do mundo querem queimar nossas subjetividades na fôrnalha do consumismo cego. Reduzindo cada vida, cada modo próprio de estar vivo em apenas mais um consumidor, indiferente a tudo e a todos.

Afetar-se, deixar-se atingir pelo sofrimento ou prazer do outro, experimentar a alteridade, permitir-se sentir e estar na presença do outro, na existência e re-existência do outro em mim mesmo, é cada vez mais um dever (r)evolucionário.

Mas saltando da indiferença, vamos ver brotar a índio-diferença, fazendo uma guinada civilizatória, nesta nau sem prumo, que vai de mal a pior.

Os Tupinambá de Olivença chegaram novamente a Piratininga, eles vivem desde a costa marítima da Vila de Olivença até as Serras das Trempes e do Padeiro. Circundam a vila de Olivença desde que jesuítas, assim como em Piratininga, também por lá, em 1680, fundaram um aldeamento para catequese.

Re-existem com seu modo próprio e peculiar de vida, com seu sistema de abandonar áreas e casas renovando sempre o lugar onde moram, apesar de tantas décadas de constrangimento pela pressão fundiária local.

O Estado Brasileiro lhes negou até mesmo o reconhecimento como índios, a partir do fim do século 19, sendo somente depois da constituição de 1988 que houve abertura para suas reivindicações, assim como de tantos outros povos indígenas.

Foi somente em 2001 que os Tupinambá de Olivença foram oficialmente reconhecidos como indígenas pela FUNAI. A primeira fase de demarcação de seu território só foi concluída em 2009, com a identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Antes disto, ao longo das décadas de 30, 40 e 50 do século XX foram sendo cada vez mais empurrados para as serras e matas, com a intensificação da colonização e da privatização das terras. Na década de 60 e principalmente 70 do século XX sofreram intensamente com a sanha fundiária dos grandes produtores de cacau da região de Ilhéus, foram perdendo cada vez mais partes de seu território, sendo enclausurados em mínimas áreas onde mal podiam fazer seus roçados e suas taipas.

Re-existiram mantendo seus modos de vida tradicionais, suas comidas e bebidas tradicionais, mesmo nos piores momentos de confinamento territorial, mantiveram sua prática de abrir novas áreas de habitação e abandonar as anteriores, em um rito de negação absoluta da acumulação e do privado que domina a vida em todo o seu entorno, mantendo a ideia cara de revitalização da vida a partir do abandono cíclico de espaços e pertences, na qual a mata tem papel fundamental.

Em 2003, cada área de habitação Tupinambá tinha em média apenas (um por cento!) 1% do tamanho considerado como uma pequena propriedade fundiária, naquela região. Estas minúsculas áreas, trincheiras de sobrevivência, são chamadas de “lugares”, seguido do nome de um habitante; por exemplo, “o lugar de Miguel”.

Mas eles continuaram e continuam contando suas histórias, sonhando, dançando e cantando para adiar o fim, tanto lá como em Piratininga, como bem contou Ailton Krenak, no citado livro:

“Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que canta, dança, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição da vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.”

A Vida em Ebulição

A máquina de fazer ideias e o Mesmo, que não aceita o outro



Sempre o Mesmo se repetia todos os dias. Já era possível pensar como gerar coisas diferentes, que poderiam dar alguns coloridos a mais no espectro de sons e imagens que se repetiam e se repetiam, desde que o Mesmo suportasse, e quando algo parecia ir para além disso, o Mesmo alargava o funcionamento das suas regras de autoprodução e trazia para dentro do seu suportável, aquilo que quase ia lhe escapando.

Tudo indicava que era vital ter que fazer esse esforço de reger alguns acontecimentos, que poderiam lhe fugir. O Mesmo tinha muito ecletismo quanto a isso. Podia escolher dentro das suas regras de suportabilidade, que vidas poderiam ir sendo vividas e acontecendo em fluxos, na calma que o previsível reafirmava. Previsível garantido pelas suas regras de constituição de si e dos outros.

Cada pedra tinha que ter seu lugar e desempenhar sempre o mesmo papel nas suas relações, tudo tinha que, no mínimo, parecer funcional e favorável, para que certas criações fossem autorizadas como novidadeiras.

Os ventos, as luzes, os lagos e montanhas tinham que dar a impressão que sempre estiveram e continuariam estar onde estavam, vivendo a repetição de si a cada instante. Os viventes, de todos tipos iam na calma desse tipo de mundo do Mesmo, se acostumando uns com os outros, no borramento das diferenças que garantiam esse “se” suportar; e quando não, o Mesmo alargava o funcionamento das suas regras para trazer para si o domínio dessas dificuldades. Continha em si, de modo autopoietico, as diferenças a serem vividas como meras posições de diferentes que se

constituíam dentro do Mesmo. O identitário era uma criação necessária para realizar essa tensão.

Não diria que todos estavam felizes, mas dentro do que o Mesmo suportava e permitia, a sensação era de que tudo parecia estar bem, de acordo e funcional, com os jeitos dos viventes viverem, sendo em si o próprio Mesmo. Isso dava uma percepção de que poucas eram as tensões devido a isso, pois eram bem eficazes as regras de funcionamento do Mesmo, estabelecendo modos de viver bem sob controle, normalizando-os, quando as tormentas governavam o viver dos próximos minutos de cada um. Quando não era possível prever e controlar, deixava-se morrer ou só sobreviver.

Essa sensação, de que agora as coisas estavam bem estabilizadas, gerava um certo fundo de alegria em muitos. Mas não em todos.

Havia um ou outro que escapava do que o Mesmo suportava, conseguindo ver pelo lado de fora, como um acontecimento a revelar outras magias para construir existências, que vazavam o controle do Mesmo, porque lhes mostravam mundos-outros, nos quais era possível haver outros mesmos mais interessantes do que esse Mesmo que viviam.

No burburinho dos encontros e da vida em acontecimento, que só pode existir com os outros e pelos outros, as vezes essas experimentações do fora contagiavam alguns corpos que estavam, aparentemente, felizes com o Mesmo em que viviam. Sentiam um certo convite, que não controlavam, para experimentarem o fora desse Mesmo e sentiam como se novas vidas em si iam se construindo para territórios de existências que as regras do Mesmo, mesmo ampliadas, não conseguiam alcançar.

Se viam com outros gerando outras possibilidades, tinham a sensação de contagiarem mais corpos.

Os operadores das regras do Mesmo, quando se davam conta do que estava acontecendo, não tinham dúvidas: vamos ter que inventar novas regras e modos de fazê-las funcionar, porque há uma ameaça no ar. Modificar o Mesmo por outros mesmos, que não lhes fossem favoráveis para continuarem seus exercícios soberanos, iria corromper toda solidez que tinham conseguido manter.

Fúria, ódio, violência constituíam-se, então, em novos caminhos para impedir as mudanças e a ampliação do contágio, que ia produzindo cada vez mais vidas nas diferenças, que procuravam se sustentar exatamente aí.

Os operadores do Mesmo iam criando verdadeiras máquinas de destruição de corpos, procurando focar naqueles divergentes. Mas, como contágio não consegue ser contido só pelo caminho de construção da eliminação física, buscavam ampliar suas máquinas mortíferas em direção a construção do medo, pois em todas épocas conhecidas governar pelo medo sempre lhes pareceu algo bem eficaz.

Para isso, contavam com uma máquina muito especial, aquela de fazer ideias nas cabeças dos viventes humanos. Essa máquina é aliada infernal daqueles operadores, a ponto de não se saber com clareza quem mandava em quem, se ela nos operadores ou se esses é que a governam. O que se sabia é que eram siameses.

Essa máquina de fazer ideias sempre iguais, focava centralmente na produção de corpos medrosos, usando para isso de várias estratégias. Uma delas era apoiar aqueles que se situavam no limite do exercício do extermínio dos divergentes, dando voz a eles, visibilidades ampliadas, inclusive como modo de gerar mais medo; e o pior é que essa máquina de fazer ideias não tinha garantia do quanto podia ou não controlar o que fazia, mas não abria mão do que considerava um risco maior, a existência de corpos experimentando o fora.

Outra estratégia era a de todo instante gerar informações sobre o risco que a diferença produz, levando vários corpos a imaginarem que a maior ameaça que correm é o encontro com corpos que vivem o fora. Essa máquina elegia a difamação sistemática de várias vidas, escolhendo a produção do racismo como modo de governar a produção da ideia de muitos. O racismo sempre foi ideal para isso, pois gera ao mesmo tempo o medo dos negros, que os brancos passam a ter, ao mesmo tempo que gera no negro o medo de ser reconhecido como negro.

Nesse mundo do Mesmo, essa máquina de fazer ideias é uma das mais competentes em manter nos limites o que o Mesmo suporta: as experiências dos muitos viventes.

Fúria, ódio, violência e intensa tentativa de produzir o medo individual e coletivo, com ameaças de mais matanças e de aprisionamentos, parecia que iam de fato impedir e conter o contágio.

Os operadores não compreendiam, de fato, que não eram só suas vidas que tinham o tesão de viver bem, considerando esse valor a partir de uma certa ideia do Mesmo. Todos os viventes são em si buscadores de modos prazerosos de viver, seja isso o que for para cada corpo coletivamente constituído, ainda mais quando pode experimentar esses modos pela experimentação do fora do Mesmo.

Os operadores não se davam conta da ebulição do viver como força vital para a construção dos corpos viventes. Não se davam conta que procurar conter os contágios que convocam para aquelas experimentações, com fúria, ódio, violência e medo não eram suficientes. E quando essas experimentações geram corpos libertos, individuais e coletivos, o caminhar do Mesmo na sua repetição não é mais suportado e tudo que é sólido se desmancha no ar, como escreveu Marx no século XIX.

A Autonomia como Modo de Vida

Ao acenar com uma política de contato forçado, assimilação cultural e evangelização, Bolsonaro implanta sua política etnocida



É maravilhoso sabermos que ainda existem povos indígenas no Brasil que possam ser chamados de “isolados”.

Pode até mesmo parecer impossível que ainda existam grupos indígenas que depois destes mais de cinco séculos de devastação, massacres, chacinas, epidemias, perseguições sistemáticas, governos militares, ainda possam receber este título de “índios isolados”.

Título que merece ser considerado mesmo como uma “condecoração” por bravura e heroísmo, ainda mais quando sabemos que este “isolamento” não é fruto de alguma condição geográfica, de algum acidente histórico, de alguma passividade destes grupos.

Não é de modo algum que estes grupos tenham ficado “esquecidos”, ou tenham ficado “perdidos” por aí, e ainda não foram “descobertos” até hoje.

Muito pelo contrário, a condição de “isolados” destes grupos, é também chamada de “povos autônomos”, “povos em isolamento voluntário”, “resistentes”.

Ou seja, são povos que vêm produzindo ativamente, como resultado de toda sua produção de vida, a manutenção de sua vontade de manter-se à distância deste processo todo que tenta o tempo inteiro capturá-los.

São quase sempre, senão todos, grupos sobreviventes de muitas tentativas de “contato” que resultaram em epidemias, massacres, redução drástica de suas famílias, muitas vezes com perda de até 90% de algumas populações

indígenas, que vivem desde então, em uma permanente fuga deste “contato amistoso” que quase os levou ao extermínio total.

É claro que tais “povos em isolamento voluntário” habitam territórios de vida em lugares remotos, em regiões de difícil acesso, predominantemente no coração mais denso da floresta amazônica.

No entanto, todos sabemos que não resta lugar inacessível neste planeta para a máquina ocidental de captura, seja do mais alto cume das montanhas ao mais profundo dos oceanos, seja do mais gélido ao mais tórrido, todos os ambientes estão colonizados. O que só torna ainda mais admirável a trajetória de re-existência dos “povos isolados”.

Seguir praticando o “isolamento voluntário”, o direito radical à sua própria cultura, com absoluta “autonomia”, de forma coletiva e comunitária, era chamado até a década de 1980 de “povos arredios” ou “indígenas bravos”.

O Estado brasileiro até 1986 praticou uma política de sistemática violência institucional que era chamada de “pacificação dos povos arredios”, que buscava sempre desarticular as estratégias de resistência destes povos que persistiam recusando abandonar seus territórios, sua cultura, seus modos de vida.

Foi somente a partir de 1987 que se estabeleceu dentro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma “Coordenadoria Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC)”, instituindo uma política que pudesse proteger os territórios de vida destes grupos, impedindo invasões, colonizações ou construções de empreendimentos nestas áreas.

Esta política de reconhecimento do direito à “autodeterminação dos povos isolados”, ou talvez também poderíamos chamá-los de “povos insubmissos”, ou talvez “coletivos da desobediência indígena” - em uma trajetória que faria suspirar Henry Thoreau, este autor de “Desobedecendo” ou “A Desobediência Civil” - só foi possível, a partir de todo um movimento social envolvendo o movimento indígena, a organização da sociedade civil, com apoio de sertanistas e antropólogos.

Existem no Brasil por volta de 120 registros, notificações de presença destes “grupos isolados”, pelos menos 28 deles confirmados, em diversos

Territórios Indígenas (TI), alguns deles estabelecidos e homologados, outros não.

O reconhecimento deste direito dos povos isolados, inclusive assegurado pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não impediu, no entanto, que até 2018, os 86 territórios com presença de isolados, já registrassem cerca de 900 mil hectares de desmatamento, resultado de invasões para “atividades econômicas”.

Mesmo assim, estes coletivos da “Autonomia Indígena” seguem praticando cotidianamente seu ativismo cultural e existencial de autodeterminação radical, re-existindo em seus modos de vida que desconstroem cotidianamente as armadilhas do Estado, dando uma lição admirável ao Pierre Clastres e sua “Sociedade Contra o Estado”.

É justamente esse tesouro cultural, esse santuário de sociobiodiversidade que o governo ameaça atacar agora, nomeando esta semana um pastor, Ricardo Lopes Dias, com histórico de atuação na seita norte-americana Ethnos360, anteriormente conhecida como “Missão Novas Tribos”, para ocupar na FUNAI justamente a coordenação desta Coordenadoria Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC).

Este não é apenas o mais recente golpe desta atual gestão federal contra os povos indígenas, mas também um dos mais cruéis, ao acenar com a possibilidade da volta de uma política de contato forçado, assimilação cultural, ou até mesmo evangelização como política etnocida de Estado.

Nenhum a Menos

Sob um olhar criminalizador e preconceituoso em relação a pobres e negros, o Brasil promove uma limpeza racial



Disse o senhor ministro da “justiça” que garotos bonitos, bem vestidos de uniformes escolares, andando por aí, podem de fato serem perigosos bandidos, e isso tem que liberar as forças policiais e militares para o direito de matar.

Não, isso não é um filme de cowboy americano e muito menos a manifestação de um paranoico qualquer. É a fala do ministro de (in)justiça brasileira, em junho de 2018, após as forças militares blindadas atirarem em um garoto, menino ainda diria, uniformizado para ir à escola, matando-o na cidade do Rio de Janeiro, em plena Copa do Mundo de futebol.

Esses duros fatos a lamentar não são exceções em nosso país, onde a matança é sistemática, em boa parte pela própria ação das forças do estado, contra as populações jovens. Recente estatística revela que 25% dos milhares de homicídios que ocorrem no Estado de São Paulo são produzidos pelas forças policiais paulistas, sendo a maioria das vítimas jovens negros.

Estudos em Minas Gerais, sobre mortes violentas, também mostram que os jovens negros são as maiores vítimas dessas posições homicidas do próprio estado nacional, e não sem apoio de uma grande parcela da população brasileira, diariamente massacrada pelas mídias radiofônicas e televisivas com a afirmação de que o grande inimigo está aí pertinho: jovem e negro.

Os próprios negros passam a acreditar nisso, inclusive porque muitos das forças policiais e militares são compostas por pessoas negras.

Deveríamos estar cansados de histórias como de Amarildo, eliminado e acusado sem provas de ter sido bandido.

Sob um olhar criminalizador e preconceituoso, nuclearmente em relação aos pobres e negros, está se fazendo uma limpeza racial nesse país, como que cumprindo uma perversa agenda histórica das elites brancas dos séculos XIX e XX de embranquecer a população brasileira.

Não menos perverso tem sido o conjunto de atos violentos contra nossos povos originários. Os assassinatos de vários elementos dos povos indígenas tem sido uma constante a recheiar as estatísticas brasileiras sobre homicídios, que chegam a mostrar a maior eliminação de populações inteiras em época de paz.

Há guerras no mundo atual que não matam em cinco anos o que se assassina no Brasil em um ano, e esses assassinados são em sua imensa maioria jovens e negros.

Falar que a sociedade brasileira é racista e aí justificar não basta. Há que se revelar os dispositivos que armam materialmente e subjetivamente vários brasileiros e brasileiras desse ódio paranoico que tem eliminado milhares e milhares de jovens, sem nenhum remorso que seja.

E o que é pior, essa imensa mortandade não tem impactado resultados na chamada segurança pública, ao contrário, quanto mais violência o próprio estado pratica mais violenta acabam sendo as relações entre os diferentes coletivos que constituem a nossa sociedade.

Chegou a hora de dizermos: **NENHUM A MENOS.**

Devemos imitar, no melhor do bom sentido, os movimentos feministas, que com a consigna **NENHUMA A MENOS**, estão marcando uma rica mobilização social contra a violência que se pratica contra as mulheres.

De novo: **NENHUM A MENOS.** Que não se mate mais nenhum jovem nesse país com argumentos tão preconceituosos, racistas e desclassificados como os do atual ministro da (in)justiça brasileira.

Bacurau

Performances indígenas de re-existência



Bacurau, do Tupi-Guarani, mbaé = coisa, bicho; curau = que volta a cabeça.

Talvez mais conhecido como curiangu ou curiango, João-corta-pau, João-mede-léguas, é aquela corujinha que fica no chão, por isso mesmo, “bicho que volta ou gira a cabeça”.

Já começa pelo nome, a série de referências que podemos encontrar neste genial e já consagrado filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles a uma resistência que podemos chamar de “indígena”.

Pensando aqui este filme como uma celebração da re-existência do povo de um lugar, neste sentido é que queremos falar em re-existência “indígena”, esclarecendo que esta definição de indígena nos remete ao debate, como expõe Daniel Munduruku em seu blog:

“Por outro lado o termo indígena significa “aquele que pertence ao lugar”, “originário”, “original do lugar”. Se pode notar, assim, que é muito mais interessante reportar-se a alguém que vem de um povo ancestral pelo termo indígena que índio. Neste sentido eu sou um indígena Munduruku e com isso quero afirmar meu pertencimento a uma tradição específica com todo o lado positivo e o negativo que essa tradição carrega e deixar claro que a generalização é uma forma grotesca de chamar alguém, pois empobrece a experiência de humanidade que o grupo fez e faz. É desqualificar o modus vivendis dos povos indígenas e isso não é justo e saudável.”

Também Eduardo Viveiros de Castro, em seu texto “Os Involuntários da Pátria – elogio do subdesenvolvimento”, nos ajuda a esclarecer este ponto central dos “indígenas” do Brasil:

“Índios são os membros de povos e comunidades que têm consciência — seja porque nunca a perderam, seja porque a recobram — de sua relação histórica com os indígenas que viviam nesta terra antes da chegada dos europeus. Foram chamados de “índios” por conta do famoso equívoco dos invasores que, ao aportarem na América, pensavam ter chegado na Índia. “Índigena”, por outro lado, é uma palavra muito antiga, sem nada de “indiana” nela; significa “gerado dentro da terra que lhe é própria, originário da terra em que vive”. Há povos indígenas no Brasil, na África, na Ásia, na Oceania, e até mesmo na Europa. O antônimo de “índigena” é “alienígena”, ao passo que o antônimo de índio, no Brasil, é “branco”, ou melhor, as muitas palavras das mais de 250 línguas índias faladas dentro do território brasileiro que se costumam traduzir em português por “branco”, mas que se referem a todas aquelas pessoas e instituições que não são índias. Branco é um conceito político, não cromático ou “racial”, ainda que a escolha da cor branca nada tenha de arbitrário no batismo do conceito. (“Os brancos”, como disse um pensador karajá, povo do Brasil Central, “são um povo que se caracteriza por não ter cultura.”) As palavras índias que os índios traduzem por “branco” têm vários significados descritivos, mas um dos mais comuns é “inimigo”, como no caso do yanomami napë, do kayapó kuben ou do araweté awin.

Podemos partir então dessa redescoberta de muitos de nós, mas não todos, como possíveis “índigenas” deste lugar?

Neste mesmo citado texto, Eduardo Viveiros de Castro esclarece ainda mais:

“Essa condição de súdito (um dos eufemismos de súdito é “sujeito [de direitos]”) não tem absolutamente nada a ver com a relação indígena vital, originária, com a terra, com o lugar em que se vive e de onde se tira seu sustento, onde se faz a vida junto com seus parentes e amigos. Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um povo. Ser cidadão, ao contrário, é ser parte de uma população controlada (ao mesmo tempo

*“defendida” e atacada) por um Estado. O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto. Como sabemos, o Estado é antes de mais nada um estado de espírito. É, enfim, sempre o Estado do Espírito, no sentido hegeliano. Os espíritos dos povos, os povos de espíritos que habitam o espírito (e o corpo) dos povos indígenas são de outra e inteiramente diferente natureza, ou melhor, sobrenatureza.”*¹

Bacurau vai apontar para a força de re-existência do povo de um lugar contra os alienígenas que ali aportam, amparados pelo apoio entreguista do “governo local” representado pelo prefeito, figura simbólica do político-patético, representante mor deste “Estado de Espírito”.

O povo próprio do lugar, por sua vez, vai expressando uma política própria cotidiana horizontal, inclusive de partilhamento do que o tal prefeito lhes traz e lhes trai, chegando até o ponto da guerrilha local.

Bacurau nos ajuda a pensar estas abertas possibilidades “indígenas” brasileiras, inclusive da incessante guerrilha cultural, das muitas trincheiras vivas cavadas pelos tantos povos do Brasil.

Se o movimento “transgênero” tem nos ajudado tanto a aprender e entender que o masculino e o feminino estão absolutamente longe de uma determinação biológica, que tanto o ser masculino quanto o ser feminino são uma performance de gênero, uma performance social, sócio-cultural, psico-sócio-cultural-existencial...

Então, agora Bacurau pode nos ajudar a entender como ser “branco”, neste Brasil, não é de modo algum uma questão apenas cromática, racial, biológica ou genética, mas uma performance social, uma performance étnico-sócio-cultural-psico-existencial-político-estética.

Esta discussão aparece o tempo todo no filme, ganhando voz mais explícita na cena em que os americanos alienígenas estão sentados à mesa com dois brasileiros do “sul maravilha”, “colaboracionistas”, que tentam demonstrar que são “brancos” o bastante, “brancos” o suficiente, para estarem naquele seleto grupo de abusadores do mundo.

O desfecho da cena é genial, um recado bem dado, no melhor “estilo Tarantino”, que os diretores enviam à “elite do atraso” que comanda este país sob a batuta do desmando.

Com Bacurau podemos pensar este movimento “trans-étnico”, que pode nos ajudar a reencontrarmos nossas performances “indígenas” de re-existência.

Neste sentido é que encontramos no filme a verdadeira aparição de Lia de Itamaracá, como representante maior da identidade, da entidade cultural mais autêntica e própria daquele lugar.

Lia como entidade “indígena”, negra, pernambucana, nordestina, brasileira, por excelência, signo maior de uma re-existência sócio-político-cultural-vital a toda prova.

Neste mesmo sentido ampliado é que temos o prazer de reencontrarmos, em Bacurau, Sônia Braga, representante do “corpo” próprio deste lugar, e, também, de uma estética do direito ao envelhecimento deste corpo.

Sim, Sônia Braga aparece como representante da estética do envelhecimento, uma estética dissonante, uma voz que desafina o coro de um Brasil que vive fascinado, siderado pelas supostas imagens de uma “eterna juventude”, um Brasil campeão mundial da cirurgia plástica, um Brasil que se acredita ser do “sucesso” e do “progresso”, portanto, tendo inclusive o privilégio de não envelhecer.

Ao contrário, Sônia aparece, como sempre, na estética do direito de dispor do próprio corpo, de posse do próprio corpo, de viver o próprio corpo como ele é e está. Seja aparecendo nua em cena em 1968, aos 18 anos, na montagem brasileira de “Hair”; seja de cabelos brancos e enrugada aos 69 anos em 2019. Ela continua surpreendente, arrombando as portas do esperado, um escândalo.

Sônia de Bacurau vem portadora de uma estética que assusta um Brasil que tem a desfaçatez e a arrogância de zombar da maturidade da primeira dama francesa, estética de uma coragem de viver tanto o corpo próprio deste lugar, quanto o lugar e o tempo próprio deste corpo.

Neste sentido, um corpo “indígena”, buscando a “retomada” do próprio corpo, como território soberano de si mesmo, como tão bem explicitou a

“Marcha das Mulheres Indígenas” que avançou sobre Brasília em agosto e sobre São Paulo neste setembro.

Temos ainda em Bacurau uma importante referência a um “poderoso psicotrópico”, chamado assim nas palavras do professor de Bacurau, usado pelo povo próprio do lugar.

Considerando que estamos em Bacurau, no interior de Pernambuco, podemos logo associar este “psicotrópico” com a forte tradição de re-existência “indígena” do uso popular da “Jurema”.

Tradição da Jurema, dos “juremeiros”, que engloba várias etnias indígenas, e outros tantos povos próprios daqui, “indígenas” neste sentido ampliado.

Entre estes povos temos o belo exemplo dos Fulni-ô.

Em evento de agroecologia, agricultura familiar e orgânica em São Carlos, neste mês de setembro, representantes dos Fulni-ô, encerraram uma apresentação cultural, de suas músicas, cantos e danças tradicionais, com a seguinte mensagem ao público:

*“A Resistência, ela é feita todos os dias,
a Resistência, ela é feita do nosso prato,
do nosso prato ao nosso banho,
a Resistência é feita todos os dias.”*

A Produção do Medo e a Construção de Corpos Medrosos

**Diante da violência da extrema direita, é preciso
estratégias de coragem e sobrevivência**



Nós que imaginávamos que o civilizatório em nós era um crescente de humanização cordata, o que sempre foi uma grande ficção sobre a modernidade/iluminista, como a própria Segunda Guerra Mundial demonstrou, ficamos sempre chocados com violências massivas e cotidianas geradas pelas razões mais idiotas e imbecis possíveis.

Como assim, alguém não tem o direito de fazer sua própria escolha dos modos de se realizar prazerosamente, sem que isso signifique se colocar acima do outro como se fosse um seu objeto? Como assim, alguém não pode ter uma ideia sobre o que é viver em sociedade diferente da minha?

Como assim...?

Essas diferenças são vividas por uns como afrontas que, paradoxalmente, mesmo não sendo violentados por esses outros instalados em suas diferenças, se dão ao luxo de violentá-los até o ponto de se autorizar a eliminação física do outro, como se fosse o demônio que deve ser queimado.

Pensar por essa extrema tem feito hoje em dia os maiores estragos, tem gerado intolerância em relação ao outro e gerado muito medo. Medo estarrecedor.

A produção do medo, no meu ponto de vista, é um elemento até saudável, porque ao gerar certa percepção de algo que possa ser uma ameaça, possa colocá-lo em um certo risco, acaba por produzir um certo

receio e medo de se expor a isso, permite, portanto a construção de manejos e estratégias para enfrentar esta mesma ameaça.

No entanto, é preciso diferenciar este “medo saudável” daquele que leva à construção de um “corpo medroso”, um corpo tão dominado pelo pânico que se paralisa, se submete, que passa a aceitar o poder da ameaça a tal ponto que se desvitaliza, se entrega.

O corpo medroso é uma construção que em diferentes civilizações sempre foi uma grande estratégia, especialmente de governantes que exerciam um poder violento sobre o corpo do outro, o poder soberano, que é a construção de um poder que dita sobre a morte e vida do outro. Por exemplo, o poder soberano do cidadão grego que na sua perspectiva construía a figura do seu escravo como um não cidadão e assim um não humano.

Criar no escravo não só o medo, mas, fundamentalmente, um corpo medroso, era uma estratégia de governo necessária e corriqueira. Esse modo de governar o outro a todo momento podemos ver se repetindo em diferentes lógicas de distintas organizações societárias

Por isso, quando hoje, no Brasil, observamos certos grupos, especialmente da extrema direita, que querem se opor ao outro da maneira mais violenta possível, o que vemos é uma produção cotidiana desta estratégia, governar o outro pelo pânico do corpo medroso.

E porque isso?

Talvez porque quando eles percebem que não tem a capacidade de se difundir para todos os segmentos sociais como um atrativo efetivo, em termos de ideário, quando percebem que só atraem alguns elementos dos vários coletivos que existem, eles criam uma outra estratégia agregada que é a de tentar paralisar os outros pela ameaça física, pela destruição exemplar física de alguns, para que os outros anulem o próprio desejo de se contraporem a este poder que se ambiciona a ser soberano, violento e autoritário. Não conseguem admitir a diferença como algo positivo, são paranoicos extremados quanto a isso, são tão fracos subjetivamente que a diferença os coloca em cheque a todo tempo em suas existências.

A morte de Marielle Franco, o assassinato de várias lideranças, a violência contra gays nas ruas, o assassinato de travestis e homossexuais,

as surras que são dadas em pessoas que pensam de forma diferente fazem parte desta estratégia da extrema direita.

Este comportamento é o que está por trás, por exemplo, do exercício da própria afirmação da soberania branca americana com a Ku Klux Klan, quando esta organização aprisionava um negro, enforcava, colocava fogo em seu corpo e dizia que isso seria um castigo exemplar, para que “você, negros não se sintam poderosos e com vontade de nos enfrentar”, como os haitianos negros fizeram em 1791.

Esta estratégia foi adotada também em várias experiências latino americanas. Por exemplo, na ditadura militar argentina, que matou milhares de pessoas; na ditadura de Pinochet, no Chile, que de cara matou mais de 30 mil pessoas de forma bárbara.

No Brasil, a ditadura também torturou e matou. Mas, diferente do que ocorreu na Argentina e no Chile, aqui a história não foi contada de maneira tão ampla, a disputa da memória por aqui não foi tão favorável a mostrar a violência extremada da ditadura militar.

Hoje vemos um candidato de extrema direita advogar o fuzilamento de membros de outros partidos, pedir a morte de gays, a subserviência e inferioridade de mulheres, negros e índios. Esta eloquência violenta tem como objetivo a produção de corpos medrosos. E o corpo medroso, de fato, se paralisa, entra em pânico.

Mesmo percebendo que esse tipo de candidato é de fato uma construção realizada pelos outros que o querem representando-os, ou seja, o fascista só existe porque há coletivos fascistas que o constroem, sabemos que um cara como esse também reforça a produção de novos fascistas que vão se sentindo autorizados a praticarem violência contra um outro tipo de humano que ele não suporta. Isso amplia e reforça os mecanismos de ameaças que sentimos que podem nos paralisar como corpinhos medrosos. Entretanto, quando nos damos conta desta estratégia, deste desejo de violência e de poder soberano da extrema direita, e percebemos que o seu desejo é, exatamente o oposto ao da construção de uma sociedade distinta da deles, nós temos medo: medo de sermos pegos na rua sozinhos, de participarmos de grandes manifestações, de nos expormos publicamente

contra estas pessoas e ideias, de falarmos mais alto até nas nossas próprias casas.

Mas, se você não é um corpo medroso, você vai montar estratégias para se manifestar sem ser destruído. Você vai às manifestações acompanhado de mais pessoas, vai evitar se expor à toa, sem que esta exposição traga bons resultados para aquilo que você objetiva, vai medir a importância daquilo que você vai fazer na produção e consolidação de novas pessoas que possam perceber esta extrema direita como, de fato, algo que não é do interesse da maioria, que vai ameaçar qualquer modo de vida: paradoxalmente até as deles mesmos. É só lembrar que os primeiros grupos nazistas que apoiaram Hitler foram, na calada da noite, assassinados em massa por esse quando, do seu ponto de vista, perderam suas funções na construção dos corpos medrosos e do seu poder soberano.

Quando você tem medo, mas sabe o que quer, você não se deixa paralisar como um corpo medroso.

De Zumbi a Mandela nossa história está cheia de gente assim.

Guernica Indígena



Eles ainda estão aqui entre nós, estão conosco e ao nosso lado, em toda parte, mesmo nas grandes cidades, os Povos Indígenas se misturam em toda parte, burlando sentenças de morte erguidas a cada momento contra eles

Guernica é um estupendo quadro pintado em 1937 por Pablo Picasso, inspirado pelo bombardeio alemão, ataque covarde à cidade basca de Guernica. Ataque articulado pelo fascista Franco e seus aliados alemães.

Sobre o mesmo disse o próprio Picasso:

"Não, a pintura não está feita para decorar apartamentos. Ela é uma arma de ataque e defesa contra o inimigo."

Guernica é considerado uma “mensagem contra o autoritarismo”, contra o militarismo, contra o fascismo, contra o horror da violência contra civis, um “memorial dos crimes cometidos contra a humanidade no século XX”, mas também uma mensagem de esperança de que o século XXI poderia ser mais humanitário, mais democrático, menos autoritário, menos violento, menos brutal.

No entanto, iniciaremos daqui poucos dias os anos vinte do século XXI, com a América Latina em franca ascensão fascista autoritária e violenta.

Evo Morales recentemente exilado político no México, após alçar a Bolívia ao patamar de uma invejável Democracia Plurinacional, inclusive com um sucesso de desenvolvimento econômico sem precedentes naquela república, afirma em recente entrevista a Gleen Greenwald, do “The Intercept”, que um de seus principais erros pelos quais foi deposto e exilado é ser indígena, um erro étnico intolerável para a minoria dominante. Além de não submeter seu programa de governo às exigências do neoliberalismo transnacional.

Hoje certamente Guernica seria pintado com figuras humanas indígenas, e os animais que ali figuram seriam animais da floresta.

Como aquela imagem do Tamanduá cego saindo de uma queimada, foto icônica do desespero e desamparo produzido pelas queimadas da floresta amazônica brasileira, que bateram recordes neste 2019.

Ou como aquela muito recente imagem do corpo jogado no mato, do cacique Firmino Prexede Guajajara, um dos dois caciques executados este mês de dezembro na Terra Indígena Cana Brava, no Maranhão.

Assassinatos de líderes indígenas que se repetiram na sexta feira passada, quando mais dois corpos de indígenas foram encontrados, com sinais de esquartejamento, próximos à Terra Indígena Araribóia, Maranhão.

Imagens em fragmentos deste horror, genocídio cotidiano, vão compondo este mosaico “Guernica Indígena” que ora retrata o Brasil.

Vivemos assombrados este Brasil 2019, exatamente cem anos depois do que é considerado o início da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1919, quando capitaneando o temor de uma revolução socialista, amplos setores da burguesia nacional acabaram apoiando um ator secundário, baixa patente, que assume um protagonismo imprevisto.

Há várias décadas os Guajaras da Terra Indígena Araribóia sofrem invasões e roubo de suas florestas por “madeireiros”, mas a violência, incluindo homicídio, contra eles aumentou nitidamente este ano.

A Força Nacional de Segurança Pública, após insistentes pedidos, foi enviada para a região, mas estas últimas mortes aconteceram já após esta presença.

O noticiário fala de enfrentamentos entre indígenas e “madeireiros”.

Basta conferir algum dicionário que veremos que este “eufemismo” funciona para mascarar a realidade.

Madeireiro é um “negociante de madeiras” ou “operário que trabalha com madeiras”.

O que os povos indígenas estão enfrentando dentro de seus próprios territórios é o Crime Organizado, é a Máfia da Madeira Ilegal, é a Milícia dos Traficantes Internacionais de Madeira Ilegal.

É uma guerra desigual, na qual os indígenas estão morrendo no combate ao crime organizado, estão morrendo nesta função que é do Estado, de defender a Lei e impedir a repetição constante do ato criminoso de roubar e traficar madeira ilegal das terras indígenas.

Compõe este mosaico “Guernica Indígena” as imagens de Paulo Paulino Guajajara, “Guardião da Floresta”, um dos assassinados neste fim de ano, no meio da floresta com seu colete à prova de balas, que já vinha usando por muitos meses, por ser “Cabra Marcado para Morrer”, por ser “jurado de morte” pela Milícia do Tráfico Internacional de Madeira Ilegal, incentivado este ano por um certo discurso governamental que todos conhecem.

Guernica vivo insiste em se pintar no nosso horizonte nacional.

Sua força expressiva precisa despertar, logo, o quanto antes, do torpor político, do coma informacional, da morte participativo-sócio-cultural, toda uma gente das cidades que ainda não reagiu devidamente ao que está acontecendo agora, cada dia, neste certo Brasil etnocida, fratricida, matricida, que segue alimentando uma aliança necropolítica.

Sim, cada pintura agora, cada escrita, cada palavra, cada gesto individual ou coletivo não pode ser “feito para decorar apartamentos”.

Precisa “ser uma arma” que faça parar a bala que insiste em matar.

Que faça parar a bala que insiste em calar.

Que faça ecoar a Taba que Re-existe em cantar e dançar, para fazer o dia raiar.

A situação está mais crítica do que nunca, os povos indígenas estão encurralados, sendo atacados e mortos em seus últimos refúgios, dentro de suas aldeias. As milícias armadas do crime organizado atuam na floresta com mais voracidade e desenvoltura do que nas cidades.

E estas milícias cidade-campo estão interligadas, não só pelas rotas do narcotráfico e dos garimpos que passam também por algumas florestas, mas por uma coesão de negócios, um “Truste” do crime organizado.

Nós não estamos falando de madeireiros, é outra coisa muitíssimo diferente disso.

Cada gesto de solidariedade e apoio aos povos indígenas precisa ser feito agora.

Vivemos uma crise humanitária entre os povos indígenas, que, além de tudo, foram também muito afetados no litoral pelo derrame de Petróleo que contaminou as praias, os pescados, os mariscos e até a caça que come os pescados.

Parece não adiantar todos os avisos e anúncios indígenas de que o sangue negro da Mãe Terra, por tantos anos vampirizado por uma civilização assentada na “Matriz Energia Fóssil”, vazaria manchando os litorais de muitas terras, como uma praga.

Nem as profecias, nem todo o discurso científico de centenas de cientistas renomados apontando a rota de colisão climática, são suficientes para mudar nosso rumo.

Seguimos direto rumo ao nosso próprio fim, sacrificando tudo no altar das mercadorias e do consumo, alimentando um insaciável Deus Capital.

Então é Natal. Para júbilo dos negócios.

Experimente um gesto simples, que pode parecer banal ou até muito ingênuo. Experimente neste Natal, se for dar presentes, dar apenas artesanato indígena.

Experimente em si mesmo um gostinho de sutil reprovação social ou familiar por de alguma forma estar “sujando suas mãos” com a proximidade indígena. Sinta um pouquinho deste preconceito difuso despistado por algum argumento estético.

Presenteie com artesanato indígena. Você ajuda a financiar um modo de vida, além de, muito mais que isso, você trazer para a cena uma lembrança, uma memória, uma presença, uma visibilidade.

É um gesto muito pequeno de cada um de nós, pode ser que acabe ajudando mais a si próprio que aos povos indígenas, mas mesmo assim, é um gesto que compartilha, interage, precisa ser feito.

O artesanato indígena está nas feiras, está nas ruas, ou até em alguns pontos de venda em muitas cidades, mais do que se imagina.

Eles ainda estão aqui entre nós, estão conosco e ao nosso lado, em toda parte, mesmo nas grandes cidades, os Povos Indígenas se misturam

em toda parte, burlando sentenças de morte erguidas a cada momento contra eles.

Isso Só Acontece no Brasil...

Lutas políticas contemporâneas: disputar a produção da memória é abrir o presente para devires-outros



Há quem diga que estamos assistindo na sociedade brasileira a grandes mudanças no campo da luta política. Considerando que não tenho como resolver plenamente essa questão, tomo a liberdade de afirmar que, no mínimo, há um novo lugar para certas disputas, que passam a constituir elementos mais relevantes nas lutas políticas atuais.

Sem grande erro, posso afirmar que três situações se inscrevem nessa possibilidade: uma, que se refere à disputa da narrativa coletiva sobre o que vivenciamos e experienciamos na produção cotidiana da vida em sociedade e como as valoramos, que sentido damos às mesmas, que coloca em disputa lutas por modos de existir distintamente, fazendo emergir posições que procuram suportar a diferença do outro e, até, constituir entrelaçamentos que as enriquecem, ou posições que procuram construir a ameaça que o outro-na-sua diferença constitui para os que só se veem identificados com seus clones, abrindo um viver societário de guerra permanente.

Outra possibilidade, se instala quando somos produtores de certos sentidos sobre nossos passados, que entendemos como componentes centrais do aqui e agora, de cada coletivo de viventes. Nessa situação, a produção da memória sobre nossa própria constituição como sociabilidades carrega forte sobrecodificação do que estamos dispostos a realizar no nosso presente, atualizando esse passado construído. Por isso, a disputa sobre a produção da memória pode, ou não, abrir nossas ações para devires-outros, construindo novas sociabilidades a partir de nossas próprias ações. Essa

disputa, junto a anterior, constitui-se em forte componente do que seria a luta política contemporânea.

A terceira possibilidade é aquela que torna mais evidente que as autodenominadas agremiações políticas, como partidos, por exemplo, fazem hoje qualquer tipo de negócio, menos a própria política, com P (maiúsculo). Há um esgotamento efetivo da política por representação, tornando-se um desafio bem atual a conformação do agir político por outros mecanismos que não os da designação de alguém como o líder, ou o soberano; por mais que muitos ainda acreditam nisso, transferindo seu poder de agir para alguém que o representa e age, abstraindo-se da sua própria capacidade de viver em coletivos que se somam nas diferenças e que não exerçam a política pela construção molar e molecular dos exercícios soberanos, de uns que teriam mais poder outorgado que outras para decidir sobre a produção das existências desses próprios coletivos.

Em vez da servidão voluntária, a tomada da produção de si nos laços que podem ser produzidos nos encontros entre semelhantes e diferenças, que também operam em cada individuação singular.

Nesse momento, escolho, como base para avançar mais didaticamente sobre esses elementos, a questão da disputa pela produção das memórias do que somos hoje, por termos sido ontem. O que na minha visão pesa sobre a nossa produção desejante de protagonizarmos nossos próprios viveres, ou consumirmos as ofertas que outros fazem para que vivamos.

Poder construir um outro passado além daquele que a história oficial, aqui no Brasil, contada pela elite branca, economicamente situada entre os mais ricos, e letrada, que tem pouco interesse em mostrar a intensa diversidade de acontecimentos, que foram fabricando o que chamamos, hoje, de nação brasileira. Há uma mistura de falas nacionalistas, como se sempre tivéssemos sido Nação, com falas que só valorizam os ganhos dessa mesma elite branca, perante os outros coletivos bem distintos, como por exemplo, os negros e os povos originários.

Essa “historinha” acaba nos convencendo de coisas que em vez de gerar biopotências a partir do nosso desejo em construir mundos-outros, possíveis e impossíveis, nos convida para a bio-impotência, na qual nos vemos diante de uma crença de que nesse país não vale a pena lutar por

mudanças importantes, pois sempre seremos o mesmo “povinho”, que não vale uma luta ampla.

Fazer uma disputa sobre isso é vital para potencializar os desejos coletivos e agenciar protagonismos que apontam contra essa produção do mesmismo, como uma condenação do nosso destino.

* * *

Há sinais de como isso pesa na composição de um modo de olharmos para nós mesmos, muitas vezes gerando o desejo de que só fora daqui poderemos ter vidas decentes.

Certa vez, estava viajando com outras pessoas, por alguns países europeus, e resolvemos brincar de “só no Brasil isso acontece”, olhando sempre pela negatividade de nós mesmos, brasileiros.

Sem dúvida, essa frase é muito comum pelo país afora e sempre dita pelos próprios brasileiros, que diante de certas vivências negativas ocorridas aqui no país, acaba gerando a noção em nós de que aqui tudo é diferente de outros lugares, reafirmando a todo tempo que somos como um “povinho”. Por exemplo, é comum nesse tipo de narrativa a associação de corrupção, ruas sujas, favelamento, juízes que não fazem justiça, sistema de saúde que não funciona e por aí vai, com a ideia de que: só no Brasil, isso acontece.

Para brincar com a ideia, fomos a todo momento falando essa frase toda vez que nos deparávamos com situações que nos levavam a experiências negativas, ali, no dia a dia dos vários países europeus que visitávamos.

Recordo que começamos dizendo isso por não termos segurança quando íamos atravessar uma rua, nas faixas para pedestres, em plena Berlim. Aliás, essa experiência se repetiu, com raras exceções, em vários países, onde quase morremos atropelados pelos motoristas, que não respeitavam os pedestres, de jeito nenhum. E por brincadeira falávamos que esses deveriam ser brasileiros que tinham alugado algum carro, pois “só no Brasil”.

Logo nos vimos repetindo essa frase quase a exaustão. Era o taxista que tentava nos enganar, era o metrô que adotava o sistema do “se vira”, era o atendimento em lojas comerciais do pior nível possível, era o lixo na rua

bem escondidinho, era a quantidade enorme de moradores da rua (europeus, diga-se de passagem) pedindo esmola, era o perigo de entrar em certas regiões da cidade, era ...era...era...

Por vários momentos, depois dessa experiência, falamos muito disso com outras pessoas, inclusive as que conhecíamos e que sempre dizem: “só no Brasil”.

Passamos a considerar, em nossas conversas, o quanto isso era efeito da nossa história oficial inculcada desde a escola, até diariamente pelos programas de rádio e de televisão. Associamos isso a construção desta memória de nós mesmos - que aqui nada funciona e sempre foi assim, que o bom é lá fora, é ir para outro país onde tudo é o oposto, mesmo que se deixe enganar por partes da cidade de Miami maquiada como um shopping center para ricos. Imagino que estamos, assim, produzindo nossas próprias impotências para desejarmos e produzirmos outros modos de convivência social, aqui no Brasil.

Ficou claro no nosso corpinho que a produção da memória de quem somos e como poderíamos ser, diante inclusive do nosso passado, acaba por influir na construção de nossos corpos menos desejosos ou mais desejosos, na busca da produção de mais vida boa e decente, aqui e agora.

* * *

Um bom exemplo disso tudo, nas Américas, é a história do Haiti, que foi a primeira colônia povoada pelo comércio da escravidão que se rebelou, eliminando-a. Isso fez tremer os impérios coloniais que se juntaram, aos franceses, para permitir o extermínio dos negros rebelados, por gerações e gerações.

Mas, a verdadeira vitória dos colonizadores foi construir um esquecimento sobre esses atos pioneiros dos escravos na sua conquista como libertos pelas próprias mãos, ao mesmo tempo que ia se produzindo uma outra história sobre os negros africanos.

Hoje, poucos são aqueles que não associam a miséria haitiana à existência de crenças místicas que tornam esse “povo” corpos quase zumbis. Essa é a memória oficial que veio se sobrepor a anterior, em uma disputa que permite dizer que o Haiti, lugar de negros de cabeças erguidas e senhores de seus próprios destinos, tornou-se um país de lamentável

história para reafirmar a noção da soberania branca, que tanta violência produz no mundo, até hoje.

* * *

Vejam, vocês, que não é à toa que a mídia mais conservadora, capitaneada pela Globo, na televisão e no rádio, investe simbólica e narrativamente na produção de uma imagem de nós mesmos, brasileiros, como se fossemos um “povinho” dado a malandragem e ao oportunismo individualista, de alma corrupta, criando assim a noção de que somos uns fracassados, ainda mais perante o “glorioso” povo americano. Não é sem sentido que os donos “trilionários” da Globo moram lá, nos “estates”, não aqui, lugar de “losers”

Esses mesmos meios de comunicação, a todo instante, associam essa produção de que somos um povinho fracassado com um passado de fracassos, contando historinhas oficiais sobre nós mesmos, mostrando que o que sempre nos interessou é uma vida de vagabundagem, sempre fomos um povinho que queria só praia, sol, sambinha e coisas assim, mas trabalhar, nunca; que pese as estatísticas que os indicadores negam quando comparamos hora trabalhada por semana, entre nós e vários outros países. Fazem isso, com muito sucesso, pois o pior é que muitos de nós, trabalhadores 24 horas por dia, acreditamos nisso. Essa frente da luta política não podemos deixar de considerar, hoje, como uma das principais, e temos que guerrear com palavras, outras histórias, para enfrentar essa estratégia de dominação, não pela polícia, mas pela subjetividade.

* * *

Devemos estar atentos a essa construção, pois nos faz referência. Há um autor negro, Frantz Fanon, que escreveu um livro (Pele Negra Máscaras Brancas) em que afirmava que a construção dessa descaracterização de si abriu a noção de que a negritude é o equivalente ao um azar do destino, ou uma doença.

Êta, estratégia poderosa, que faz muitos negros terem vergonhas de si mesmos.

Superar a memória negativa do racismo é mostrar quantos negros, em suas lutas pela autodeterminação e o extermínio da escravidão, foram e

ainda são eliminados diariamente. Revelando a honra que eles têm de si mesmos e de suas origens.

Em um país como o Brasil não há como abrir novidades nos devires-vidas sem enfrentar o racismo, e isso passa necessariamente por se produzir outras memórias que modifiquem o presente.

* * *

Destaco, também, que as narrativas que procuram destruir o honrado em cada um de nós - que não concordamos com essa forma como a sociedade neoliberal vem destruindo vidas - não deixam ficar visível que a sociedade capitalística tem tudo a ver com isso, isentando esses perversos modos de viver, acusando-nos de sermos incapazes, ou miseráveis devido a nossa formação cultural e histórica, que eles nos contam.

Isso, quando não nos acusam de sermos portadores de ideologias anti-brasil, de estarmos ligados a um esquema internacional de destruição da família brasileira e de sua índole caritativa, embranquecida.

Suas estratégias de produção de corpinhos que se sintam fracassados é a receita certa para criar, para uma certa elite, modos de governar os outros, pois corpinhos medrosos e fracassados tendem a inibir o próprio desejo de viver mais e melhor.

Entretanto, como a produção da memória e das narrativas não é tão lisa assim. Não é só um grupo com grande poder material que consegue produzi-la. A construção cotidiana, nos burburinhos da vida, gera também outras possíveis memórias que disputam com àquela outra, bem oficial, e do interesse desses pequenos grupos, defensores do capitalismo neoliberal e selvagem, que querem ser de fato os soberanos, usufruindo mesquinamente de riquezas materiais, tão volumosas que ultrapassam o imaginário de quem vive do seu próprio trabalho. Produtores de intensas desigualdades que penalizam distintos grupos da população brasileira.

Nesses burburinhos, outras histórias sobre nós mesmos vão sendo geradas, outras memórias de como éramos e somos vão se construindo, corpos desejosos e re-existentes vão sendo produzidos. Disputar a produção de memórias que possam mudar o modo de contar o nosso passado a nós mesmos, mudam a potência de nossos corpos agirem na abertura para devires-outros.

* * *

Ter claro, que a construção do que chamamos de Brasil foi feita em cima de intensas lutas de resistências, contra as práticas de colonização praticadas por aqui, pode permitir a compreensão de que nossos corpinhos são habitados também por passados de lutas, de buscas de outros modos de viver muito diferentes do que a elite conservadora quer que acreditemos.

Por quase 200 anos os colonizadores guerrearam contra vários povos originários, como os Tupinambas, até eles serem dizimados em uma verdadeira limpeza étnica. A quantidade de negras e negros que foram torturados, mortos e dizimados em toda nossa história imperial e republicana é ainda um desafio para a produção de conhecimento sobre nós mesmos, enquanto Nação.

A construção de um Rio de Janeiro mais modernoso para receber a Copa do Mundo e a Olimpíada revelou que esse teria que ser construída em cima de uma infinidade de esqueletos de homens e mulheres, que foram mortos na feroz produção da escravidão. O Valongo está aí para não nos deixar sós.

O que nos permite abrir uma produção de memória que não seja só da submissão, mas também da resistência, da luta por vidas mais livres e autênticas.

Poder ver nos lugares mais “perigosos” da cidade produção intensa de modos de viver comunitários, abre-nos para outras possibilidades de apostas na nossa cotidianidade.

* * *

Talvez possamos gerar, aqui e agora, uma outra ideia do “só no Brasil”.

Talvez possamos associar a luta cotidiana de coletivos por vidas mais dignas, com essa imagem: só no Brasil tivemos Zumbi,

Só no Brasil tivemos Dandara,

Só no Brasil tivemos o Almirante Negro,

Só no Brasil tivemos Paulo Freire, Augusto Boal, Noel Rosa, Nise da Silveira.

Só no Brasil temos Raoni, Kopenawa, Ailton, Elza Soares (deusa), Sócrates, Chico, Caetano, Gil.

Só no Brasil tivemos Antonio Cândido, Niemeyer, Darcy Ribeiro, Marielle Franco, Helder Camera, Gregório de Matos, Antonio Bispo do Rosário, Mario Magalhães da Silveira.

Gonzaguinha, Chico Mendes, Dorothy.

Só no Brasil temos Criolo, Sabatela, Pitanga, Marieta, Pedro Casaldáglia, Leci Brandão, Martinho, Sonia Braga (outra deusa).

Não sei se ainda temos, ou não, Wagner Moura e outros que estão em um silêncio ensurdecador, mas isso não lhes retira o que fazem para defender uma sociedade que acolha a diferença, ao contrário da fala oficial.

* * *

O destaque dado a esses nomes (com certeza faltam milhares de outros), mesmo os silenciosos, é por serem efetivos fazedores de diferenças e por se enriquecerem existencialmente nelas, abrindo-nos para novas oportunidades de imaginarmos sobre o que fomos e, portanto, podermos ser.

Por se comprometerem com vidas libertas e decentes, mostrando que nós somos coletivos que estão aqui e agora na disputa por isso, como sempre assim estivemos, e que qualquer um que tente mostrar só nossas impotências é de modo efetivo aquele que se candidata a ser poder-soberanos sobre nós.

Também no Brasil, e não só, temos milhares e milhares de coletivos inventando com suas artes e fazeres, modos de viver sem que haja entre eles a necessidade de algum chefe soberano.

Experiência absolutamente necessária para, ao mudar nosso modo de olharmos nosso próprio passado, que possamos mudar aqui e agora o nosso desejo por um devir-de-uma-nação: liberta, instalada na convivência molecularmente democrática entre as diferenças, que produza novos modos de viver descolados da produção de corpos medrosos e fracassados.

E seguindo Mandela, que possamos dizer cada um de nós: sou porque somos, e, portanto, carrego em mim multidões, diferenças que vão se constituindo nos vários modos possíveis de se produzir existências libertas, que se alimentam da liberdade constituída pelo outro.

Bom Negócio pra Quem?

A borda bamba dos territórios ainda indígenas



Em 11 de janeiro deste ano a grande imprensa divulgou o projeto do atual presidente que pretende regularizar, legalizar o garimpo em Territórios Indígenas.

Um órgão da grande imprensa teve acesso à minuta do projeto que o presidente pretende apresentar em breve.

Como e porque a imprensa teve acesso ao tal projeto antes mesmo dele estar finalizado não fica esclarecido ou questionado. O ponto em questão é que o tema é bastante polêmico e uma pesquisa em 2019 vinculada também à imprensa já apontava que mais de 80% da população era desfavorável à mineração em Territórios Indígenas.

Acontece que agora aparece este “tubo de ensaio” divulgando o projeto “ainda em elaboração” para provavelmente ir testando a tolerância e o impacto da notícia.

O tal projeto parece ser pior do que se esperava ano passado, pois segundo a imprensa, a tal minuta, prevê não apenas o garimpo, mas já que estamos abrindo os Territórios Indígenas para exploração econômica, então vale agricultura de transgênicos, vale exploração de gás e petróleo, vale hidrelétricas.

Desde o ano passado, quando o presidente anunciou que pretendia regularizar o garimpo em Territórios Indígenas, houve uma explosão de invasões de garimpeiros em diversos Territórios.

Somente no Território Yanomami estima-se a presença de vinte mil garimpeiros invasores, ilegalmente explorando o ouro e entrando em conflitos com os indígenas.

O projeto prevê que os próprios indígenas, se quiserem, poderão desenvolver as “atividades econômicas” em seus Territórios. E, se não quiserem, receberão uma parcela do CFEN, o imposto sobre a exploração mineral.

Ou seja, o projeto dá a entender que será um “bom negócio” para todos.

“Bom negócio” para os garimpeiros que poderão trabalhar livremente e não serão mais “atrapalhados” pelo exército ou pelos indígenas.

“Bom negócio” para o governo que receberá os impostos das “atividades econômicas”, estará “movimentando a economia”.

“Bom negócio”, quem sabe talvez, também para algum “amigo”, que aleatoriamente possa estar sendo beneficiado. Afinal, por trás de cada “batalhão” de cinco mil garimpeiros maltrapilhos, matando e morrendo na selva por alguns gramas de ouro, tem sempre um “amigo”, de terno e gravata, circulando por corredores atapetados, dono de frotas de aviões, maquinário de exploração mineral, etc.

Por trás dos cinco mil garimpeiros refugiados na floresta tem sempre um “amigo”, que monta toda a estrutura, que faz o ouro sair de rios de Territórios Indígenas e chegar até joalherias.

“Bom negócio”, na visão dos proponentes do “projeto em elaboração”, supostamente até para os indígenas, que teriam a “vantagem” de ganhar dinheiro, seja “explorando” eles mesmos seus “recursos minerais”, seja recebendo uma parcela do imposto devido, como um “pagamento” pelo uso de suas “terras”.

Mas talvez a coisa não seja bem assim.

Em primeiro lugar porque os indígenas não tem “terras”, quem tem terra é latifundiário, os indígenas possuem Territórios, pertencem eles mesmos aos seus Territórios, em uma relação de pertencimento diametralmente oposta à situação dos “donos de terras”.

Em segundo lugar porque muitos povos indígenas, como os Yanomami, conhecem o poder devastador e destruidor da invasão garimpeira. Sabem que o garimpo chega para destruir seus Territórios físicos, o lugar onde vivem, mas também para destruir seus Territórios Existenciais, destruir seu modo de ser e de viver, destruir a vida indígena.

É a tantas vezes denunciada transformação de gentes indígenas em indigentes.

O tal “projeto em elaboração” vem dar sequência ao terrível projeto militar, fortemente colocado em marcha na última ditadura, de “integração” dos indígenas, de total desconsideração e desvalorização de suas culturas e seus modos de vida, tentando a todo custo reduzir toda sua potência de vida, toda sua capacidade de reproduzir milenarmente seus modos autônomos de re-existência, reduzindo-os a simplesmente “mão de obra” e “consumidores”, como se estes fossem os únicos modos possíveis ou cabíveis, reservados a todos os seres humanos.

Começamos 2020 com a notícia deste projeto etnocida e genocida.

“Abrir” (um eufemismo indecente), submeter os Territórios Indígenas ao “Mercado”, para a exploração mineral, que apenas começa com os garimpeiros, para em seguida, a “terra arrasada” ser assumida pelas grandes mineradoras, acabando com a mineração “no varejo”, começando a mineração “no atacado”, assim que as grandes empresas puderem entrar sem terem que se responsabilizar por toda a destruição ambiental, porque ela já foi feita antes, pelos garimpeiros. Sem terem que se responsabilizar pelas mortes indígenas, porque elas aconteceram imediatamente antes, pelos garimpeiros.

Mais do que nunca é preciso entender que os Territórios Indígenas não são uma “questão” que diz respeito aos indígenas, mas sim, diz respeito diretamente a todos nós.

Os parques 12% do território nacional que ainda resistem como Territórios Indígenas são uma vital última barreira, ultimo reduto, última trincheira pela preservação da vida, da biodiversidade, da biossociodiversidade frente ao avanço da monocultura, dos agrotóxicos, da mineração, da destruição.

Legalizar o garimpo, a agricultura transgênica, a exploração de gás e petróleo, a construção de hidrelétricas, a exploração mineral em geral, nos Territórios Indígenas é um ato de vandalismo contra a vida, contra a continuidade da vida neste planeta.

O projeto prevê ainda que os povos indígenas serão consultados, afinal isto está previsto na convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho (OIT), convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, da qual o Brasil é signatário.

Mas, porém, a novidade é que independente da consulta a atividade poderá prosseguir, ou seja, uma consulta sem poder de veto. Jogando a convenção 169 da OIT no ralo.

Para fazer frente a esta nova ofensiva dramática contra os povos indígenas, para buscar e construir estratégias de enfrentamento desta anunciada agudização da situação já bastante crítica dos indígenas, o incansável cacique Raoni Metuktire Kayapó, indicado ao prêmio Nobel da Paz por toda sua luta pelos direitos dos povos indígenas, convocou e esta realizando desde 14 de janeiro, o primeiro grande encontro indígena de 2020, no Xingu, com a participação de mais de 450 lideranças indígenas de diversas gerações, de mais de 45 povos indígenas.

Toda pessoa de bom senso, toda pessoa que respeite a vida, a diversidade, a alteridade, a democracia, também deve se manifestar agora de forma contundente contra este “projeto em elaboração pelo governo”, barbárie anunciada.

Para a Mama Terra Sobreviver

Direitos humanos e tolerância zero contra qualquer tipo de violação aos distintos modos de existir



Muitos de nós conhecemos a palavra de ordem: violência, tolerância zero. Elas chegaram até nós pela declaração de um governante americano, da cidade de Nova Iorque, com a perspectiva de criar punição para qualquer ato de um cidadão que praticasse alguma irregularidade, diante de lei.

Essa construção tinha como base a noção de que alguém que cometia um pequeno delito pela primeira vez, se não fosse punido, cometeria mais adiante um novo delito cada vez mais grave, até ser um elemento perigoso para todos os outros.

Assim, a cidade deveria ser regida por uma regra básica: diante de um pequeno delito deveria haver uma culpabilização legal, seguida de uma punição, bloqueando a ocorrência de novas práticas ilegais, como ato preventivo.

Essa prática foi adotada por vários outros governantes em diferentes lugares do mundo, inclusive aqui pelo Brasil. Mas, não há uma grande evidência de que isso tenha de fato diminuído os índices de criminalidade em geral e a prática da violência em particular, pelo menos entre nós, pela forma como adotamos esta prática.

Por aqui, a própria ação das forças jurídicas e policiais na ânsia punitiva acabou por gerar mais violência, como no caso do estado de São Paulo, onde as forças policiais são responsáveis, no mínimo, por 25% dos homicídios, sem que lhes pese qualquer acusação legal sobre os delitos. Suas ações são consideradas saneadoras e defendidas como se fossem, de fato, ferramentas da política de tolerância zero, mesmo que sistematicamente pratiquem graves punições a pequenos delitos, como

prender simples usuários de maconha, ou condenar a morte quem não cometeu delito nenhum, mas tinha um corpo suspeito: em geral negro e jovem.

Desse modo, em nome de uma política preventivista, para dificultar a escalada da criminalidade e da violência contra as pessoas, acaba-se violando as regras básicas do direito à vida e à defesa perante a sociedade, requisito fundamental nos regimes democráticos, como, diz-se, vivemos aqui no Brasil.

Essa contradição precisa ser equacionada e interrogada. Precisamos pensar sobre ela.

Para isso, proponho que dar um passo adiante é trazer a tolerância zero para uma outra questão, ou seja, para a noção de Direitos Humanos, isto é, **TOLERÂNCIA ZERO COM AQUELES QUE VIOLAM OS DIREITOS HUMANOS**. E, com isso, criar um outro problema ao desmontar a palavra de ordem: violência, tolerância zero.

Entretanto, é necessário nos debruçarmos um pouco mais sobre isso, pois precisamos deixar mais claro o que são esses direitos que a todos englobariam e quem são os humanos que deles usufruiriam.

Para caminhar nessa direção peço ajuda aos povos amazônicos, os originários, como os Yanomami, por considerarem que todos no mundo são humanos na sua essência, mesmo que seu corpo esteja sob várias formas: para eles, não seria a forma “homem” que comporia a humanidade em geral. Assim, um animal como a anta seria um humano sob outra forma corporal, bem como toda rede necessária de que ela precisa para existir.

Com eles, os Yanomami, podemos imaginar que a noção de humano deveria ser estendida para qualquer forma de existência, seja de algo considerado vivo, como nós, os bichos e as plantas, seja de algo que pertença a natureza de uma maneira geral, como uma montanha, a água, o ar.

Por isso, aqui o convite é para que possamos imaginar que direitos humanos e tolerância zero valeriam para qualquer tipo de violação aos distintos modos de existir, na Terra, para qualquer ação, individual ou coletiva, que possa impedir a produção da existência de qualquer

componente fundamental na fabricação da vida, sob os seus vários modos, no nosso planeta.

Assim, é urgente que construamos uma base societária para sermos intolerantes com ações que fabricam lixos que contaminam nosso ar e nossa água, contra os agrotóxicos que contaminam nossos alimentos, contra as violências que eliminam nossas florestas e as muitas formas de vida que ali estão, contra os perversos atos que eliminam seres humanos por serem negros, por serem pobres, por serem gays, contra os atos que produzam situações de guerras que eliminam enormes contingentes de cidadãos, pelos países em geral.

Temos que ser intolerantes contra aqueles que não respeitam os que estão ao seu lado ou no mesmo espaço de viver, contra aqueles que não dão nenhum valor a vida de qualquer um, considerando que há vidas que valem mais que outras.

Mas, temos que ser intolerantes legalmente, segundo um acordo constituído entre todos sobre o que é um bem viver como direito de todos. Essência da ideia de direito aqui nessa proposta, pensada a partir da noção que bem viver, é o que produz mais vida onde haja vida.

Sermos intolerantes legalmente, portanto, contra a discriminação sobre qualquer forma, que considera a diferença do outro uma ameaça e não um enriquecimento do viver coletivo, na multiplicidade dos modos de inventar as existências. Intolerantes contra atos machistas que violentam os corpos femininos.

Sermos intolerantes legalmente contra as péssimas condições materiais de vida de grandes contingentes populacionais, geradas pela ganância capitalista de algumas dezenas de grupos, proprietários das grandes corporações mundiais e donos de quase todos recursos financeiros que existem.

Considerarmos uma violação dos direitos humanos viver da produção de uma vida empobrecedora no outro, viver da exploração do trabalho do outro, pois já somos capazes de gerar modos de viver na Terra, que permitam que todos possam se beneficiar da capacidade de produção de possibilidades de bem viver por todos, desde que adotemos que o maior

bem nessa Terra é a capacidade desse planeta ter inventado a produção da vida como a mais saudável de suas expressões.

A Terra é condenada a produzir vida sempre que a deixamos funcionar, sem os efeitos perversos de alguns de nossos atos que a consideram como nossa serviçal, em vez de nossa mãe.

Direitos Humanos, tolerância zero, para que a Mama Terra como nosso maior bem seja sempre o útero da produção de modos de vida cada vez mais originais e próprios, gerando vida sempre na diferença e no seu exercício livre e natural de ser o berço fundamental de qualquer produção vital.

Direitos Humanos, tolerância zero, para que com nossos atos sejamos conviventes com essa produção incessante de formas de vida e não seus carrascos, como temos sido nessa civilização capitalista e neoliberal, que domina o mundo, hoje.

Mineração Soberana e Necropolítica



Neste 05 de novembro completou-se 04 anos do crime de rompimento de barragem, cometido em Mariana / MG pela Samarco/Vale/BHP Billiton.

Como já repetido tantas vezes durante estes 4 anos, foram 19 mortes humanas diretas, geração de adoecimento, empobrecimento, sofrimento direto e indireto incalculável. Milhões incontáveis de mortes no impacto na Flora, na fauna, na microfauna. Ecocídio de toda a bacia hidrográfica do Rio Doce.

Após 4 anos nem sequer 10% dos atingidos foram indenizados até o momento.

Mesmo assim, neste final de outubro, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais aprovou a retomada das operações na Mina de Germano Guilherme, da Samarco, onde tudo aconteceu.

Foi concedida a Licença de Operação Corretiva (LOC), por 10 votos a favor, 01 abstenção, 01 voto contrário. E com parecer favorável da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPRI) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais.

A Mineradora VALE fechou o terceiro trimestre de 2019 com um lucro avaliado em US\$ 1,6 bilhão (R\$ 6,5 bilhões), tendo aumentado a extração de minério de ferro em comparação com o trimestre anterior.

Após os dois crimes de rompimento de barragem, cometidos em Mariana/MG e Brumadinho/MG, somando mais de 300 mortes humanas diretas, a mineração vai muito bem, de vento em polpa, seguindo, levando adiante seus planejamentos de expansão contínua, de novos territórios submetidos, ocupados, destroçados.

A grande repercussão na empresa, tendo tido sua imagem pública “arranhada”, no teatro de marionetes ou de fantoches, trocaram o bonequinho que ocupa a cadeira: “presidente”.

A população local arruinada, consequência lógica de uma política de terra arrasada, tipicamente necropolítica, como descrita por Achille Mbembe:

“Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor”.

Os órgãos públicos que deveriam fiscalizar, as instâncias participativas que deveriam colocar limites e exigir compromissos, condicionantes, reparações, compensações das empresas mineradoras, para garantir minimamente a segurança e o respeito pela vida coletiva, pelos bens coletivos, como a água, o ar, seguem autorizando ininterruptamente a expansão minerária, nos mesmos moldes em que aconteciam antes destes dois maiores crimes ambientais da história do Brasil.

Mariana tem história, foi a primeira cidade e a primeira capital da Capitania, depois Estado de Minas Gerais. Sua escolha para isto se baseou na sua produção de ouro na época, que superava todas as outras vilas auríferas concorrentes na colônia “brasilis”.

Depois destes séculos de mineração, de extração de ouro em quantidades astronômicas, de extração de ferro em quantidades de montanhas ainda maiores, a cidade permanece pobre, precária, absolutamente dependente e cativa de uma economia e lógica e jugo minerário predatório, colonialista, extrativista da vida do outro.

A mineração nas terras “brasilis”, nas Minas Gerais, está acima da lei, acima dos governos, do executivo, legislativo e judiciário, acima de qualquer opção ou tendência politico-partidária.

As mineradoras sempre declararam doações de campanha a todos os partidos, de todas as matizes políticas, sem distinção ou qualquer constrangimento.

Praticam o exercício de um poder soberano, não sujeito às leis, acima das leis, definindo quem deve viver, quem deve morrer, avançando no extermínio sumário dos “desnecessários”, aplicando tecnologias de governança que desconstroem a vida local, com práticas de violência que se aperfeiçoaram desde os massacres do colonialismo da modernidade e o neocolonialismo da atualidade.

Ainda com Achille Mbembe:

“Se as relações entre a vida e a morte, a política de crueldade e os símbolos do abuso tendem a se embaralhar no sistema de plantation, é interessante notar que é nas colônias e sob o regime do apartheid que surge uma forma peculiar de terror. A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio.”

Um crime devastador, 19 homicídios, 4 anos de impunidade, nenhum culpado, ninguém responde por este crime, uma empresa acima da lei, governos a serviço das empresas, um Estado-Campo minado.

Para “comemorar” e “celebrar” este quarto aniversário da impunidade, a empresa “ganha” a Licença para voltar a operar naquele mesmo cenário destruído pelo tsunami de lama que ela produziu como seu subproduto, seu lixo sem tapete que o coubesse. Biopoder, estado de exceção, a população sobrevivendo em estado de sítio.

Achille Mbembe novamente:

“Aqui vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental.

(...)

Por todas estas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente.”

O que podemos entender com este “presente” de aniversário de 4 anos do crime de rompimento de barragem em Mariana?

O terror colonial atravessa Mariana por mais de 300 anos de mineração ininterrupta. Este “presente” é o próprio passado e futuro de terror colonial.

A mineração aqui na colônia “*brasilis* não é uma atividade codificada legalmente.

A soberania minerária pode voltar a matar a qualquer momento ou de qualquer maneira.

Que resposta a vida poderá dar a este permanente “estado de exceção” e “política da morte” impostos nos territórios dominados pela mineração total, desregrada, soberana?

Grupos de re-existência se formam entorno do tema “qual mineração queremos?”, tema estratégico que desloca o problema “da não” mineração, para a questão “de qual” mineração?

Seria a única resposta a própria vida e morte “*severina*”?

“*Severino* retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço a resposta,
se quer mesmo que lhe diga;
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, *severina*;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.
E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,

ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.

Sejamos Realistas, Exijamos o Impossível

Em direção à XVI Conferência Nacional de Saúde, no Brasil



De 16 a 18 de novembro de 2018, aconteceu a I Conferência Nacional Livre de Juventude e Saúde com o objetivo de caminhar na construção da XVI Sexta Conferência Nacional de Saúde, ou como a chamamos: a oitava mais oito.

Desde o fim da ditadura militar no Brasil, com a conquista da liberdade de organização e manifestação, vários movimentos sociais se juntaram para abrirem experiências novas no campo da convivência democrática e da formação das políticas sociais, na busca da eliminação das graves desigualdades sociais por aqui existentes.

Uma das maiores construções foi a criação de um Sistema Universal de Saúde, SUS, que deu concretude a ideia de que todos brasileiros deveriam ser cidadãos e como tal ter o direito à saúde enquanto um viver cada vez mais qualificado, que pudesse satisfazer suas plenas necessidades bio-psico-sociais e de acordo com seus próprios modos de viver, tomando como noção central que a diferença nesses modos é uma riqueza social e não uma ameaça.

Para um país que por 500 anos nunca tinha dito e escrito para si nenhum direito desse porte, ir na direção dessa construção era um desafio dos maiores, pois exigia que tanto o povo se convencesse que estava à altura de ser cidadão, quanto a construção de se viver no cotidiano da existência a experiência desse direito, em qualquer momento que o SUS se realizasse na sua vida.

O começo foi marcado pela criação no texto constitucional de 1988, na Oitava Constituição Brasileira, dos artigos que pudessem balizar a criação do

SUS. Depois, foi necessário criar regras para a sua existência e funcionamento, e dentre essas foi instituído mecanismos que pudessem ampliar o grau de democratização na construção e consolidação do Sistema. Aponto que a invenção dos Conselhos de Saúde, já criados e experimentados pelos Movimentos Sociais de Saúde, em alguns lugares do país ainda na ditadura, foram a grande imagem que se procurou instituir. Regras para criação dos Conselhos Locais de Saúde, Municipais, Estaduais e Nacional foram construídas em reuniões as mais amplas possíveis, mobilizando quantidade enorme de brasileiros nesses processos.

A instituição das Conferências de Saúde Locais, Municipais, Estaduais e Nacional era a outra expressão dessa construção.

Em 1986, dois anos antes da Constituição de 1988, a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, que contou nos seus dias de realização com a participação de cinco mil representantes de toda a sociedade brasileira, foi um momento de consagração de tudo que os movimentos sociais haviam acumulado na direção de constituir a íntima e necessária relação entre Saúde e Democracia. Foi nessa Conferência que se construiu as bases para a Carta Constitucional de 1988, a partir do artigo 196, que afirma o direito à saúde de todos e a obrigação do estado em garanti-lo.

A ocorrência das várias Conferências a partir de então sempre gerou enormes expectativas para que fossemos aprofundando as nossas experimentações na construção de um modo de ser e de se fazer uma política de estado na saúde, inédita em um país tão desigual como o nosso. Vieram a IX, a X, XII, XIII, XIV, XV mostrando a cada construção os acúmulos que milhões de brasileiros haviam adquirido na construção do SUS e no esforço de seu aprimoramento e consolidação, sempre ameaçado por uma parte da elite econômico-financeira e dos empresários da saúde que eram e são contra uma política de estado que se baseia em um Sistema Universal de Saúde.

Pois, para essa elite e empresários a saúde não é um bem público, como o direito universal à saúde propõe, para eles a saúde é um bem privado que se pode comprar de algum fornecedor, como um plano de saúde de algum banco, por exemplo.

Essa briga, sobre se saúde é um bem público e, portanto, um dever do estado, ou um bem privado, e, portanto, algo que cada um compra mediante sua possibilidade, mantendo a desigualdade das oportunidades desse país como o limitador para que a maioria não a obtenha plenamente, vem se constituindo como a base das lutas nesse campo de política do estado brasileiro.

O histórico das Conferências mostra com muita ênfase esse processo, inclusive a violação que certos governos nacionais praticaram em relação a suas resoluções por terem compromissos com os setores privatistas da saúde e não com o povo brasileiro.

Nesse momento, de construção da XVI em 2019, os defensores do SUS que estão implicados com esse processo vêm apontando a necessidade de se criar, além das reuniões formais já previstas na sua constituição, espaços livres geridos pelos próprios movimentos que se organizarem para a fabricação concreta dessa agenda.

Desse modo, vários setores da sociedade vêm se auto-organizando para esse percurso.

A I Conferência Nacional Livre de Juventude e Saúde é expressão desse momento inovador, que com certeza amplia a nossa capacidade de aumentar e intensificar a relação Saúde e Democracia na direção de um SUS, efetivamente consolidado como patrimônio da construção de uma sociedade livre e mais igualitária, onde qualquer vida já vivida vale a pena ser defendida.

* * *

Cerca de 400 jovens brasileiros, de diferentes lugares e experiências, reuniram-se em Brasília para conversarem e defenderem teses, abrirem novas possibilidades para o pensamento e o viver, trocar experiências, discutir calorosamente e friamente, para conseguirem criar novas possibilidades de questões e de atualização dos problemas a serem enfrentados tanto na direção da XVI (8 + 8), quanto na própria produção das pautas e questões a serem tratadas nessa fundamental Conferência, ainda mais nesses instantes que vivemos quando o SUS corre o risco real de sua extinção por homens e mulheres que apostam mais na desigualdade, entre os vários coletivos de brasileiros, do que na cidadanização do viver. Que

apostam que tudo que é público deve ser extinto, pois só o “deus” mercado deve viver, e sobreviva quem sobreviver. Um momento crítico, pois possuído por uma visão simplista de um Darwinismo Social perturbador, que acredita que os mecanismos mais liberais das sociedades capitalistas são os melhores meios de se fabricar um corpo social.

Ledo engano. O mundo vem experimentando como é perverso para a maioria esse processo que desemboca em aumento da desigualdade e do sofrimento de quase todos.

* * *

Em um dos textos escritos pelos coletivos, circulando na I Conferência, encontrei um Fanzine, que se apresentou assim:

“Carta(zine) é uma inspiração para rompermos as formas tradicionais de escrita das cartas. A ideia vem dos fanzines. Uma publicação impressa independente. Quem produz pode expressar suas ideias e pensamentos sem restrições...”

Reproduzo aqui uma parte do que trouxeram nessa Carta(zine), por revelar um pouco da potência de vontade de agir e fazer acontecer mundos outros que essa Juventude carrega, como qualquer juventude que como tal, antes de tudo, se rebela contra o conservadorismo da vida comum, sem sal e sem gosto.

“Carta(zine) de jovens pacientemente impacientes de São Paulo para a I Conferência Livre Nacional de Juventude e Saúde.

(RE)existimos , a que será que se destina? Um outro mundo é possível? Sejamos realistas, exijamos o impossível? A partir dessas e de outras constantes nuvens, vendavais e constelações de incertezas e consciência de um ser inacabável e de São Paulo traz aqui um pouco de emaranhados de reflexões. Regados as mesas dos bares da famosa noite paulistana, acabamos assim de ocupar a I Conferência em outros espaços de se fazer política. Na verdade a mesa de bar é bastante antiga, mas pouco identificada em sua potência para bons encontros, de afetos criativos e de maior liberdade do ser as diversas pressões e amarras institucionais. E aquele bar não é um bar qualquer, é o Al Jannah, um espaço político da cultura árabe. E por que não procurarmos mais lugares outros não convencionais para discutir política? A simbiose do lugar, da cultura e dos

afetos como provocador de pensar um novo mundo possível coletivamente. Entretanto, não esqueçamos também do nosso cotidiano, do aprendizado com aquilo que naturalizamos como rotina.

Muitas foram as discussões sobre os princípios do SUS durante esses 30 anos, visto isso esse coletivo mobilizador acredita que agora é o momento de sustentarmos o desafio da equidade não só enquanto conceito ... como uma práxis: ação – reflexão – ação. Levar essas e outras discussões para nosso espaço de formação, quebrando nossas pequenas bolhas ... Começar por nós, ter autocrítica solidária ... Eu só sou eu porque tenho o outro ... Se estamos no campo das incertezas é chegada a hora de voltar para casa, pisar no barro e resgatar o sonho de um novo projeto de sociedade que um dia arrebatou os corações na construção do SUS.”

Vamos rumo a 8 + 8 em 2019 como uma luta necessária e livre, no exercício da nossa autonomia e da nossa capacidade de nos autoafirmamos como coletivos que se dão as mãos e não largam.

16ª Conferência Nacional de Saúde

Re-existindo na multiplicidade das diferenças



Neste cenário nacional atual de franca desconstrução das políticas públicas de saúde e educação, de frontal ataque às instâncias colegiadas de participação e controle social, a realização da 16a Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Democracia e Saúde”, se converteu em um belíssimo momento de re-existência de uma multidão constituída pelos mais diversos “povos da saúde”, em suas multiplicidades de bandeiras e propostas, lutando pela manutenção dos direitos adquiridos com uma saúde pública universal e democrática.

Entre os dias 04 e 07 de agosto aconteceu esta verdadeira trincheira democrática, a culminância de todo um intenso processo participativo, desde os milhares debates em Comissões Locais de Saúde, as centenas de Conferências Municipais, Conferências Livres, Conferências Estaduais, até chegarmos a este grande encontro com mais de 4 mil participantes em Brasília.

Para ressaltar esta importância, esta 16a Conferência também foi chamada 8a + 8, para referir-se à 8a Conferência Nacional de Saúde, acontecida em 1986, na saída da ditadura militar, sendo um marco histórico na construção da saúde como direito de todos, que se confirmaria na constituição cidadã de 1988.

Logo na primeira mesa do dia 04 de agosto, o professor Emerson Merhy trouxe para o debate a importante contribuição do campo da saúde para a construção da democracia brasileira, além da necessidade vital para este campo da saúde de que a democracia possa ser mantida viva e fortemente defendida.

Emerson Merhy considerou a própria conferência como “expressão de um conjunto de atos heróicos coletivos neste momento que agente vive no país”.

Relembrou que na preparação da 8a Conferência Nacional de Saúde o que estava em questão, na saída da ditadura militar, era justamente a construção de um país que pudesse produzir menos desigualdades tão radicais.

Aproximando os momentos históricos da 8a e da atual Conferência Nacional, Merhy explicitou:

“(...)um desejo profundo de poder construir um país em que todas as vidas valessem a pena, onde não se discriminasse ninguém, onde não se produzisse mais desigualdades de uma forma tão radical.

(...)

A 8a (Conferência) carregava em nós um certo desafio a nossa história, o tema da “Democracia e Saúde” para nós era absolutamente vital, tínhamos que construir as nossas ideias comuns, nas nossas diferenças, que são sempre muito fundamentais, a diferença nos alimenta, a diferença não nos ameaça.

(...)

A 8a (Conferência) simplesmente vai ousar a noção de que a saúde é um direito de qualquer um, em um país que nunca, em nenhuma das sete constituições anteriores tinha colocado elementos específicos sobre a saúde, agora nós desejávamos que os processos que viriam teriam sim que dizer de uma maneira muito clara: todo brasileiro, toda brasileira tem direito à vida decente, à vida de qualidade, a sua vida tem que ser respeitada como riqueza social, a sua vida é um patrimônio que interessa a todos nós, e a ideia do direito à saúde carregava exatamente esta conotação.

(...)

A construção do SUS não é só oferecer procedimentos de saúde, a construção do SUS é defender em cada ato de cuidado a ética da vida”

(...)

nesse momento em que agente vive um governo que é necrófilo, que é um governo que produz políticas de morte, produz políticas para matar,

incentiva a matança, neste momento, defender a questão central e nuclear de produção do Sistema Único de Saúde como uma grande articulação societária em defesa desta relação íntima entre Democracia e Saúde é vital para todos nós, senão nós estaremos conjugando com as necropolíticas do governo federal de hoje. Nós vivemos um momento muito delicado.”

Dentre as tantas questões candentes da saúde expressas na 16a Conferência, a questão da Saúde Indígena foi trazida para a pauta, sobretudo diante da delicada situação da 6a Conferência Nacional de Saúde Indígena, que iria acontecer em junho de 2019, foi suspensa, adiada e após longo processo de reivindicação pelos povos indígenas, incluindo ocupação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), ficou prometida para final de 2019.

Nesta direção de trazer o tema para a pauta da Conferência Nacional é que foi realizada a atividade autogestionada “Práticas Indígenas de Produção de Cuidado e Saúde”, tendo como seu proponente o “Núcleo de Cultura Indígena”, de Ailton Krenak.

Para este momento de demarcação de espaço para os povos indígenas no interior da Conferência Nacional, Krenak trouxe a experiência inédita e exitosa do “Centro de Medicina Indígena Bahserikowi’i”, que re-existe há 2 anos no centro da cidade de Manaus/AM, já tendo atendido mais de 2.300 pessoas, sendo mais de 90% delas não indígenas.

Ali, desde 2017, os Kumuã (plural de Kumu em língua Tukano), os especialistas em práticas indígenas de produção de cuidado, realizam seus atendimentos rotineiramente, seja com utilização das plantas medicinais e sagradas, seja pelo puro manejo dos campos vibracionais, energéticos ou imateriais que compõem a experiência humana, práticas chamadas “Bahsese” na língua Tukano.

Das tantas e muitas doenças ou estados de sofrimento ali tratados e vencidos, certamente um deles tem sido o preconceito, o recorrente preconceito contra os modos tradicionais indígenas de cuidar, restaurar ou preservar a saúde individual e coletiva.

Para representar esta formidável experiência é que vieram para a Conferência Nacional João Paulo Barreto Tukano, idealizador do

“Bahserikowi’i”, acompanhado do Kumu Ovídio Tukano e do Kumu Durvalino Desana, que integram a equipe do “Centro de Medicina Indígena” em Manaus.

A realização da atividade autogestionada abriu um potente debate sobre a necessidade de se repensar a “Saúde Indígena” em outro patamar, a necessidade de se construir um reconhecimento muito maior no interior da saúde pública para as práticas indígenas tradicionais de produção de cuidado e saúde, para as muitas “Medicinas Tradicionais Indígenas (MTI)” do Brasil, praticadas, cultivadas e preservadas pelos mais de 300 povos indígenas remanescentes.

Criou-se ali a oportunidade de se relatar muitas experiências em que a somatória das Medicinas “ocidental ou biomédica” e “indígena” criaram soluções para situações críticas de adoecimento, compondo, por um lado, uma verdadeira plataforma de propostas para a construção de uma “Medicina Mestiça” que possa criar respeitabilidade mútua entre os diferentes saberes, entre as diferentes “racionalidades médicas”, com zonas horizontais de “intermedicalidade”.

Por outro lado, houveram também relatos de inúmeras situações vividas em que a imposição aos povos indígenas da exclusividade da “medicina ocidental”, ainda que muitas vezes velada, já que oficialmente na “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI)” preconiza-se o respeito às especificidades étnicas, até mesmo recomenda-se aos serviços uma atuação “de forma articulada aos sistemas tradicionais indígenas de saúde”, mas, mesmo assim, esta imposição aberta ou velada gerou e vem gerando um nítido aumento ainda maior do sofrimento físico e mental.

Para além deste momento da atividade autogestionada, os “Kumuã” abriram espaço para estarem atendendo pessoas em geral ao longo de todo o período da Conferência Nacional.

Os atendimentos aconteceram no “Espaço de Cuidados” montado pelos praticantes e defensores das “Práticas Integrativas e Complementares (PICs)”, que também disponibilizaram ali uma variedade de ofertas terapêuticas, como “danças circulares”, “auriculopuntura”, “massagens”, “Reiki” etc.

Tivemos então esta curiosa situação em que o “Espaço de Cuidados” anunciava em amplo banner as 29 práticas integrativas e complementares reconhecidas atualmente pelo Ministério da Saúde, após várias ampliações de reconhecimento de práticas, desde as 5 práticas inicialmente reconhecidas na “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)” lançada em 2006.

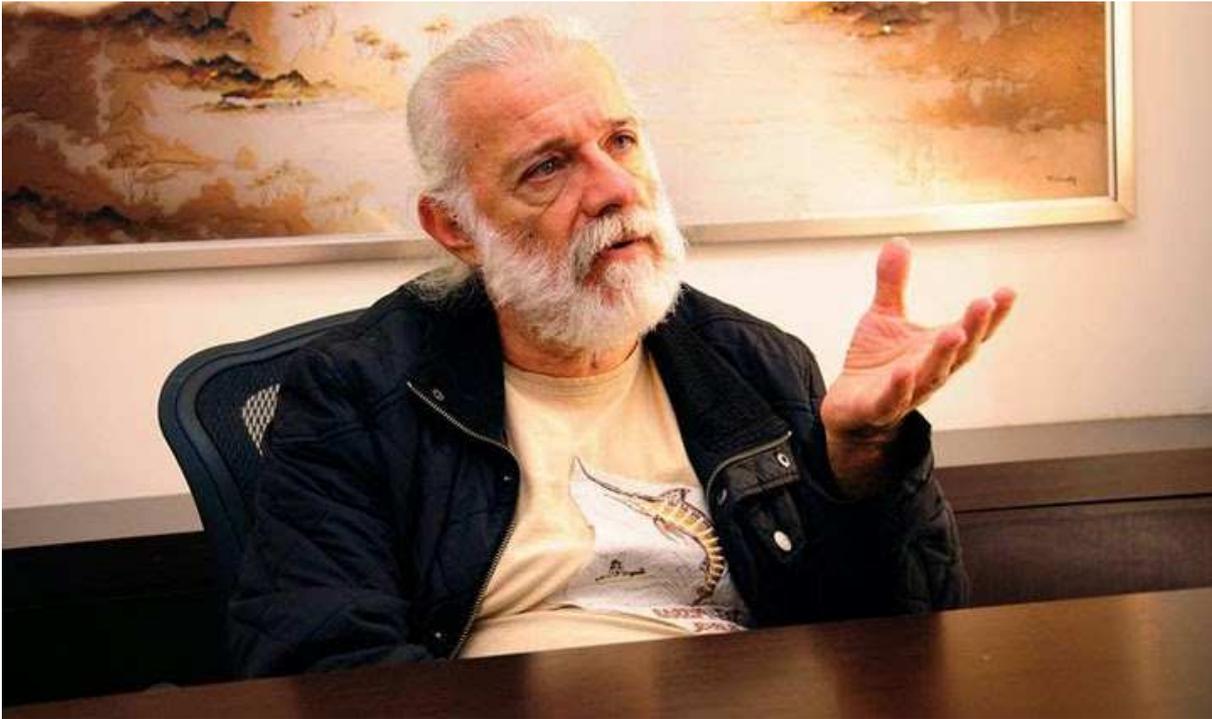
Pois bem, atrás deste banner de divulgação, juntamente a várias outras práticas, tínhamos os atendimentos prestados pelos “Kumuã” do Centro de Medicina Indígena, a única prática, das presentes ali, que não constava na listagem do banner, a única prática daquelas ali presentes que não reconhecida pelo Ministério da Saúde como uma prática integrativa.

Uma situação surreal, em que somente a medicina tradicional dos povos originários do Brasil não constava da ampla lista das inúmeras medicinas tradicionais reconhecidas, apoiadas e incentivadas pelo Ministério da Saúde brasileiro.

A presença forte e atuante dos povos indígenas nesta Conferência Nacional sem dúvida tornou ainda mais absurda esta ausência de reconhecimento da “Medicina Tradicional Indígena” pelo governo brasileiro.

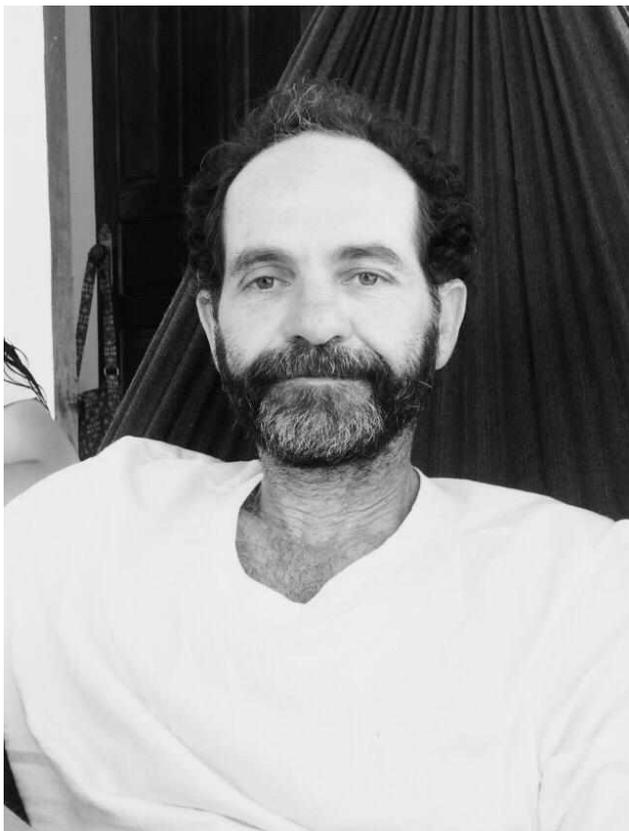
Mas a despeito desta falta de reconhecimento pelo Estado, desta “produção ativa de ausência” e silenciamento pelo Estado brasileiro, a despeito disto, as sutis e marcantes práticas indígenas de produção de cuidado contribuíram decisivamente para fazer desta 16a Conferência uma grande celebração da vida, da vida re-existindo na multiplicidade de diferenças que compõem a construção cotidiana e permanente da saúde como direito de todos e dever do Estado.

Democracia é Saúde.



Emerson Elias Merhy

Médico Sanitarista, professor titular de saúde coletiva da UFRJ-MACAÉ, membro da coordenação nacional da Rede Unida, pesquisador do grupo de pesquisa em Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde.



Ricardo Luiz Narciso Moebus

Professor da Escola de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Psiquiatra do Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Juventude de Ouro Preto (CAPSij - OP), membro da Rede Unida, pesquisador do grupo de pesquisa em Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde, integrante do consórcio acadêmico em Práticas Integrativas e Complementares.



SÉRIE MICROPOLÍTICA DO TRABALHO E O CUIDADO EM SAÚDE

Composta por livros e coletâneas organizadas a partir de resultados de pesquisas empíricas e teóricas sobre temas relacionados às linhas desenvolvidas nos últimos anos pelo grupo de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e/ou por pesquisadores do campo das análises micropolíticas do trabalho e do cuidado em saúde. As publicações são encaminhadas e submetidas ao Conselho Editorial da Editora Rede UNIDA, sempre acompanhados de pareceres escritos de profissionais de notório saber na área temática de cada publicação, elaborados de forma anônima. Apresentam uma ampla gama de conteúdos e apontam para múltiplos campos de problematização os quais se integram pelo desafio de ofertas conceituais para pensar o mundo contemporâneo da saúde. Desta forma, as obras desenvolvem um diálogo entre o campo científico, a partir da produção de saberes e conhecimento, em especial dos eixos das Ciências Sociais em Saúde e Política, planejamento e gestão de sistemas e serviços de saúde, com o âmbito de práticas, analisando e repensando a realização das ações em diferentes instituições ou órgãos, seja a partir do usuário, seja a partir das próprias relações de trabalho existentes nos espaços dos serviços. Parte de seus títulos são escritos em italiano, fruto de convênio internacional entre a Universidade de Bologna e universidades brasileiras, como UFRGS, UFF e UFRJ, demonstrando articulação, grau de internacionalização das pesquisas, em especial no nível de Pós-graduação em *stricto sensu*, e a própria interdisciplinaridade intrínseca à Saúde Coletiva.

editora



redeunida



ISBN 978-658718013-7



9

786587

180137